



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA  
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA INCRA  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO AMAPÁ

## RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014

Macapá/AP/2015



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA  
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA INCRA  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO AMAPÁ

## RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014

Relatório de Gestão do exercício de 2014 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da **IN TCU nº 63/2010**, da **DN TCU nº 134/2013**, Manual do Tribunal de Contas da União para confecção do Relatório de Gestão ó *Layout* (Secex Ambientaló2DT, 12/2013) e das orientações do órgão de controle interno.



Superintendente Regional  
**MARIA ASSUNÇÃO GIUSTI DE ALMEIDA**

Chefe da Procuradoria Regional  
**AIDA MARIA CRISTINO MENDES**

Chefe da Divisão de Administração  
**JOSÉ PASCOAL NASCIMENTO CORDEIRO**

Chefe da Divisão de Desenvolvimento  
**JOVAL FARIAS DA COSTA**

Chefe da Divisão de Obtenção de Terras  
**VERA LÚCIA DA SILVA MONTEIRO**

Chefe da Divisão de Ordenamento Fundiário  
**MATEUS FRANCISCO PAGLIARINI**

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
1. Identificação e Atributos da Unidade Jurisdicionada .....	10
1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	10
2. Planejamento e Resultados Alcançados .....	11
2.1 Demonstração sucinta do alinhamento da atuação da superintendência com o Plano Estratégico do INCRA Sede.....	11
2.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados .....	16
2.3 Informações sobre outros resultados gerados pela gestão.....	17
3. Acompanhamento dos Principais Macroprocessos Finalísticos da Gestão .....	18
3.1 Ordenamento da Estrutura Fundiária.....	19
3.1.1 Demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual .....	19
3.1.2 Demonstração do grau de conhecimento da malha fundiária na jurisdição da superintendência em base cartográfica .....	22
3.1.3 Demonstração dos resultados das atividades de reconhecimento, identificação, delimitação, demarcação e titulação dos territórios Quilombolas empreendidas pela superintendência. ....	24
3.1.4 Principais atividades de controle do Gestor .....	25
3.1.5 Indicadores .....	25
3.1.6 Para Superintendências localizadas em área de fronteira internacional e região Nordeste ....	27
3.1.7 Para Superintendências Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal .....	27
3.2 Obtenção de Recursos Fundiários e Implantação de Projetos de Assentamento .....	28
3.2.1 Demonstração da execução física e financeira.....	28
3.2.2 Demonstração da estratégia local para a prospecção de terras públicas e privadas para utilização no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) .....	30
3.2.3 Demonstração da atuação da SR na gestão dos valores descontados no exercício referentes a áreas de reserva legal e preservação permanente desmatadas .....	32
3.2.4 Estratégia para licenciamento ambiental dos projetos de assentamento.....	32
3.2.5 Estratégia do Programa de Prevenção, Combate e Alternativas ao Desmatamento Ilegal em Assentamentos da Amazônia .....	34
3.2.6 Demonstração do cronograma de levantamento das informações sobre os imóveis desapropriados.....	38
3.2.7 Estratégia de atendimento do público alvo da reforma agrária .....	39
3.2.8 Principais atividades de controle do gestor .....	41
3.2.9 Demonstração dos resultados dos indicadores .....	41
3.2.10 Para Superintendências com Jurisdição na Amazônia Legal (Exceto Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal) .....	43
3.3 Desenvolvimento de Projetos de Assentamento.....	44
3.3.1 Demonstração da execução física e financeira.....	44
3.3.2 Diagnóstico do déficit de infraestrutura .....	47
3.3.3 Demonstração das estratégias e resultados da Supervisão de Projetos de Assentamento.....	57
3.3.4 Demonstração das estratégias e resultados voltados para o desenvolvimento dos projetos de assentamento .....	58
3.3.5 Principais atividades de controle do gestor .....	59
3.3.6 Demonstração dos resultados dos indicadores de desempenho .....	59
3.3.7 Para as Superintendências localizadas na Região Norte e Nordeste.....	64
3.3.8 Para as Superintendências da Região Sudeste e Sul .....	64

<b>3.3.9 Para as superintendências com Jurisdição na Amazônia Legal (Exceto Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal) .....</b>	<b>64</b>
4. Prestação Direta de Serviços ao PÚblico .....	65
4.1 Demonstração dos registros feitos por intermédio da Ouvidoria do INCRA Sede que se referem à atuação da Superintendência.....	65
4.2 Demonstração dos resultados obtidos no atendimento ao público externo.....	66
5. Gestão de Pessoas .....	67
5.1 Quantitativo de servidores .....	67
5.2 Análise da distribuição .....	73
5.3 Análise da estratégia das ações de disseminação de conhecimento e aprendizagem .....	73
5.4 Indicadores relacionados .....	78
6. Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira .....	79
6.1 Informações sobre as transferências .....	79
6.2 Demonstração da situação do registro dos imóveis desapropriados.....	79
6.3 Demonstração da gestão dos créditos a receber registrados nas contas contábeis 1.2.2.4.9.10.00 ó Créditos a Receber de Parceleiros e 1.1.2.3.1.00.00 ó Empréstimos Concedidos .....	80
6.4 Principais atividades de controle instituídas pela área contábil e financeira da SR para assegurar fidedignidade.....	84
6.5 Principais Receitas e Despesas .....	84
7. Controles Internos .....	85
7.1 Principais controles instituídos para garantir o cumprimento dos objetivos.....	85
7.2 Principais controles instituídos pela superintendência para assegurar a fidedignidade das informações sobre sua atuação nos registros informatizados do INCRA e sistemas corporativos da administração pública federal.....	86
7.3 Principais trabalhos realizados pela auditoria interna da autarquia na superintendência, com a síntese dos resultados, das recomendações e das providências adotadas.....	86
7.4 Avaliação, pelos próprios dirigentes da superintendência, dos controles internos administrativos instituídos da superintendência, de acordo com critérios descritos no Anexo IV.....	86
7.5 Principais controles instituídos pela superintendência para assegurar a boa e regular gestão dos créditos a receber de parceiros e dos empréstimos concedidos, registrados nas contas contábeis 1.2.2.4.9.10.00 e 1.1.2.3.1.00.00, respectivamente.....	88
7.6 Consolidação das informações sobre as Tomadas de Contas Especiais (TCE) instauradas pela superintendência.....	89
8. Conformidades e tratamento de disposições legais e normativas.....	92
8.1 De acordo com Anexo V, síntese geral das determinações/recomendações do TCU.....	92
8.2 De acordo com Anexo VI, síntese geral das recomendações do CGU.....	94
ANEXOS .....	107

## **Lista de Quadros**

<b>Quadro 1: Identificação da UJ .....</b>	<b>10</b>
<b>Quadro 2: Plano Estratégico do Incra ó Objetivo 1 .....</b>	<b>11</b>
<b>Quadro 3: Plano Estratégico do Incra ó Objetivo 2.....</b>	<b>12</b>
<b>Quadro 4: Plano Estratégico do Incra ó Objetivo 3.....</b>	<b>14</b>
<b>Quadro 5: Plano Estratégico do Incra ó Objetivo 4.....</b>	<b>14</b>
<b>Quadro 6: Plano Estratégico do Incra ó Objetivo 5.....</b>	<b>15</b>
<b>Quadro 7: Plano Estratégico do Incra ó Objetivo 6.....</b>	<b>16</b>
<b>Quadro 8: Ações Orçamentárias ó Programação e Execução Orçamentária e Financeira.....</b>	<b>16</b>
<b>Quadro 9: Ações do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária-Execução física e orçamentária.....</b>	<b>19</b>
<b>Quadro 10: Ações do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária-Execução de Restos a Pagar.....</b>	<b>19</b>
<b>Quadro 11: Ações do macroprocesso Obtenção de Recursos Fundiários e Implantação de Projetos de Assentamento - Execução física e orçamentária .....</b>	<b>28</b>
<b>Quadro 12: Ações do macroprocesso Obtenção de Recursos Fundiários e Implantação de Projetos de Assentamento-Execução de Restos a Pagar .....</b>	<b>28</b>
<b>Quadro 13: Ações do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento-Execução física e orçamentária.....</b>	<b>44</b>
<b>Quadro 14: Ações do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento-Execução de Restos a Pagar.....</b>	<b>45</b>
<b>Quadro 15: Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ-Superintendência Regional.....</b>	<b>86</b>

## **Lista de Planilhas e Tabelas**

<b>Planilha 1: PAV-2014/Eixo1-Regularização Ambiental e Fundiária.....</b>	<b>23</b>
<b>Planilha 2: PAV-2015/Eixo1-Regularização Ambiental e Fundiária.....</b>	<b>23</b>
<b>Planilha 3: PAV-2016/Eixo1-Regularização Ambiental e Fundiária.....</b>	<b>24</b>
<b>Planilha 4: PAV-2017/Eixo1-Regularização Ambiental e Fundiária.....</b>	<b>24</b>
<b>Planilha 5: Previsão de Investimento em Infraestrutura nos Assentamentos criados em 2014.....</b>	<b>31</b>
<b>Planilha 6: Previsão de Concessão de Crédito Instalação nos Assentamentos criados em 2014.....</b>	<b>31</b>
<b>Planilha 7: Previsão de Concessão de Crédito Instalação nos Assentamentos criados em 2014 .....</b>	<b>31</b>
<b>Tabela 1: Licenciamento Ambiental de Infraestrutura nos Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária da SR-21.....</b>	<b>33</b>
<b>Cronograma de Levantamento das Informações sobre os Imóveis Desapropriados.....</b>	<b>38</b>
<b>Tabela 2: Títulos Provisórios publicados em 2014.....</b>	<b>40</b>
<b>Tabela 3: Fase de Criação e Implantação dos Projetos de Assentamento do Amapá.....</b>	<b>47</b>
<b>Tabela 4: Qtde de Unidades Consumidoras de Energia Elétrica nos Assentamentos do Incra.....</b>	<b>49</b>
<b>Tabela 5: Déficit de Infraestrutura.....</b>	<b>50</b>
<b>Planilha 8: Obras Contratadas em 2014.....</b>	<b>50</b>
<b>Planilha 9: Obras Contratadas em 2013.....</b>	<b>51</b>
<b>Planilha 10: Plano Orçamentário-Ater-BSM.....</b>	<b>52</b>
<b>Planilha 11: Plano Orçamentário-Ater.....</b>	<b>52</b>
<b>Planilha 12: Plano Orçamentário-Ater-TC.....</b>	<b>52</b>
<b>Tabela 6 : Lote 1 ó Contrato 06000/2012.....</b>	<b>53</b>
<b>Tabela 7 : Lote 2 ó Contrato 07000/2012.....</b>	<b>53</b>
<b>Tabela 8 : Lote 3 ó Contrato 08000/2012.....</b>	<b>53</b>
<b>Tabela 9 : Lote 4 ó Contrato 09000/2012.....</b>	<b>53</b>
<b>Tabela 10 : Lote 1 ó Contrato 028000/2013.....</b>	<b>54</b>
<b>Tabela 11 : Lote 2 ó Contrato 027000/2013.....</b>	<b>54</b>
<b>Tabela 12 : Lote 3 ó Contrato 026000/2013.....</b>	<b>54</b>
<b>Planilha 13 : Chamada Pública Extrativista 2014 ó Assentamentos Beneficiados.....</b>	<b>55</b>
<b>Planilha 14 : Chamada Pública 2014 ó Assentamentos Beneficiados.....</b>	<b>56</b>
<b>Planilha 15: Demarcação Topográfica 2014 ó Assentamentos Beneficiados.....</b>	<b>56</b>
<b>Planilha 16: Contratos de Demarcação Topográfica ó 2013.....</b>	<b>57</b>

<b>Tabela 13: Demanda e atendimento.....</b>	<b>65</b>
<b>Tabela 14: Dados de Atendimento do Sistema de Sala da Cidadania Digital.....</b>	<b>66</b>
<b>Tabela 15: Dados de Atendimento Sistemas Diversos .....</b>	<b>67</b>
<b>Tabela 16: Distribuição Quantitativa de Servidores por cargo x divisão.....</b>	<b>67</b>
<b>Tabela 17: Distribuição dos Servidores (Atual X Ideal).....</b>	<b>68</b>
<b>Tabela 18: Comparativo de ingressos e egressos por exercício.....</b>	<b>70</b>
<b>Tabela 19: Aposentadorias à curto prazo (servidores que tem direito a aposentadoria imediata).....</b>	<b>70</b>
<b>Tabela 20: Aposentadorias à médio prazo (servidores que terão direito a aposentadoria nos próximos 2 anos).....</b>	<b>71</b>
<b>Tabela 21: Distribuição dos Cargos de Nível Superior por Exercício.....</b>	<b>71</b>
<b>Tabela 22: Distribuição dos Cargos de Nível Médio por Exercício.....</b>	<b>72</b>
<b>Planilha 17: Capacitação ó exercício 2014.....</b>	<b>75</b>
<b>Tabela 23: Principais Receitas.....</b>	<b>84</b>

## **LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS**

APP - Área de Preservação Permanente  
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar  
CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados no Setor Público Federal  
CAR ó Cadastro Ambiental Rural  
CATP - Contrato de Alienação de Terras Públicas  
CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural  
CCU - Contrato de Concessão de Uso  
CDB ó Associação Crédito do Brasil  
CDR ó Comitê de Decisão Regional  
CENSIPAM - Centro Gestor de Proteção da Amazônia  
CGU - Controladoria Geral da União  
CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas  
CNIR - Cadastro Nacional de Imóveis Rurais  
CNISS - Cadastro Nacional de Informação Social  
CNPJ ó Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica  
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente  
CPL - Comissão Permanente de Licitação  
CRC ó Conselho Regional de Contabilidade  
DAC - Coordenação-Geral de Contabilidade  
DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF  
DE - Diretoria de Gestão Estratégica  
DET - Coordenação-Geral de Tecnologia e Gestão da Informação  
DF ó Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária  
DFDA - Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário  
DFR - Coordenação-Geral de Regularização Fundiária  
DFQ ó Diretoria Fundiária de Quilombola  
DN - Decisão Normativa  
DOU - Diário Oficial da União  
FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e à Seguridade Social  
FUNASA - Fundação Nacional de Saúde  
GAP - Gestão e Administração do Programa  
GECC ó Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso  
GEE - Grau de Eficiência na Exploração  
GPS - Global Positioning System (Sistema de Posicionamento Global)  
GT ó Grupo de Trabalho  
GUT - Grau de Utilização da Terra  
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
ICMBio ó Instituto Chico Mendes de Biodiversidade Biológica  
IN - Instrução Normativa  
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias  
LIO - Licença de Instalação e Operação  
LOA - Lei Orçamentária Anual  
LP - Licença Prévia  
LTDA - Limitada  
MAB ó Movimento dos Atingidos por Barragem  
MAS ó Microssistema de Abastecimento de Água  
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS ó Ministério do Desenvolvimento Social  
MMA ó Ministério do Meio Ambiente  
MP - Medida Provisória  
MPF ó Ministério Público Federal  
MTE ó Ministério do Trabalho e Emprego  
NE - Norma de Execução  
NTGARFAL - Norma Técnica para Georreferenciamento em Ações de Regularização Fundiária Aplicada à Amazônia Legal  
OCI ó Órgão de Controle Interno  
OEMA ó Órgão Estadual de Meio Ambiente  
ONG ó Organização Não Governamental  
PA - Projeto de Assentamento  
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos  
PAF - Projeto de Assentamento Florestal  
PAV ó Programa Assentamentos Verdes  
PB ó Projeto Básico  
PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento  
PDTI ó Plano Diretor de Tecnologia da Informação  
PGE - Plano Geral de Estatísticas  
NDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural  
PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária  
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária  
PC ó Plano de Compromisso  
PPA - Plano Plurianual  
PRA - Plano de Recuperação de Assentamento  
PRAD - Plano de Recuperação de Área Degradada  
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
PRONATER - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural  
PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária  
PU - Planos de Utilização  
RA ó Reforma Agrária  
RB ó Relação de Beneficiários  
RBMC - Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo  
RG - Relatório de Gestão  
RIBAC - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS  
RL - Reserva Legal  
RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação  
SEDAM - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental  
SEMA - Secretaria Estadual de Meio Ambiente  
SGBD - Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos  
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal  
SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais  
SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse  
SIG - Sistema de Informações Geográficas  
SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal  
SIPAM - Sistema de Proteção da Amazônia  
SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária  
SIR - Sistema de Informações Rurais  
SISDOC ó Sistema de Documento  
SISPAD - Sistema de Controle de Processo Administrativo Disciplinar

SISPROT ó Sistema de protocolo

SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural

SPIUnet ó Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União

SPU - Secretaria de Patrimônio Público da União

SRFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil

TCE - Tomada de Contas Especiais

TCT ó Termo de Cooperação Técnica

TCU - Tribunal de Contas da União

TD - Título Definitivo

TDA - Título da Dívida Agrária

TED ó Termo de Execução Descentralizada

TI - Tecnologia da Informação

UA - Unidade Avançada

UG - Unidade Gestora

UGR - Unidade Gestora Responsável

UJ - Unidade Jurisdicionada

UMC - Unidade Municipal de Cadastramento

UO - Unidade Orçamentária

## INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Gestão tem por desígnio atender os termos do art. 70 da Constituição Federal, cujo texto pronuncia *“A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder”*, e para cumpri-lo esta UJ elaborou seus textos de acordo com as disposições da IN/TCU/nº 63/2010, da DN/TCU/nº 134/2013, Manual do Tribunal de Contas da União para confecção do Relatório de Gestão.

Inicialmente, se ressalta que as atividades empreendidas pela UJ estão respaldadas em instrumentos legais vigentes, em especial a Lei nº 12.591 de 18/01/2012 que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2012-2015 norteia as políticas públicas e organizam a atuação governamental por meio de Programas Temáticos e de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, dentre esses alguns são específicos para o Incra:

**Programa 2012 ó Agricultura Familiar - Ação Orçamentária 210S** - Assistência Técnica e Extensão Rural para Reforma Agrária;

**Programa 2034 ó Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial - Ação Orçamentária 210Z** - Reconhecimento e Indenização de Territórios Quilombolas

**Programa 2066 ó Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária - Ação Orçamentária 2105**-Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural/Plano Orçamentário/PO 01 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural - **Ação Orçamentária 211A** - Desenvolvimento de Assentamentos Rurais/Plano Orçamentário/PO 0A - Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento/Plano Orçamentário/PO 02 - Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento da Reforma Agrária/Plano Orçamentário/PO 03 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização-Terra Sol/Plano Orçamentário/PO 04 - Titulação, Concessão e Destinação de imóveis Rurais em PA/Plano Orçamentário/PO 05 - Licenciamento Ambiental de Assentamento da reforma Agrária/Plano Orçamentário/PO 06 - Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiária do PNRA/Plano Orçamentário/PO 07 - Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais/Plano Orçamentário/PO 08 - Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projeto de Assentamento/Plano Orçamentário/PO 09 - Demarcação Topográfica em PA - **Ação Orçamentária 210T** - Promoção da Educação no Campo/Plano Orçamentário/PO 01 - Educação de Jovens e Adultos no Campo/Plano Orçamentário/PO 02 - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social/Plano Orçamentário/PO 03 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a RA

**Programa 2120: Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Agrário - Ação Orçamentária 2000** ó Administração da Unidade/Plano Orçamentário/PO 01 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação/Plano Orçamentário/PO 03 - Administração da Unidade

A execução dos programas e ações afetos ao Incra objetivam promover o desenvolvimento rural, baseado na viabilidade econômica, na sustentabilidade ambiental e no desenvolvimento territorial; a adoção de instrumentos fundiários adequados a cada público e a cada região; a adequação institucional e normativa a uma intervenção rápida e eficiente dos instrumentos agrários; o forte envolvimento dos governos estaduais e municipais; a promoção da igualdade de gênero na reforma agrária, além do direito à educação, à cultura e à seguridade social nas áreas reformadas.

Os citados valores públicos resultam como produtos completos da articulação de diversas ações finalísticas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-Incra, e seus principais contornos serão relatados no presente Relatório de Gestão, que tem por objetivo apresentar de forma objetiva e transparente a execução física e orçamentária da UJ, ao longo do exercício de 2014, retratando as principais atividades realizadas nos programas de reforma agrária e de

ordenamento da estrutura fundiária.

A seguir estão indicados os itens requeridos, pela Parte C da Decisão Normativa TCU nº 127 de 15/05/2013, que não constam do presente documento, assim como sua correspondente justificativa:

**a. Itens afetos as Superintendências Regionais Sudeste e Sul:** A Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO localiza-se na região Norte, portanto o item não se aplica.

## 1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE JURISDICIONADA

### 1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

**Quadro 1 - Identificação da UJ**

Poder e Órgão de vinculação				
Poder: Executivo				
Órgão de Vinculação: Ministério do Desenvolvimento Agrário		Código SIORG: 17125		
Identificação da Unidade Jurisdicionada				
Denominação completa: Superintendência Regional do Amapá				
Denominação abreviada: SR-21/AP				
CNPJ: 00.375.972/0090-36				
Código SIORG: 4143	Código LOA: 49201	Código SIAFI: 373039		
Situação: Ativa				
Natureza Jurídica: Autarquia Federal do Poder Executivo				
Principal Atividade: Administração Pública em Geral		Código CNAE: 84.11-6-00		
Telefones/Fax de contato:	(96) 3251-7987			
Endereço eletrônico: <a href="mailto:publico@incra.gov.br">publico@incra.gov.br</a>				
Página na Internet: <a href="http://www.incra.gov.br">http://www.incra.gov.br</a>				
Endereço Postal: rua Adilson José Pinto Pereira, 1409, bairro São Lázaro, CEP 68.908.610, Macapá-Amapá				
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada				
Código SIAFI	Nome			
	Não se aplica			
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada				
Código SIAFI	Nome			
	Não se aplica			

## 2. PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS

Neste tópico constam as informações referentes ao planejamento institucional 2014, bem os resultados alcançados através dos 06 (seis) objetivos estratégicos finalísticos estabelecidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA no âmbito da Superintendência Regional no estado do Amapá.

### 2.1 Demonstração sucinta do alinhamento da atuação da superintendência com o Plano Estratégico do INCRA Sede

Esclarecendo-se previamente que a Autarquia realizou o alinhamento do Planejamento Estratégico com a construção dos indicadores do Caderno de Metas 2014/2015, a seguir serão relatadas de forma breve as atividades programadas pela UJ para o ano de 2014, pois, no item **3-Acompanhamento dos principais Macroprocessos Finalísticos da Gestão** os temas serão abordados com maiores detalhes.

Neste item, estão contempladas:

as ações e metas da superintendência como desdobramento do Plano do Incra-Sede;

seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação;

principais resultados estratégicos previstos de curto, médio e longo prazo, incluindo comparação entre as previsões da Sede e da superintendência.

#### Quadro 2 ó Plano Estratégico do Incra ó Objetivo 1

**Objetivo Estratégico 01:** Promover o desenvolvimento socioeconômico e ambiental dos diferentes segmentos da agricultura familiar, contribuindo para a organização da oferta de alimentos, produtos e serviços à sociedade.

##### a) Descrição

Atividade	Meta	Realizado
Número de famílias com crédito instalação ou equivalente concedido	1.216	0
Número de famílias atendidas com assistência técnica	1.640	3.724
Número de famílias atendidas com projetos de agroindustrialização, comercialização e atividades pluriativas (Terra Sol)	0	0
Número de famílias beneficiadas com implantação e/ou recuperação de infraestrutura básica em projetos de assentamento	0	150
Número de créditos instalação supervisionados	132	465
Número de assentamentos monitorados com ações de gestão ambiental	5	11
Número de assentamentos com licença ambiental protocolada	0	0
Número de assentamentos com regularização ambiental requerida pelo Cadastro Ambiental RuralóCAR	0	0
Número de profissionais com bolsa de capacitação e formação profissional em assistência técnica	0	0
Número de profissionais com capacitação técnica e formação profissional de NM e NS para a Reforma Agrária	40	40*
Número de trabalhadores rurais atendidos pelo PRONERA, nas ações de Educação de Jovens e AdultosóEJA	600	600

##### b) Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação

Para fomentar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental da agricultura familiar em 2014, o Incra no Amapá programou e realizou as seguintes atividades:

óNúmero de créditos instalação supervisionadosö, houve a supervisão de 465 créditos concedidos em exercício anteriores nas modalidades apoio mulher, aquisição de materiais de construção e recuperação de materiais de construção;

óNúmero de famílias atendidas com assistência técnicaö, as novas contratações de serviços de ATER foram canceladas pelo Incra-sede em virtude da indisponibilidade de recursos. Mas, a UJ manteve os serviços contratados nos anos de 2012 e 2013, e atendeu 3.724 famílias;

óNúmero de assentamentos monitorados com ações de gestão ambientalö foram realizadas 237 vistorias de monitoramento ambiental em 11 projetos de assentamento, para a emissão de anuências à atividade de manejo florestal;

ðNúmero de profissionais com capacitação técnica e formação profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária, foi celebrado no mês de novembro de 2014 o Termo de Execução Descentralizada-TED 12/2014, com o objetivo de ofertar o Curso Técnico em Meio Ambiente para formação de 40 profissionais entre os anos de 2015 e 2017, em 2014 foi composta a equipe de trabalho do projeto;

ðNúmero de trabalhadores rurais atendidos pelo PRONERA, nas ações de Educação de Jovens e Adultos/EJA, no mês de janeiro de 2014 foi publicado o convênio 798598/2013, celebrado entre o Incra e o Governo do Estado do Amapá, visando a escolarização em anos iniciais do ensino fundamental de 600 educandos em 2014-2015, o período de escolarização foi alterado mediante de termo aditivo, para abr/2015 a jan/2017.

Além disso, algumas atividades previstas para ocorrer em 2014 não foram executadas, são elas:

ðNúmero de famílias com crédito instalação ou equivalente concedido, em 2014, em função da publicação do Dec. nº 8.256 de 26/05/2014, que dispõe sobre as mudanças e novas diretrizes para acesso aos créditos do PNRA, o Incra-sede não descentralizou recursos para essa atividade.

As demais atividades que compõem este objetivo estratégico não foram aprovadas pelo Conselho Diretor do Incra para execução na UJ em 2014.

Também se deve informar que em 2014 a Autarquia adotou nova metodologia para atendimento do ðNúmero de famílias beneficiadas com implantação e/ou recuperação de infraestrutura básica em projetos de assentamento, que é a realização de chamadas públicas centralizadas na sede, porém, apesar disso, a UJ contratou em janeiro de 2014, mediante procedimento licitatório ocorrido no ano de 2013, para a implantação de 11,3km de estradas vicinais no PA Matão do Piaçá. Vale observar que as obras de infraestrutura realizadas no período ocorreram em projetos de assentamento com licenças ambientais válidas, ou seja, não foi necessária a requisição de novas licenças ambientais.

Quanto aos Cadastros Ambientais Rurais foram postergados para abril/2015, após assinatura do Termo de Execução Descentralizada com Universidade Federal de Lavras-UFLA para a execução da atividade.

**c) Resultados Estratégicos Previstos**

<b>Curto prazo -2014</b>	<b>Médio prazo ó 2015 (PPA)</b>	<b>Longo Prazo ó 2016 em diante</b>
Tendo em vista que houve o alinhamento do Planejamento Estratégico com a construção dos indicadores do Caderno de Metas 2014/2015, considera-se que com os resultados obtidos nos indicadores descritos no item "a", o Objetivo 1 teve avanços quanto ao Número de famílias atendidas com assistência técnica, Número de famílias beneficiadas com implantação e/ou recuperação de infraestrutura básica em projetos de assentamento, Número de créditos instalação supervisionado, Número de assentamentos monitorados com ações de gestão ambiental, Número de profissionais com capacitação técnica e formação profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária e Número de trabalhadores rurais atendidos pelo PRONERA, nas ações de Educação de Jovens e Adultos/EJA, e teve limitações quanto a concessão dos créditos instalação, as novas contratações dos serviços de ATER, a implantação de projetos de agroindustrialização, comercialização e atividades pluriativas e a regularização ambiental/Cadastro Ambiental Rural-CAR dos lotes dos assentamentos rurais, situações que impactaram negativamente o atendimento pleno do objetivo.	As atividades desenvolvidas com sucesso em 2014 terão reflexo positivo neste objetivo ao longo de 2015, destacando-se as ações do Pronera citadas na coluna anterior, que serão desenvolvidas nesse exercício prolongando-se até o ano de 2017, onde se espera atingir as famílias dos educandos, contribuindo para melhoria de sua qualidade de vida e, ainda, a manutenção dos serviços de Ater contratados em 2013 que terão vigência durante todo o exercício de 2015. Será realizada a revisão das metas dos indicadores para o exercício 2015, tendo em vista a LOA 2015 aprovada, mantendo o alinhamento aos objetivos propostos no Planejamento Estratégico do Incra.	Das ações em execução no exercício de 2014, apenas as ações relativas ao Pronera se prolongarão até o exercício de 2016 e demais. As demais ações serão revisadas no caderno de metas 2015, que conterá ainda as previsões para o exercício de 2016. Conforme as diretrizes do novo PPA e orientações emanadas do Incra-sede.

**Quadro 3 ó Plano Estratégico do Incra ó Objetivo 2**

**Objetivo Estratégico 02:** Efetivar uma política de governança fundiária, com articulação interinstitucional e federativa,

por meio de instrumentos de conhecimento e gestão da estrutura fundiária, do regime de propriedade, do uso de terra e dos recursos naturais.

a) Descrição

Atividade	Meta	Realizado
Número de atualizações cadastrais realizadas no SNCR	200	2.570
Número de Imóveis Rurais com fiscalização cadastral realizada	0	0
Número de Sistemas cadastrais e cartográficos mantidos	0	0
Número de hectares de terras devolutas da União diagnosticados	0	0
Número de hectares diagnosticados para concessão do direito real de uso de terras públicas federais ao ICMBIO	0	0
Número de imóveis rurais georreferenciados	0	0
Famílias atendidas com demarcação topográfica em projetos de assentamento	76	60*
Número de documentos expedidos para titulação, concessão e destinação de imóveis rurais em projetos de assentamento	221	467
Número de imóveis rurais regularizados, via direta, incluindo legitimação de Posses até 100 ha nos estados RS, SC, PR, SP e MS	0	0
Número de imóveis rurais regularizados, via indireta	0	0

b) Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação

Visando a continuidade da política de governança fundiária sob responsabilidade da Autarquia, a UJ foi incumbida de realizar em 2014 as atividades a seguir elencadas:

○ *Número de atualizações cadastrais realizadas no SNCR*, se refere a atualização das informações cadastrais junto ao Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), é importante salientar que a meta programada inicialmente foi superada em razão dos seguintes fatores: retificação de cadastros de imóveis da União que foram computados pelo sistema como atualização cadastral e inserção de cadastros de imóveis oriundos de processos de regularização fundiária advindos do programa MDA-Terra Legal.

○ *Famílias atendidas com demarcação topográfica em projetos de assentamento*, devido a indisponibilidade de recursos orçamentários e financeiros a presente ação não foi realizada no que concerne a novas contratações, porém, no exercício, ocorreu a demarcação topográfica de 270 lotes, cujos serviços foram contratados no exercício de 2013.

○ *Número de documentos expedidos para titulação, concessão e destinação de imóveis rurais em projetos de assentamento*, a concessão dos instrumentos de titulação acima referenciados, diz respeito apenas a titulação provisória, pois, a expedição de títulos de domínio foi suspensa em razão da MP nº 636/2013 (posteriormente convertida na Lei nº 13.001/2014), que estabeleceu regras para isenção e parâmetros para fixação do valor da terra a ser alienada as famílias assentadas. Assim, considerando a necessidade de regulamentação da referida lei e a normatização da matéria no âmbito do Incra, foram suspensos os procedimentos de emissão de TD-Título de Domínio.

Além disso, em 2014 a Autarquia disponibilizou para os usuários (proprietário ou posseiros de imóveis rurais, e técnicos que realizam o georreferenciamento de imóveis rurais) o Sistema de Gestão Fundiária-SIGEF, ferramenta que agilizou os procedimentos de georreferenciamento e certificação de imóveis rurais. A UJ também manteve a atualização de sua base cartográfica visando auxiliar no controle de gestão da malha fundiária do estado.

Outra atividade realizada no período, que não constava como meta, foi o diagnóstico e destinação de duas áreas de terras devolutas de aproximadamente de 15.184,6821 ha (9.577,5976/2013 e 5.607,0845/2014) para criação dos projetos de assentamentos ambientalmente diferenciados Sucuriju e Aruás.

Ressalta-se que as ações aqui referenciadas permitem o maior controle e gestão da malha fundiária nacional.

Em virtude da lei 11.952/2009, as ações de regularização fundiária e georreferenciamento de imóveis rurais estão sendo executadas no âmbito do Programa Terra Legal.

c) Resultados Estratégicos Previstos

Curto prazo -2014	Médio prazo ó 2015 (PPA)	Longo Prazo ó 2016 em diante
Considera-se que os resultados obtidos nos indicadores descritos no item "a", o Objetivo 2 teve avanços quanto ao <i>Número de atualizações cadastrais realizadas no SNCR</i> e ao <i>Número de documentos expedidos para titulação provisória de imóveis rurais em projetos de assentamento</i> , e ainda a contratação de serviços de demarcação topográfica e georreferenciamento de imóveis não ocorreu devido as limitações orçamentárias da Autarquia, as demais ações não estão na alcada da UJ.	Todas as atividades desenvolvidas em 2014 terão reflexo positivo neste objetivo ao longo de 2015. Será realizada a revisão das metas dos indicadores para o exercício 2015, tendo em vista a LOA 2015 aprovada, mantendo o alinhamento aos objetivos propostos no Planejamento Estratégico do Incra.	Todas as atividades desenvolvidas nos exercícios anteriores serão continuadas em 2016 e exercícios seguintes, desde que contempladas no novo PPA.

#### Quadro 4 ó Plano Estratégico do Incra ó Objetivo 3

**Objetivo Estratégico 03:** Promover a democratização do acesso a terra, com ações de reforma agrária e fundiária, observando as especificidades de cada território e bioma e a função social da propriedade, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável, a superação da pobreza e a paz no campo.

##### a) Descrição

Atividade	Meta	Realizado
Área total de imóveis vistoriados	9.700,0000	18.729,2100
Número de imóveis com estudo de cadeia dominial elaborado	3	0
Número de famílias assentadas	910	1.236
Número de hectares indenizados nos pagamentos de Indenização Inicial em aquisições de imóveis rurais para a reforma agrária	0	0
Número de hectares indenizados nos pagamentos de Indenização Complementar em aquisições de imóveis rurais para a reforma agrária	0	0
Número de parcelas ou unidades familiares dos projetos de assentamentos da Reforma Agrária supervisionadas (laudo entregue)	510	535

##### b) Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação

Visando promover a democratização da terra, com ações de reforma agrária e regularização fundiária a UJ programou e executou as seguintes atividades:

○Área total de imóveis vistoriados, no exercício foi dada continuidade aos trabalhos englobados no termo de cooperação técnica firmado entre o Incra e a Superintendência de Patrimônio da União-SPU, com a criação de projetos de assentamentos ambientalmente diferenciados os PAEs Capoeira do Rei, Ilha de Aruás e Jacitara, beneficiando 185 famílias que tradicionalmente ocupavam as áreas. Além disso, a UJ realizou ações conjuntas com o estado para o reconhecimento de dois projetos de assentamento agroextrativistas, o Projeto de Assentamento Agroextrativista da Terra Grande e o Projeto de Assentamento Agroextrativista Sustentável Ilha do Faustino, cujas áreas totalizaram 41.231,1976 ha, com capacidade de assentar 500 famílias.

○Número de famílias assentadas, foram assentadas 476 famílias em projetos de assentamentos tradicionais criados em exercícios anteriores, 574 em assentamentos ambientalmente diferenciados, sendo 96 famílias assentadas em projetos criados no exercício e 478 em assentamentos criados em anos anteriores, e 186 famílias foram assentadas em projetos estaduais reconhecidos pelo Incra;

○Número de parcelas ou unidades familiares dos projetos de assentamentos da Reforma Agrária supervisionadas (laudo entregue), visando atestar a regularidade das ocupações dos lotes da RA e o cumprimento da função social da terra, foram supervisionadas 807 parcelas em assentamentos do Incra, e foram entregues 535 laudos, dos quais 216 sugeriram a retomada dos lotes da reforma agrária devido a constatação de irregularidades por parte do beneficiário.

A atividade ○Número de imóveis com estudo de cadeia dominial elaborado, não foi realizada pois a modalidade de obtenção realizada pela UJ não necessita desse estudo.

Quanto as atividades que compõem o objetivo que são o ○Número de hectares indenizados nos pagamentos de Indenização Inicial em aquisições de imóveis rurais para a reforma agrária e o ○Número de hectares indenizados nos pagamentos de Indenização Complementar em aquisições de imóveis rurais para a reforma agrária, a UJ ainda não trabalha com a modalidade de obtenção denominada desapropriação.

##### c) Resultados Estratégicos Previstos

Curto prazo -2014	Médio prazo ó 2015 (PPA)	Longo Prazo ó 2016 em diante
Nota-se que os resultados obtidos nos indicadores descritos no item "a", refletem avanços do Objetivo 3 quanto as atividades ○Área total de imóveis vistoriados, ○Número de famílias assentadas e ○Número de parcelas ou unidades familiares dos projetos de assentamentos da Reforma Agrária supervisionadas (laudo entregue), quanto aos demais indicadores a UJ não os realiza no seu âmbito, pois, até o momento só obtém terras públicas através de incorporação e arrecadação, além de reconhecer assentamentos criados por outros órgãos.	Algumas das atividades desenvolvidas em 2014 terão reflexo positivo neste objetivo ao longo de 2015, destacando-se o assentamento de famílias nos projetos criados e reconhecidos no exercício e as supervisões ocupacionais a fim de detectar a regularidade das ocupações. No decorrer do ano de 2015 será realizada a revisão das metas dos indicadores, tendo em vista a LOA 2015 aprovada, mantendo o alinhamento aos objetivos propostos no Planejamento Estratégico do Incra.	Os resultados efetivos de todas as atividades do Objetivo 03 têm reflexos de longo prazo, pois as atividades de campo realizadas num determinado exercício operam benefícios ao longo dos exercícios posteriores. Todas as atividades desenvolvidas nos exercícios anteriores serão continuadas em 2016 e exercícios seguintes, desde que contempladas no novo PPA.

#### Quadro 5 ó Plano Estratégico do Incra ó Objetivo 4

**Objetivo Estratégico 04:** Promover autonomia das mulheres no meio rural, com garantia de direitos à cidadania, terra,

recursos naturais, produção e a participação social.									
a) Descrição									
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Atividade</th> <th>Meta</th> <th>Realizado</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Número de mulheres atendidas pelo Crédito Fomento Mulher</td> <td>162</td> <td>0</td> </tr> <tr> <td>Número de mulheres beneficiárias com ATER</td> <td>0%</td> <td>44,01%</td> </tr> </tbody> </table>	Atividade	Meta	Realizado	Número de mulheres atendidas pelo Crédito Fomento Mulher	162	0	Número de mulheres beneficiárias com ATER	0%	44,01%
Atividade	Meta	Realizado							
Número de mulheres atendidas pelo Crédito Fomento Mulher	162	0							
Número de mulheres beneficiárias com ATER	0%	44,01%							
b) Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação									
<p>Para promover a autonomia das mulheres no meio rural garantindo-lhes o direito à cidadania, à terra, aos recursos naturais, à produção e à participação social. A Autarquia destinou 70,87% dos créditos na modalidade fomento exclusivamente para as mulheres, assim como, na ação de ATER, 50% deveria ser o mínimo de mulheres beneficiárias com ATER em relação ao total efetivamente atendido (SIATER) e 30% dos recursos deveriam ser destinados a atividades específicas para mulheres. A UJ não previu esses atendimentos no ano de 2014, porém, para 2015 está previsto em 50% o mínimo de mulheres beneficiárias com ATER em relação ao total efetivamente atendido (SIATER) e 10% dos recursos deverão ser destinados a atividades específicas para mulheres.</p> <p>o Número de mulheres atendidas pelo Crédito Fomento Mulher, referente ao numero de mulheres atendidas pelo Crédito Fomento Mulher, no exercício não houve aplicação de crédito, devido a não descentralização de recursos orçamentário, por parte do Incra-sede.</p> <p>o Número de mulheres beneficiárias com ATER, no caso específico da UI, não houve estipulação de percentual para o atendimento com serviços de Ater, porém, em relação ao número de mulheres assistidas no ano de 2014, calcula-se que do montante assistido 44,01% eram mulheres. Deve-se esclarecer que o sistema SIATER não afere exatamente o número de mulheres, assim, chegou-se ao percentual informado através da verificação dos atestes dos questionários de fiscalização e atividades coletivas realizadas nos projetos de assentamento em 2014, portanto, de acordo com o percentual citado acima, para o contrato de ATER Chamada Pública/2012, no qual foram assistidas 2.099 famílias, houve o atendimento aproximado de 944 mulheres, e na Chamada Pública/2013 houve o atendimento de 86 mulheres do montante de 241 assistidos. Com isso foram assistidas 1.030 mulheres num montante de 2.340 assistidos nos dois contratos. Os contratos previam que do total assistido 30% deveriam ser mulheres, por conseguinte a meta seria de 702 mulheres (30% de 2.340).</p>									
c) Resultados Estratégicos Previstos									
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Curto prazo -2014</th> <th>Médio prazo 6 2015 (PPA)</th> <th>Longo Prazo ó 2016 em diante</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Deve-se explicar que as atividades elencadas no item "a", não foram objeto de análise em exercícios anteriores e, portanto, a UJ não tem parâmetros para informar se houve avanço neste objetivo estratégico. Porém, pode-se afirmar que a própria criação deste objetivo estratégico é um avanço no sentido da promoção da autonomia da mulher no meio rural.</td> <td>As atividades relativas a ATER, desenvolvidas em 2014 terão reflexo positivo ao longo de 2015. Em 2015 será realizada a revisão das metas dos indicadores que foram elaborados ainda no exercício de 2014 para o biênio 2014-2015, tendo em vista a LOA 2015 aprovada, mantendo o alinhamento aos objetivos propostos no Planejamento Estratégico do Incra.</td> <td>Todas as atividades desenvolvidas no exercício que tem por objeto promover a autonomia da mulher no meio rural, terão reflexo positivo, para as mesmas, suas famílias e suas respectivas comunidades tanto no ano de 2016 como nos anos seguintes.</td> </tr> </tbody> </table>	Curto prazo -2014	Médio prazo 6 2015 (PPA)	Longo Prazo ó 2016 em diante	Deve-se explicar que as atividades elencadas no item "a", não foram objeto de análise em exercícios anteriores e, portanto, a UJ não tem parâmetros para informar se houve avanço neste objetivo estratégico. Porém, pode-se afirmar que a própria criação deste objetivo estratégico é um avanço no sentido da promoção da autonomia da mulher no meio rural.	As atividades relativas a ATER, desenvolvidas em 2014 terão reflexo positivo ao longo de 2015. Em 2015 será realizada a revisão das metas dos indicadores que foram elaborados ainda no exercício de 2014 para o biênio 2014-2015, tendo em vista a LOA 2015 aprovada, mantendo o alinhamento aos objetivos propostos no Planejamento Estratégico do Incra.	Todas as atividades desenvolvidas no exercício que tem por objeto promover a autonomia da mulher no meio rural, terão reflexo positivo, para as mesmas, suas famílias e suas respectivas comunidades tanto no ano de 2016 como nos anos seguintes.			
Curto prazo -2014	Médio prazo 6 2015 (PPA)	Longo Prazo ó 2016 em diante							
Deve-se explicar que as atividades elencadas no item "a", não foram objeto de análise em exercícios anteriores e, portanto, a UJ não tem parâmetros para informar se houve avanço neste objetivo estratégico. Porém, pode-se afirmar que a própria criação deste objetivo estratégico é um avanço no sentido da promoção da autonomia da mulher no meio rural.	As atividades relativas a ATER, desenvolvidas em 2014 terão reflexo positivo ao longo de 2015. Em 2015 será realizada a revisão das metas dos indicadores que foram elaborados ainda no exercício de 2014 para o biênio 2014-2015, tendo em vista a LOA 2015 aprovada, mantendo o alinhamento aos objetivos propostos no Planejamento Estratégico do Incra.	Todas as atividades desenvolvidas no exercício que tem por objeto promover a autonomia da mulher no meio rural, terão reflexo positivo, para as mesmas, suas famílias e suas respectivas comunidades tanto no ano de 2016 como nos anos seguintes.							

## Quadro 6 ó Plano Estratégico do Incra ó Objetivo 5

Objetivo Estratégico 05: Promover o acesso dos Povos e Comunidades tradicionais às políticas produtivas, de garantia de direitos e à regularização fundiária dos territórios, contribuindo para o seu etnodesenvolvimento.																								
a) Descrição																								
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Atividade</th> <th>Meta</th> <th>Realizado</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Área total de imóveis vistoriados <sup>1</sup></td> <td>0</td> <td>0</td> </tr> <tr> <td>Número de hectares reconhecidos em portarias de reconhecimento de territórios quilombolas</td> <td>0</td> <td>0</td> </tr> <tr> <td>Número de relatórios antropológicos de comunidades remanescentes de quilombos concluídos</td> <td>3</td> <td>0</td> </tr> <tr> <td>Número de Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) de territórios quilombolas publicados</td> <td>3</td> <td>0</td> </tr> <tr> <td>Número de Contratos de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) de comunidades quilombolas emitidos</td> <td>1</td> <td>0</td> </tr> <tr> <td>Número de títulos definitivos de comunidades quilombolas emitidos</td> <td>0</td> <td>0</td> </tr> <tr> <td>Número de hectares indenizados aos ocupantes de imóveis em áreas reconhecidas para as comunidades quilombolas</td> <td>0</td> <td>0</td> </tr> </tbody> </table>	Atividade	Meta	Realizado	Área total de imóveis vistoriados <sup>1</sup>	0	0	Número de hectares reconhecidos em portarias de reconhecimento de territórios quilombolas	0	0	Número de relatórios antropológicos de comunidades remanescentes de quilombos concluídos	3	0	Número de Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) de territórios quilombolas publicados	3	0	Número de Contratos de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) de comunidades quilombolas emitidos	1	0	Número de títulos definitivos de comunidades quilombolas emitidos	0	0	Número de hectares indenizados aos ocupantes de imóveis em áreas reconhecidas para as comunidades quilombolas	0	0
Atividade	Meta	Realizado																						
Área total de imóveis vistoriados <sup>1</sup>	0	0																						
Número de hectares reconhecidos em portarias de reconhecimento de territórios quilombolas	0	0																						
Número de relatórios antropológicos de comunidades remanescentes de quilombos concluídos	3	0																						
Número de Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) de territórios quilombolas publicados	3	0																						
Número de Contratos de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) de comunidades quilombolas emitidos	1	0																						
Número de títulos definitivos de comunidades quilombolas emitidos	0	0																						
Número de hectares indenizados aos ocupantes de imóveis em áreas reconhecidas para as comunidades quilombolas	0	0																						
b) Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação																								
<p>Para executar a regularização dos territórios de comunidade de remanescentes de quilombolas a UJ programou metas que estavam condizentes com suas condições operacionais. Contudo, diante das demandas intempestivas do MPU e DPU, as atividades em 2014 voltaram-se para o atendimento dessas demandas. A principal questão levantada pelo MPU e DPU está relacionada com conflitos entre quilombolas e não quilombolas, o que muitas vezes tem obstruído os trabalhos de campo relativos ao laudo antropológico e levantamento fundiário, por conseguinte, o RTID. Desse modo,</p>																								

houve um reforço na realização de reuniões para esclarecimento sobre a regularização dos territórios em diversas comunidades e para os diferentes sujeitos em conflito. Assim, a conclusão de três laudos antropológicos e a publicação de outros três RTID's não ocorreram em 2014. Os laudos e relatórios estão em fase de conclusão, sendo que um RTID será publicado no início de 2015.

c) Resultados Estratégicos Previstos

Curto prazo -2014	Médio prazo ó 2015 (PPA)	Longo Prazo ó 2016 em diante
Observa-se que não foram obtidos os resultados programados nos indicadores descritos no item ãao. Assim, o Objetivo 5 teve um atraso quanto a sua execução. Contudo, o atendimento das demandas do MPU e DPU podem ser uma oportunidade de definição de metas mais claras e possíveis de serem cumpridas. Ainda verifica-se a possibilidade de dirimir os conflitos que provocam em muitos casos obstruções no trabalho de regularização dos territórios nos seus diferentes momentos.	Todas as atividades não desenvolvidas em 2014 serão realocadas para 2015. Além dos três laudos, três RTID's e um CCRDU, terão que ser agrupadas a conclusão de mais três RTID's que estão em fase de conclusão. E um TD para a Comunidade do Cunani.	Todas as atividades desenvolvidas nos exercícios anteriores serão continuadas em 2016 e exercícios seguintes, desde que contempladas no novo PPA.

<sup>1</sup> Vistoria e avaliação de imóveis de ocupantes não quilombolas. Ação 210Z-PO 04.

### Quadro 7 ó Plano Estratégico do Incra ó Objetivo 6

**Objetivo Estratégico 06:** Promover autonomia e a emancipação da juventude rural, contribuindo para sua permanência no campo e para à sucessão rural.

a) Descrição

Atividade	Meta	Realizado
Número de jovens assentados (até 29 anos)	*	565

b) Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação

Para este objetivo estratégico a Autarquia não possui até o presente momento meta específica, o que se tem é a meta geral ófamília assentadas, porém é possível filtrar a quantidade de jovens abaixo de 29 anos que foram assentados pelo Incra em 2014.

c) Resultados Estratégicos Previstos

Curto prazo -2014	Médio prazo ó 2015 (PPA)	Longo Prazo ó 2016 em diante
Conforme explicitado na letra óbô a autarquia não possui meta específica para este objetivo.	-	-

## 2.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados

**Relação das ações da Lei Orçamentária Anual do exercício que estiverem na responsabilidade da superintendência, contemplando as seguintes informações em relação a cada ação:**

*Programação e execução orçamentária e financeira:*

### Quadro 8 ó Ações Orçamentárias ó Programação e Execução Orçamentária e Financeira.

Ação Orçamentária	Meta Orçamentária	Provisão Recebida	Despesa Empenhada	Despesa Liquida	Valores Pagos
210Z - Reconhecimento e indenização de territórios quilombolas	47.127,00	71.340,70	59.844,96	59.843,96	59.843,96
2105 - Gerenciamento e fiscalização do cadastro rural	14.659,00	18.264,01	15.306,81	15.306,81	15.306,81
0427 - Concessão de crédito instalação às famílias assentadas	3.389.040,00	0,00	0,00	0,00	0,00
210S ó Assistência téc. e extensão rural para a reforma agrária	2.352.618,00	204.368,48	175.646,99	141.946,27	141.946,27

210T - Promoção da educação no campo	656.910,00	609.270,20	594.253,01	12.570,11	12.570,11
210U - Organização da estrutura fundiária	0,00	67.640,00	17.939,60	17.939,60	17.939,60
211A ó Desenvolvimento sustentável de assentamentos rurais	677.683,03	1.829.961,52	1.684.938,90	561.958,84	561.958,84
211B - Desapropriação de imóveis rurais para ref. agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2000 - Administração da unidade	1.442.111,00	1.932.689,80	1.899.559,45	1.662.175,60	1.662.175,60

Fonte: Relatórios/SIAFI

**a) Processo utilizado para a fixação das metas físicas e financeiras para as ações:** todos os programas e ações constantes do plano estratégico da Autarquia para o ano de 2014 têm vinculação direta e estão previstos no PPA 2012-2015, bem como são de sua exclusiva competência, a ser operacionalizado tanto pelo Incra-sede como por suas Superintendências Regionais.

Destarte, a metodologia implementada pela Autarquia para elaboração do seu planejamento anual é um conjunto de atividades, análises e reuniões, que se inicia após publicação da Lei Orçamentária Anual-LOA e decreto de corte. Como resultado, foi elaborado o Plano de Metas e Créditos Orçamentário-2014/2015, documento norteador da execução dos trabalhos a serem executados, o objetivo essencial do plano é expressar o que deve ser feito, refletindo as situações a serem alteradas pela implementação de iniciativas, e com desdobramentos no território nacional, trabalho esse realizado para o biênio 2014/2015, contudo 2015, representando média histórica dos últimos 03 exercícios.

Após essas providencias iniciais cada UJ principiou os seus planejamentos individuais com base no Plano de Metas de Créditos Orçamentários. Assim, foi realizada reunião inicial com as chefias visando conhecer o plano, analisar as demandas existentes e decidir sobre os trabalhos a serem executados por cada divisão, mas sempre que possível integrando ações com intuito de diminuir custos e otimizar os recursos operacionais.

Assim, se inicia o exercício com a média dos últimos 03 anos, o que implica em dizer que o processo de planejamento se encerra após a elaboração e envio da prestação de contas do exercício anterior, com o ajuste e estabelecimento dos valores oficiais, meta física e limite orçamentário.

**Fatores intervenientes que concorreram para os resultados da ação de responsabilidade, contemplando, inclusive, os reflexos de eventual limitação de empenho e de movimentação financeira:**

**Limitação de recursos nas ações 0427:** que impossibilitou a concessão de crédito instalação para as famílias assentadas;

**Limitação de recursos nas ações 210S:** até o exercício de 2014, a UJ estava provendo 3.744 famílias assentadas com serviços de ATER, porém, a partir do mês de novembro com o fim da vigência dos contratos celebrados em 2012, 2.815 famílias deixaram de receber os referidos serviços. A providência adotada pela UJ foi realizar novas chamadas públicas com esse objetivo, essas chamadas públicas visavam atender 5.444 famílias, sendo 2.129 famílias pertencentes aos assentamentos tradicionais que deixaram de receber assistência técnica em virtude do fim da vigência dos contratos e, 3.315 famílias seriam as residentes em projetos ambientalmente diferenciados, porém, a limitação de recursos orçamentários impossibilitou o lançamento das chamadas públicas e consequente celebração de novos contratos.

## **2.3 Informações sobre outros resultados gerados pela gestão**

Foram realizadas vistorias para avaliação de áreas pertencentes ao PA Manoel Jacinto, no município de Porto Grande, que seriam atingidas por inundação provocada pela construção da

Usina Hidrelétrica Cachoeira Caldeirão.

O trabalho realizado pelos técnicos da UJ, visaram o diagnosticar as benfeitorias existentes nos lotes das famílias assentadas.

---

**3. ACOMPANHAMENTO DOS PRINCIPAIS MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS DA GESTÃO**

---

### 3.1 Ordenamento da Estrutura Fundiária

#### 3.1.1 Demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual

**Quadro 9: Ações do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária - Execução física e orçamentária**

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Meta Física (Valores)	Execução Física	Meta Orçamentária	Provisão Recebida	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Valores Pagos	Restos a Pagar
2105	Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	Atualização Cadastral (und)	200	2.570	14.659,00	18.264,01	15.306,81	15.306,81	15.306,81	0,00
2114	Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sist. Cadastrais e Cartográficos	Sistema mantido (und)	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
210U	Regularização Fund. de Imóveis Rurais	Imóvel/Posse Regularizado (und)	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
210U	Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional	Imóvel Georreferenciado (und)	0	0	0,00	67.640,00	17.939,60	17.939,60	17.939,60	0,00
210U	Gestão de Terras Públicas	Área Diagnosticada (ha)	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
210Z	Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas	Portaria de Reconhecimento (ha)	0	0	47.127,00	71.340,70	59.844,96	59.843,96	59.843,96	0,00
210Z	Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos	Imóvel Indenizado (ha)	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI, SIR-Módulo Monitoramento e Avaliação.

**Quadro 10: Ações do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária - Execução de Restos a Pagar\***

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Execução Física**	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a pagar
2105	Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	Atualização Cadastral (und)	0	0,00	0,00	0,00	0,00
2114	Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sist. Cadastrais e Cartográficos	Sistema mantido (und)	0	0,00	0,00	0,00	0,00
210U	Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	Imóvel/Posse Regularizado (und)	0	0,00	0,00	0,00	0,00
210U	Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional	Imóvel Georreferenciado	0	0,00	0,00	0,00	0,00

		(und)					
210U	Gestão de Terras Públicas	Área Diagnosticada (ha)	0	0,00	0,00	0,00	0,00
210Z	Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas	Portaria de Reconhecimento (ha)	0	0,00	0,00	0,00	0,00
210Z	Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos	Imóvel Indenizado (ha)	0	0,00	0,00	0,00	0,00

\*Incluem RAP processado e não-processado.

\*\*A execução física apresentada corresponde aos instrumentos iniciados em exercícios anteriores, com conclusão no exercício de referência, podendo onerar tanto os recursos de RAP quanto do orçamento do exercício.

**a) Análise crítica da execução física e financeira das ações, conforme metas estabelecidas:** em 2014, a UJ atingiu 1.285% da meta física estabelecida para o Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural, as demais ações não foram contempladas com metas físicas, no exercício. Sobre a execução orçamentária, a UJ foi provida com o montante de R\$ 157.244,71, montante maior que a previsão inicial, desse montante UJ liquidou e pagou R\$ 93.090,37, ou seja, 59,20% do recurso disponibilizado. Esse recurso foi gasto principalmente em despesas decorrentes dos deslocamentos de servidores em ações relativas a implantação de Unidades Municipais de Cadastramento-UMC, e levantamento de dados para confecção de RTID's.

**Principais problemas:** o principal problema identificado na realização dos trabalhos empreendidos no exercício foi o quadro deficitário de servidores para fazer frente as demanda advindas da ação 210Z, o que mesmo com estratégias que visaram contornar a situação, ainda assim representou fator determinante para a impossibilidade de apresentação de melhores resultados;

**Principais resultados:** A meta física referente ao Gerenciamento do Cadastro Rural foi bastante excedida tanto devido à procura por atualizações cadastrais quanto pelas ações de cadastramento realizadas pelo Programa Terra Legal que realizou o cadastramento junto ao SNCR nas ações de regularização fundiária. Os recursos descentralizados foram gastos para realizações de reuniões expositivas junto às prefeituras municipais visando a implantação de Unidades Municipais de Cadastramento-UMC's, as ações referentes a esta meta trouxeram aspectos positivos permitindo maior conhecimento da malha fundiária do estado devido ao aumento do número de imóveis cadastrados. No entanto, a programação da meta deverá ser realizada em conjunto com o MDA-Terra Legal pois ambos usam o mesmo sistema de cadastramento. No que concerne a ação 210Z, apesar de não atingir a meta relacionada a emissão do CCDRU das comunidades quilombolas, o ano de 2014 foi bastante produtivo, uma vez que houve a coleta de dados para elaboração de diversos relatórios técnicos de Identificação e Delimitação-RTID de comunidades quilombolas, isso irá possibilitar a publicação dos RTID's em 2015 para que posteriormente se possa regularizar os territórios. Os recursos também foram utilizados para atender as demandas judiciais relacionadas a ação, e para realização de reuniões de esclarecimento solicitadas pelas comunidades. Mesmo não havendo metas para ação de georreferenciamento da malha fundiária, houve o gasto de recursos desta ação pelo Grupo Executivo criado para retificar o perímetro dos projetos de assentamento do estado do Amapá visando sua regularização dominial, essa tarefa foi realizada através da complementação do georreferenciamento dos PA's Cedro, Munguba, Governador Janary, São Benedito do Aporema e Piquiazal.

**b) Reflexos de contingenciamentos sobre os resultados das ações (financeiros, judiciais, operacionais, legais, climáticos, etc.):** houve contingenciamento relativo ao quadro reduzido de servidores, que prejudicou a realização da ação 210Z, principalmente pelo reduzido número de antropólogos, e também, a existência de grande número de ações judiciais referentes a regularização das terras remanescentes de quilombos

impactou sobremaneira os recursos disponibilizados para essa ação, pois, essas demandas são tratadas como prioridades, porém, a quantidade de recursos no exercício foi insuficiente para atender todas as atividades inerentes a ação, e como resultado a realização de outras atividades demandadas ou planejadas deixaram de ser efetuadas.

c) **Reflexos dos restos a pagar na execução das ações:** não houve recursos inscritos em restos a pagar neste macroprocesso.

d) **Estratégias de intervenção a serem adotadas para melhoria de resultados que se apresentaram abaixo do esperado:** não se tem como apresentar estratégias elaboradas visando melhores resultados sem que existam servidores em quantidade e capacitados para executar as atividades programadas, bem como recursos suficientes.

### **3.1.2 Demonstração do grau de conhecimento da malha fundiária na jurisdição da superintendência em base cartográfica**

---

**a) Estratégia de atuação em regiões onde o grau de conhecimento apresenta-se mais baixo:** a estratégia utilizada pela UJ é manter sua base de dados cartográficos atualizada e complementar as informações buscando dados junto ao MDAóTerra Legal, Instituto de Meio Ambiente e Ordenamento TerritorialóIMAP, Secretaria de Meio AmbienteóSEMA, o que possibilitará aumentar o conhecimento da Malha Fundiária nessas regiões;

**b) Estratégia de atuação quanto aos procedimentos de atendimento aos processos de certificação de imóveis rurais a que se referem a IN Incra 25/2005 e a NE Incra 80/2008, ou norma que as alterar, incluindo os processos de comunicação com cartórios e processos de notificação de proprietários de imóveis rurais abrangidos pelos requisitos do artigo 10 do Decreto nº 4.449/2002:** os procedimentos de certificação de imóveis rurais, não mais se utiliza a IN/INCRA/nº 25/2005 e a NE/INCRA/nº 80/2008. Os processos remanescentes da 2ª Norma Técnica para Georreferenciamento de Imóveis Rurais estão sendo analisados com base na NE/INCRA/nº 105 de 26/11/2012, conforme determinação do Incra-sede.

Tendo em vista que a UJ possui poucos processos de certificação protocolados estabeleceu-se como meta a análise de todos os processos no exercício de 2014, porém verificou-se que em muitos faltam as documentações complementares o que impede a análise, e outros não foram certificados devido aos membros do Comitê Regional de Certificação estarem executando outras atividades, o que impossibilitou o cumprimento da meta de certificação.

Em fevereiro de 2014 foi consolidada a utilização do sistema SIGEF implantado através da IN/INCRA/nº 77/2013 que regulamenta o procedimento de certificação da poligonal objeto de memorial descritivo de imóveis rurais a que se refere o § 5º do art. 176 da Lei nº 6.015, de 31/12/1973.

O art. 2º dessa IN estabelece que o requerimento de certificação da poligonal objeto de memorial descritivo de imóvel rural será processado por meio do Sistema de Gestão Fundiáriaó SIGEF, ou seja, a partir de fevereiro de 2014 todos os novos procedimentos de certificação foram realizados nesse sistema, cabendo ao Incra analisar os processos remanescentes (protocolados antes de fevereiro de 2014). A implantação do novo sistema agilizou o procedimento pois a certificação se dá automaticamente, no entanto, o Incra ainda deve proceder análises nos casos de desmembramento, remembramento, retificação e cancelamento das certificações. E o art. 18, estabeleceu que em até 90 (noventa) dias após a entrada em vigor dessa IN (que ocorreu em 23/11/2013), poderia ser protocolado requerimento de certificação da poligonal objeto de memorial descritivo de imóvel rural referente a serviço de georreferenciamento realizado em conformidade com a 2ª Edição da Norma Técnica para Georreferenciamento de Imóveis RuraisóNTGIR, aprovada pela PORTARIA/INCRA/P/nº 578, de 16/12/2010, o que corresponde ao prazo de 20/02/2014.

Em relação à comunicação aos cartórios e notificações de proprietários de imóveis rurais abrangidos pelos requisitos do art. 10 do Decreto nº 4.449/2002, a UJ não realiza esse procedimento, pois ainda não houve normatização por parte do Incra-sede.

**c) Estratégia de atuação e programação para atendimento da exigência legal de certificação gratuita de que tratam o § 3º do art. 225 da Lei nº 6.015, de 1973:** no que concerne a gratuidade prevista na Lei no 6.015, de 1973, até o momento o Incra atua apenas no georreferenciamento das parcelas rurais dos projetos de assentamento, pois todas possuem menos de quatro módulos fiscais, além disso o Programa Terra Legal, no âmbito do programa de regularização fundiária, georreferencia gratuitamente essas parcelas.

**d) Número de processos de certificação de imóveis rurais protocolados (passivo anterior ao exercício e no exercício):** em 2014 havia 93 (noventa e três) processos de certificação em tramite na UJ, desses, 40 (quarenta) foram analisados e 27 (vinte e sete) foram certificados. Todos protocolados em anos anteriores a 20/02/2014, a partir dessa data todos os procedimentos estão sendo recepcionados via SIGEF sem a necessidade de abertura de processo físico.

e) Número de processos de certificação de imóveis rurais analisados no exercício, destacando estratégias de correção de baixo rendimento e planejamento para o próximo exercício: até o fim do exercício foram analisados 40 processos, destes 27 foram certificados, alem disso foram analisados mais 185 pedidos de cancelamento, sobreposição, remembramento e desmembramento através do novo sistema de certificaçãoóSIGEF.

f) Planejamento da atuação da superintendência para georreferenciamento do passivo de imóveis existentes em seu patrimônio, avaliação quantitativa e qualitativa das atividades de georreferenciamento empreendidas no exercício: quanto ao passivo de imóveis patrimônio do Incra a serem georreferenciados se esclarece que as ações estão sendo realizadas no âmbito do Programa Assentamentos Verdes-PAV, o qual tem por objetivo a prevenção, o controle e o monitoramento ambiental. Em 2014 foram demarcadas e georreferenciadas 270 parcelas nos PA&os Bom Jesus, Cedro, Manoel Jacinto, Matão do Piaçacá, Munguba, Pancada do Camaipi e Perimetral Norte, além disso foram retificadas e consolidadas o georreferenciamento de cinco perímetros de projetos de assentamento de reforma agrária (Cedro, Piquiazal, Bom Jesus, São Benedito do Aporema e Munguba).

### Planilha 1: PAV-2014/Eixo1-Regularização Ambiental e Fundiária

#### Operação1: Inserção de Assentamentos no Cadastro Ambiental Rural-CAR

Tarefa1(T1): Demarcar e Georreferenciar Perímetros e Áreas Ambientais dos Assentamentos e Áreas de Ocupantes			EXECUÇÃO		
Código PA	Procedimento/PA	Prazo (mês/ano)		Estágio	Observações
		Início	Término		
<b>Retificar a demarcação e o georreferenciamento das parcelas dos assentamentos:</b>					
AP0010000	PA Serra do Navio	01/03/14	01/12/14	Pendente	Reprogramado para o ano de 2015, pois não foi possível efetuar a elaboração do termo de referência para contratação dos serviços.
AP0012000	PA Cedro	01/03/14	01/12/14		
AP0028000	PA Pedra Branca	01/03/14	01/12/14		
<b>Demarcar e georreferenciar perímetro do assentamento:</b>					
AP0017000	PAE Maracá	01/05/14	01/12/14	Pendente	Reprogramado para o ano de 2015, pois não foi possível efetuar a elaboração do termo de referência para contratação dos serviços.
<b>Demarcar e georreferenciar as parcelas dos assentamentos:</b>					
AP0004000	PA Perimetral	01/03/14	01/12/14	Em execução	
AP0005000	PA Carnot	01/03/14	01/12/14	Em execução	
AP0011000	PA Matão do Piaçacá	01/03/14	01/12/14	Em execução	
AP0012000	PA Cedro	01/03/14	01/12/14	Em execução	
AP0020000	PA Itaubal	01/03/14	01/12/14	Em execução	
AP0023000	PA Nova Canaã	01/03/14	01/12/14	Em execução	
AP0028000	PA Pedra Branca	01/03/14	01/12/14	Pendente	Reprogramado para o ano de 2015, devido a falta de acesso aos lotes não demarcados.
AP0030000	PA Vila Velha do Cassiporé	01/03/14	01/12/14	Em execução	
AP0031000	PA Lourenço	01/03/14	01/12/14	Em execução	

Fonte: SR(21)AP/GAB/COGER-Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária

### Planilha 2: PAV-2015/Eixo1-Regularização Fundiária e Ambiental

#### Operação2: Realização de Demarcação e Geoprocessamento de Assentamentos e Parcelas

Tarefa (1): Realizar a Demarcação e o Geoprocessamento do Perímetro dos Imóveis			EXECUÇÃO		
Código PA	Procedimento/PA	Prazo (mês/ano)		Estágio	Observações
		Início	Término		
AP0017000	PAE Marcá	01/01/15	30/11/15		
<b>Tarefa (2): Realizar a Demarcação e o Geoprocessamento de Parcelas</b>					
Código PA	Procedimento/PA	Prazo (mês/ano)	Estágio	EXECUÇÃO	

		Início	Término	
AP0004000	PA Perimetral	01/09/14	31/12/15	Em execução
AP0010000	PA Serra do Navio	01/01/15	31/12/15	
AP0011000	PA Matão do Piaçacá	01/09/14	31/12/15	Em execução
AP0012000	PA Cedro	03/11/14	31/12/15	Em execução
AP0020000	PA Itaubal	01/09/14	31/12/15	Em execução
AP0023000	PA Nova Canaã	03/11/14	31/12/15	Em execução
AP0028000	PA Pedra Branca	01/01/15	31/12/15	
AP0030000	PA Vila Velha do Cassiporé	01/09/14	31/12/15	Em execução
AP0031000	PA Lourenço	03/11/14	31/12/15	Em execução

Fonte: SR(21)AP/GAB/COGER-Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária

### Planilha 3: PAV-2016/Eixo1-Regularização Fundiária e Ambiental

#### Operação2: Realização de Demarcação e Geoprocessamento de Assentamentos e Parcelas

Tarefa (1): Realizar a Demarcação e o Geoprocessamento do Perímetro dos Imóveis			EXECUÇÃO	
Código PA	Procedimento/PA	Prazo (mês/ano)		
		Início	Término	Estágio
AP0044000	PAE Ipixuna Miranda	01/01/16	31/12/16	
AP0045000	PAE Barreiro	01/01/16	31/12/16	
AP0046000	PAE Foz do Mazagão Velho	01/01/16	31/12/16	
AP0047000	PAE Sucuriju	01/01/16	31/12/16	
AP0048000	PAE Carapanatuba	01/01/16	31/12/16	

Fonte: SR(21)AP/GAB/COGER-Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária

### Planilha 4: PAV-2017/Eixo1-Regularização Fundiária e Ambiental

#### Operação2: Realização de Demarcação e Geoprocessamento de Assentamentos e Parcelas

Tarefa (1): Realizar a Demarcação e o Geoprocessamento do Perímetro dos Imóveis			EXECUÇÃO	
Código PA	Procedimento/PA	Prazo (mês/ano)		
		Início	Término	Estágio
AP0049000	PAE N. Sra. Da Conceição	01/01/17	31/12/17	
AP0053000	PAE Ilha de Aruãs	01/01/17	31/12/17	
AP0056000	PAE Jacitara	01/01/17	31/12/17	
AP0050000	PAE Igarapé Novo	01/01/17	31/12/17	
AP0057000	PAE Capoeira do Rei	01/01/17	31/12/17	

Fonte: SR(21)AP/GAB/COGER-Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária

### 3.1.3 Demonstração dos resultados das atividades de reconhecimento, identificação, delimitação, demarcação e titulação dos territórios Quilombolas empreendidas pela superintendência.

No Plano de Ação 2014/2015, elaborado pela Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária do Incra no Amapá, foi programado para o exercício de 2014: a) Elaboração e publicação de RTID das comunidades remanescentes de quilombo Cunani, Engenho do Matapi e Mata Fome; e b) Emissão de instrumento de titulação ó Contrato de Concessão de Direito Real de Uso ó da comunidade Engenho do Matapi.

Para a realização dessas atividades o Conselho Diretor do Incra aprovou o orçamento de R\$ 47.127,00, (quarenta e sete mil, cento e vinte e sete reais). Entretanto, diante das demandas apresentadas pelo Ministério Público Federal (MPF) e Defensoria Pública da União (DPU), durante todo o exercício de 2014, o montante de recurso descentralizado foi de R\$ 71.340,70 (setenta e um mil, trezentos e quarenta reais e setenta centavos).

A partir desse montante e das demandas intempestivas do MPF e SDPU foram realizadas adaptações no planejamento inicial e foram executadas as seguintes atividades: a) coleta de dados para elaboração do RTID das comunidades São Tomé do Aporema, São Pedro dos Bois, Ilha Redonda, Cinco Chegas do Matapi e São José do Mata Fome; b) levantamento fundiário nas

comunidades quilombolas de Ilha Redonda, Igarapé do Lago, Ambé e São Pedro dos Bois; c) elaboração de laudo Antropológico do Igarapé do Palha; d) conclusão do Laudo Antropológico da Comunidade de Cinco Chagas do Matapi; e) reuniões e oficinas com objetivo de informar e sensibilizar as comunidades sobre o conteúdo do Decreto nº. 4.887/2003 e IN nº. 57/2009 nas comunidades Ressaca da Pedreira, Santo Antônio do Matapi, Carmo do Maruanum, São Miguel do Macacoary, Igarapé do Lago, São João do Maruanum, Lagoa dos Índios, Campina Grande, São José do Mata Fome e Curralinho.

Como resultado a UJ concluiu o RTID da Comunidade do Cunani, cuja publicação está prevista para o início de 2015. Também promoveu o cadastramento de famílias, o levantamento fundiário e a delimitação do território das comunidades do Mata Fome, Engenho do Matapi, São Pedro dos Bois, São Benedito do Aporema, Ambé, Igarapé do Palha e Ilha Redonda. As informações sobre essas comunidades estão em fase de sistematização e análise dos dados coletados para, em conjunto com os laudos antropológicos concluírem o RTID em 2015.

Quanto aos laudos antropológicos previstos para 2014 (Cinco Chagas, Igarapé do Palha e Porto do Céu), esses ainda estão em fase de elaboração e verificação das adequações dos trabalhos à Portaria Interministerial/MPOG/MDA/nº. 210/2014, que prevê a possibilidade de trabalhos de campo e demais procedimentos substituírem o RTID nos territórios que incidem em área de marinha.

### 3.1.4 Principais atividades de controle do Gestor

Na UJ existe a preocupação do Gestor em assegurar a confiabilidade dos registros informatizados das informações referentes à atuação da SR em todos os programas e ações sob sua responsabilidade, inclusive, existem servidores oficialmente designados para acessar os sistemas informatizados do Incra relativos ao ordenamento da estrutura fundiária (SNCR, SIR, SIGEF etc). Além disso, a estrutura operacional da UJ está necessariamente alinhada às estratégias definidas pela direção da autarquia.

A regularidade normativa dos processos instituídos na UJ, também é preocupação do Gestor, principalmente no que concerne a segregação das funções executados pelos servidores, a conferência e revisão processual, além de outras atividades de controle exercidas no âmbito da UJ.

### 3.1.5 Indicadores

#### Índice de Cadastramento de imóveis rurais (%)

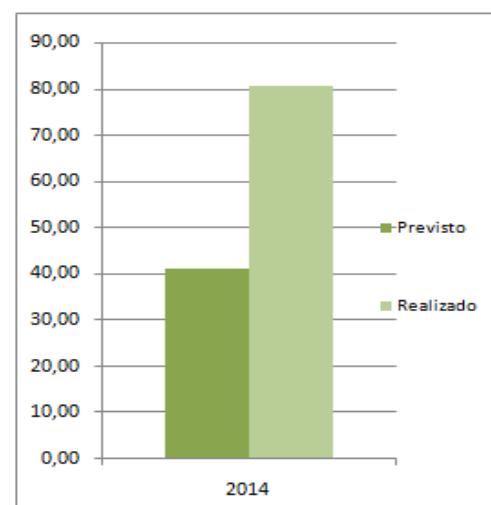
2014		2015
Previsto <sup>1</sup>	Realizado	Meta <sup>2</sup>
41,20	80,57	60,90

#### Memória de cálculo:

2014: Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha) (11.522.598,87 - Fonte: SNCR, Apuração Especial realizada em 30/06/2014) dividido pela superfície total da área (ha) abrangida pela Jurisdição do INCRA, na jurisdição da SR (14.301.351,45 - Fonte: SR(21)F) multiplicado por 100.

<sup>1</sup> Média dos últimos 3 anos

<sup>2</sup> Média dos últimos 3 anos. Valor definitivo será definido com a conclusão



#### Índice de análise de processos de Certificação de Imóveis (%)

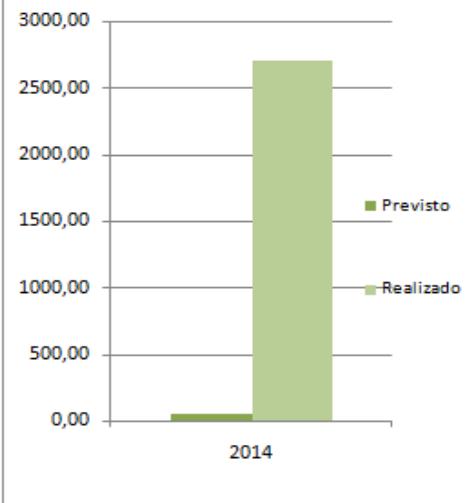
2014		2015
Previsto <sup>1</sup>	Realizado	Meta <sup>2</sup>
53,33	2700,00	953,33

##### Memória de cálculo:

2014: Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício (27 - Fonte: SR(21)F) dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício no nível de agregação (1 - Fonte: SR(21)F) multiplicado por 100.

<sup>1</sup> Média dos últimos 3 anos

<sup>2</sup> Média dos últimos 3 anos. Valor definitivo será definido com a conclusão

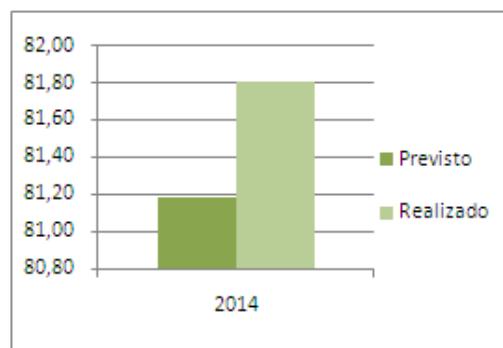


#### Índice de Regularização Fundiária (%)

2014		2015
Previsto <sup>1</sup>	Realizado	Meta <sup>2</sup>
0,00	0,00	0,00

##### Memória de cálculo:

2014: Número de imóveis regularizados e titulados no exercício (0 - Fonte: Informar fonte) dividido pelo número de imóveis com processos de regularização fundiária iniciados no exercício, na jurisdição da SR (0 - Fonte: Informar fonte) multiplicado por 100.



<sup>1</sup> Média dos últimos 3 anos

<sup>2</sup> Média dos últimos 3 anos. Valor definitivo será definido com a conclusão do Planejamento 2015

### Análise:

a) **Índice de Cadastramento de imóveis rurais:** 80,57%, este índice foi obtido dividindo-se a área cadastrada constante no SNCR pela área total do estado do Amapá, ou seja, dos 14.301.351,45 de hectares da superfície estadual, o Incra detém uma área equivalente a 11.522.598,87 de hectares cadastrados. Em 2014 a UJ realizou 2.570 atualizações cadastrais, 2.370 a mais do que a meta prevista, em virtude da realização de retificações de cadastrais de imóveis da União que foram computados pelo sistema como atualização cadastral e inserção de cadastrais de imóveis oriundos de processos de regularização fundiária advindos do programa MDA-Terra Legal. Para o ano de 2015 a meta é realizar 250 atualizações cadastrais.

b) **Índice de análise de processos de Certificação de Imóveis:** o elevado valor do índice de certificação se deu em decorrência de que houve apenas um processo protocolado no exercício de 2014, isso ocorreu devido à implantação do Sistema de Gestão Fundiária-SIGEF, dessa forma, segundo os atos normativos da Autarquia, a partir de fevereiro de 2014 todos os pedidos de certificação começaram a ser processados por esse sistema, não havendo necessidade de abertura de processo por se tratar de sistema automatizado. Dos 27 processos analisados em 2014 apenas um foi aberto no mesmo exercício, os demais processos analisados fazem parte do passivo de processos de certificação existentes.

c) **Índice de Regularização Fundiária:** ação não executada pela UJ.

---

### **3.1.6 Para Superintendências localizadas em área de fronteira internacional e região Nordeste**

---

A Superintendência Regional do Incra no estado do Amapá, embora esteja localizada em área de fronteira internacional, não possui a atribuição de regularizar imóveis rurais, pois, esta é uma atribuição específica dos escritórios locais do MDA-Programa Terra Legal.

*ðArt. 119. Às Divisões Estaduais de Regularização Fundiária na Amazônia Legal (SRFA(00)), compete a coordenação e supervisão da execução das atividades de regularização fundiária e cadastramento dos ocupantes das terras públicas no âmbito estadual, acompanhar e fiscalizar a execução de convênios, ajustes, contratos e termos de cooperação técnica, com execução das seguintes atividades, dentre outrasö. (Regimento Interno do Incra).*

A UJ possui a atribuição de regularizar apenas os imóveis pertencentes aos projetos de assentamento sob sua jurisdição.

---

### **3.1.7 Para Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal**

---

Tendo em vista que não há subordinação das Superintendências Regionais do Terra Legal dos Estados às Superintendências Regionais do Incra, todas as informações referentes ao Terra Legal serão disponibilizadas em capítulo especial do Relatório da Sede.

## 3.2 Obtenção de Recursos Fundiários e Implantação de Projetos de Assentamento

### 3.2.1 Demonstração da execução física e financeira

**Quadro 11: Ações do macroprocesso Obtenção de Recursos Fundiários e Implantação de Projetos de Assentamento - Execução física e orçamentária**

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Meta Física (Valores)	Execução Física	Meta Orçamentária	Provisão Recebida	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Valores Pagos	Restos a Pagar
211A	Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	Vistoria Realizada (ha)	9.700,0000	18.729,2100	108.985,50	117.540,50	86.630,18	56.125,21	56.125,21	30.504,97
211A	Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do PNRA	Família Assentada (und)	910	1.236	69.519,00	125.131,50	122.860,57	122.860,57	122.860,57	0,00
211B	Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha)	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
211B	Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha)	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
211A	Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	Assentamento beneficiado/monitorado (und)	5	11	240.000,00	165.082,17	86.315,46	80.915,46	80.315,46	5.400,00
211A	Licenciamento Ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária	Licença protocolada	0	0	7.300,00	9.564,00	3.579,15	3.579,15	3.579,15	0,00

Fonte: SIAFI, SIR-Módulo Monitoramento e Avaliação.

**Quadro 12: Ações do macroprocesso Obtenção de Recursos Fundiários e Implantação de Projetos de Assentamento - Execução de Restos a Pagar\***

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Execução Física**	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a pagar
211A	Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	Vistoria Realizada (ha)	0	0,00	0,00	0,00	0,00
211A	Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária	Família Assentada (und)	0	0,00	0,00	0,00	0,00

211B	Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha)	0	0,00	0,00	0,00	0,00
211B	Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha)	0	0,00	0,00	0,00	0,00
211A	Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	Assentamento beneficiado/monitorado (und)	0	0,00	0,00	0,00	0,00
211A	Licenciamento Ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária	Licença protocolada	0	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI, SIR-Módulo Monitoramento e Avaliação.

\*Incluem RAP processado e não-processado.

\*\*A execução física apresentada corresponde aos instrumentos iniciados em exercícios anteriores, com conclusão no exercício de referência, podendo onerar tanto os recursos de RAP quanto do orçamento do exercício.

**a) Análise crítica da execução física e financeira das ações, conforme metas estabelecidas:** a UJ realizou todas as metas previstas no macroprocesso obtenção de recursos fundiários e implantação de projetos de assentamento. Sobre a execução orçamentária, a UJ foi provida com um montante de recurso de R\$ 417.318,17, montante menor que o previsto inicialmente, desse total a UJ liquidou R\$ 263.480,39 e pagou R\$ 262.880,39. O recurso foi gasto principalmente em despesas decorrentes dos deslocamento dos servidores para realizar as ações programadas.

**Principais problemas:** os principais problemas detectados para realização dos trabalhos foram: atividades de outros setores da SR conflitantes com a agenda de vistorias para emissão de anuências à atividade de manejo florestal elaborada pelo Serviço de Meio Ambiente/Div. Obtenção de Terras, quadro reduzido de servidores para fazer frente as atividades sob responsabilidade da divisão, falta de materiais de proteção contra as condições climáticas adversas, impossibilidade de acesso à área ocupada pelos requerentes, ausência dos beneficiários nos lotes objeto das vistorias, falta de planejamento sincronizado entre as Divisões de Desenvolvimento e Obtenção de Terras, pois o licenciamento ambiental se refere às obras de infraestrutura que serão executadas pela Divisão de Desenvolvimento, e a demora na descentralização dos recursos por parte da sede;

**Principais resultados:** o resultado de todas as metas programadas para o exercício foi positivo, conforme se verifica no quadro acima, as vistorias rurais resultaram na criação de dois novos assentamentos ambientalmente diferenciados os PAEs Capoeira do Rei e Jacitara, e a ação de gestão ambiental possibilitou o monitoramento de 240 lotes da reforma agrária em diversos projetos de assentamento, bem como a capacitação de 30 famílias assentadas em cursos sobre Produção, Comercialização e Legislação de Sementes Florestais Tropicais e "Técnicas Verticais para Coleta de Sementes Nativas".

**b) Reflexos de contingenciamentos sobre os resultados das ações (financeiros, judiciais, operacionais, legais, climáticos, etc.):** apesar do contingenciamento ocorrido, seja de ordem orçamentária, operacional etc, não houve reflexo negativo, pois, as metas foram superadas positivamente.

**c) Reflexos dos restos a pagar na execução das ações:** não houve recursos inscritos em restos a pagar no ano de 2014.

**d) Estratégias de intervenção a serem adotadas para melhoria de resultados que se apresentaram abaixo do esperado:** não se tem como apresentar estratégias elaboradas visando melhores resultados sem que existam servidores em quantidade e capacitados para executar as atividades programadas, bem como recursos suficientes.

---

### **3.2.2 Demonstração da estratégia local para a prospecção de terras públicas e privadas para utilização no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA)**

---

**a) Análise crítica do planejamento e resultados obtidos nas atividades de vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de reforma agrária, destacando os números obtidos e o planejamento para o próximo exercício:** as vistorias realizadas em 2014 foram planejadas conforme os parâmetros previamente estabelecidos pelo Incra-sede. Assim sendo, foram programadas vistorias para levantamento de dados e informações nos municípios de Serra do Navio (imóveis: Escondido, Ramal do Cachaço e Capivara), Calçoene (imóveis: Rio Flamã, Macaco e Km 20), Itaubal (imóveis: Foz do Macacoari, N. Sa. Nazaré, Puraquê, Uruá, Cobra, São Tomé do Capim, Bom Sucesso, Pau Mulato, S. João Batista do Igarapé Grande e S. Tomé), Santana (imóveis: Limão, S. Benedito do Igarapé do Lago, Vila Nova, Cachoeirinha, Delta do Rio Matapi), Amapá e Vitória do Jari (imóveis: Nova Conquista, Jarilândia, Marajó, Paga Dívidas, Colônia do Aruru, Água Azul e Igarapé das Pacas), cujo total de área vistoriada seria 14.572 hectares.

Porém, até o fim do exercício, foram vistoriados 18.729,2100 hectares, correspondentes aos imóveis nos municípios de Tartarugalzinho (Imóveis: Fazenda Caiena, Retiro Ariramba, Las Palmas e Potengi), Cutias (Comunidades: Jacitara, Pracuuba do Araguari e Capoeira do Rei) e Macapá (Imóvel: Chácara Fabel). Além dessas áreas, existem outras no município de Itaubal (comunidades: Foz do Macacoari, São Tomé do Macacoari, Ipixuna Grande e Pau Mulato) que ainda não possuem área definida e terão suas vistorias concluídas no exercício de 2015. E foram efetuadas duas vistorias para retificação de área, uma na comunidade ñNova Conquistaö no município de Vitória do Jari, pois a equipe anterior não incluiu uma parte da área do imóvel, e outra na comunidade de Tartarugal Grande, no município de Tartarugalzinho, devido à constatação de imóvel da empresa Amcel Celulose sobrepondo à área levantada, estas duas vistorias não foram contabilizadas como meta do ano de 2014.

Como resultado das vistorias foram criados os projetos de assentamento agroextrativistas PAEøs Capoeira do Rei (AP0057000) e Jacitara (AP0056000), e o assentamento federal, PA Rio Ariramba (imóveis: Fazenda Caiena, Retiro Ariramba, Las Palmas e Potengi), cuja portaria de criação foi revogada através da Portaria 27/2014 em face do descumprimento dos termos das leis nº 11.952/2009 e nº 11.949/2009 e do decreto nº 6.291/2007, sobre transferências de terras, no processo de criação do referido assentamento. Além disso, foi criado o PAE Ilha de Aruãs (AP0053000), cuja área foi vistoriada no ano de 2013.

Também foram reconhecidos os projetos de assentamento estaduais denominados PAES Ilha do Faustino (AP0052000) e PAE Terra Grande (AP0051000), com um total de 42.231,1976 hectares, destinados ao assentamento de 500 famílias.

A UJ realizou ainda vistoria para avaliação na área pertencente ao PA Manoel Jacinto, no município de Porto Grande, que será atingido pela inundação provocada pela construção da Usina Hidrelétrica Cachoeira Caldeirão.

Para o exercício de 2015 está prevista a realização de vistorias para criação de projetos agroextrativistas, com elaboração do Estudo da Capacidade de Geração de Renda-ECGR, nos municípios de Macapá (comunidades: Siriuba e Jupati), Itaubal (comunidades: Bom Sucesso, São Tomé do Capim, Cobra, Uruá e Puraquê), Mazagão (comunidades: Carvão, Ramal do Mirim, Ramal do Recreio e Alto do Rio Preto), Santana (comunidades: Limão, São Benedito do Igarapé do Lago, Vila Nova, Cachoeirinha, Delta do Rio Matapi), Serra do Navio (comunidades: Escondido, Ramal do Cachaço e Capivara), Calçoene (comunidades: Rio Flamã e Macaco, KM 20) e Vitoria do Jari (comunidades: Nova Conquista, Jarilândia, Marajó, Paga Dívidas, Colônia do Arurú, Água Azul e Igarapé das Pacas).

**b) Demonstração do planejamento e resultados obtidos para elaboração de Estudo de Capacidade de Geração de Renda:** o ECGR foi incorporado ao Laudo de Vistoria nos Projetos criados em 2014. A partir 21/11/2014 será uma peça técnica separada, conforme a IN/INCRA/Nº 81, de 21 de novembro de 2014.

c) **Resultados de obtenção de terras por região de interesse da SR (conforme resultados dos estudos empreendidos pela SR e enviados à Diretoria de Obtenção), destacando as modalidades de obtenção utilizadas, os custos médios aplicados por hectares e as justificativas do gestor:** os projetos criados tiveram como modalidades de obtenção a arrecadação e a incorporação de terras públicas ou concessão através da SPU-Superintendência do Patrimônio da União para terras de marinha, sem custos relacionados à obtenção.

d) **Análise crítica e orçamento projetado para providências de implantação e manutenção dos Projetos de Assentamento criados no exercício, incluindo serviços de topografia, elaboração de PDA/PRA:** a UJ, seguindo as diretrizes para a obtenção de imóvel para fins de assentamento de trabalhadores rurais, tem a preocupação de estimar, ainda que de maneira geral, os custos para a implantação e manutenção dos projetos de assentamento criados no exercício. No ano de 2014 foram criados 03 (três) projetos de assentamento agroextrativistas, que são o PAE Aruãs, no município de Vitoria do Jari, com capacidade para beneficiar 110 famílias; os PAE's Jacitara e Capoeira do Rei, ambos no município de Cutias do Araguari, com capacidade para beneficiar 25 e 50 famílias, respectivamente.

A previsão de investimentos para implantação desses assentamentos, no prazo de 03 (três) anos, totalizam R\$ 16.133.363,23 (dezesseis milhões, cento e trinta e três mil, trezentos e sessenta e três reais e vinte e três centavos), assim divididos: PAE Aruãs, R\$ 9.680.228,50 (nove milhões, seiscentos e oitenta mil, duzentos e vinte e oito reais e cinqüenta centavos), PAE Jacitara, R\$ 2.146.461,56 (dois milhões, cento e quarenta e seis mil, quatrocentos e sessenta e um reais e cinqüenta e seis centavos) e PAE Capoeira do Rei, R\$ 4.306.673,17 (quatro milhões, trezentos e seis mil, seiscentos e setenta e três reais e dezessete centavos), conforme quadros demonstrativos abaixo:

**Planilha 5: Previsão de Investimento em Infraestrutura nos Assentamentos criados em 2014**

PAE	AÇÃO							
	VALORES EM REAIS (R\$)							
	Demarcação topográfica		Assistência Técnica (incluindo PDA/PRA.)		Moradia (PNHR)		Infraestrutura (Passarelas)	
	Perímetro	Preço Total	Qtd Famílias	Preço Total	Qtd Casas	Preço Total	M	Preço Total
PAE Aruãs	34.166,6800	41.528,50	110	623.700,00	110	3.344.000,00	600	270.000,00
PAE Caopeira do Rei	8.509,6300	16.173,17	50	225.500,00	50	1.520.000,00	300	90.000,00
PAE Jacitara	16.173,1700	10.211,56	25	112.750,00	25	760.000,00	120	36.000,00
<b>Totais</b>	<b>67.913,23</b>	<b>185</b>	<b>961.950,00</b>	<b>185</b>	<b>5.624.000,00</b>			<b>396.000,00</b>

Fonte: SR(21)AP/Divisão de Desenvolvimento

**Planilha 6: Previsão de Concessão de Crédito Instalação nos Assentamentos criados em 2014**

PAE	AÇÃO							
	VALORES EM REAIS (R\$)							
	Concessão de Créditos (R\$)							
	Ciclo I							
	Qtd. Apoio Inicial I	Preço Total	Qtd. Apoio Inicial II	Preço Total	Qtd. Fomento	Preço Total	Qtd. Fomento Mulher	Preço Total
PAE Aruãs	110	264.000,00	110	308.000,00	110	704.000,00	110	330.000,00
PAE Caopeira do Rei	50	120.000,00	50	140.000,00	50	320.000,00	50	150.000,00
PAE Jacitara	25	60.000,00	25	70.000,00	25	160.000,00	25	75.000,00
<b>Totais</b>	<b>185</b>	<b>444.000,00</b>	<b>185</b>	<b>518.000,00</b>	<b>185</b>	<b>1.184.000,00</b>	<b>185</b>	<b>555.000,00</b>

Fonte: SR(21)AP/Divisão de Desenvolvimento

**Planilha 7: Previsão de Concessão de Crédito Instalação nos Assentamentos criados em 2014**

PAE	AÇÃO	
	VALORES EM REAIS (R\$)	

	Concessão de Créditos (R\$)			
	Ciclo II		Ciclo III	
	Qtd. Microcrédito	Preço Total	Qtd. Estruturação produtiva	Preço Total
PAE Aruãs	110	1.320.000,00	110	2.475.000,00
PAE Caopeira do Rei	50	600.000,00	50	1.125.000,00
PAE Jacitara	25	300.000,00	25	562.500,00
<b>Totais</b>	<b>185</b>	<b>2.220.000,00</b>	<b>185</b>	<b>4.162.500,00</b>

Fonte: SR(21)AP/Divisão de Desenvolvimento

### **3.2.3 Demonstração da atuação da SR na gestão dos valores descontados no exercício referentes a áreas de reserva legal e preservação permanente desmatadas**

Os assentamentos criados e reconhecidos para inclusão no PNRA no ano de 2014, foram o PAE Capoeira do Rei, o PAE Ilha de Aruãs e o PAE Jacitara, criados pelo Incra, e o PAES Ilha do Faustino e o PAE Terra Grande, assentamentos criados pelo Governo do estado e reconhecidos pelo Incra. São assentamentos agroextrativistas, pertencentes à categoria dos assentamentos ambientalmente diferenciados, caracterizados pelo elevado estágio de conservação ambiental, baixo índice de antropização, e com atividades de subsistência e econômicas oriundas basicamente do extrativismo, principalmente a pesca e a coleta do fruto de frutos (açaí). E, ainda, segundo os dados dos Laudos Agronômicos de Fiscalização-LAF e estudos de viabilidade realizados para os 5 projetos de assentamento, os problemas ambientais observados na área são a erosão causada pela ação da maré nas margens dos rios e o assoreamento advindo do desbarrancamento das margens.

Desse modo, pode-se concluir que atualmente não há a necessidade de realizar a recomposição ou recuperação ambiental desses assentamentos, tendo em vista que não foram detectadas áreas antropizadas causadoras de danos ambientais que necessitem ser recuperadas e regularizadas ambientalmente.

### **3.2.4 Estratégia para licenciamento ambiental dos projetos de assentamento**

Com o advento da Resolução-CONAMA/nº 458/2013 o licenciamento ambiental deixou de ser concebido como um todo para o projeto de assentamento, passando a exigência legal de licenciar para as atividades **agrossilvipastoris e para os empreendimentos de infraestrutura**. Portanto, na ação de licenciamento ambiental, a responsabilidade do Incra/AP, como órgão gestor, de acordo com a Resolução do CONAMA/nº. 458/2013, está no licenciamento para implantação das infraestrutura exigidas pelo OEMA.

Anteriormente o licenciamento de empreendimentos de infraestrutura dos projetos de assentamentos de reforma agrária era obtido com o licenciamento do projeto integral. E desde 2006, o Incra-Amapá começou os trabalhos com o intuito de obter o licenciamento dos projetos de assentamento sob sua jurisdição, com base na Resolução-CONAMA/nº. 387/2006, que introduziu os instrumentos de planejamento dos projetos de assentamento, Planos de Desenvolvimento de Assentamentos-PDA e Planos de Recuperação de Assentamentos-PRA, os quais trazem em seu bojo todos os projetos de todas as atividades de infraestrutura requeridas em seus respectivos assentamentos. Portanto, o licenciamento ambiental do assentamento contemplava também o licenciamento de todas as atividades contidas nesses instrumentos de planejamento.

No ano de 2008, o Incra-Amapá conseguiu as primeiras licenças ambientais para 04 projetos de assentamento, chegando em 2012 com 23 projetos de assentamento devidamente licenciados, juntamente com todas suas infraestruturas.

Dos 39 projetos de assentamento sob a jurisdição da SR-21, 23 estão com suas infraestruturas licenciadas, 05 (Matão do Piaçacá, Munguba, Perimetral, Piquiazal, Serra do Navio) com vigência até 2015 e 16 (Bom Jesus, Carnot, Cedro, Corre Água, Cruzeiro, Ferreirinha, Igarapé Grande, Irineu e Felipe, Lourenço, Maracá, Nova Canaã, Nova Colina, Nova Vida, Pedra Branca, Piquiá do Amapá e Vila Velha do Cassiporé) com validades até 2016; 02 (Pancada do Camaipi e

Santo Antônio da Pedreira) até 2019 e, 16 projetos de assentamento (São Benedito do Aporema, Cujubim, Governador Janary, Itaubal, Manoel Jacinto, PAE Anauerapucu, PAE Barreiro, PAE Ipixuna Miranda, PAE Foz do Mazagão Velho, PAE Sucuriju, PAE Igarapé Novo, PAE Carapanatuba, PAE Nossa Senhora da Conceição, PAE Jacitara, PAE Capoeira do Rei, PAE Aruás) não possuem estudos detalhados para subsidiar o planejamento de licenciamento de infraestrutura. Sendo que desses, 09 estudos necessários para o licenciamento de infraestrutura foram contratados através da ação de Assistência Técnica e Extensão Rural, Social e Ambiental para a Reforma Agrária/ATER com previsão de serem entregues em 2014, no entanto ainda não foram finalizados e entregues ao Incra.

**Tabela 1: Licenciamento Ambiental de Infraestrutura nos Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária da SR-21**

PA	MUNICÍPIO	Tipo de Licença solicitada	Nº da Ambiental emitida (em vigor)	Data/ Emissão da Licença	Data/Término Vigência
PA Bom Jesus	Tartarugalzinho	LO	0132/2012	02/05/12	02/05/16
PA Carnot	Calçoene	LO	458/2012	23/08/12	23/08/16
PA Cedro	Tartarugalzinho	LO	0130/2012	02/05/12	02/05/16
PA Corre Água	Macapá	LO	467/2012	23/08/12	23/08/16
PA Cruzeiro	Amapá	LO	0129/2012	02/05/12	02/05/16
PA Ferreirinha	Ferreira Gomes	LO	0131/2012	02/05/12	02/05/16
PA Igarapé Grande	Oiapoque	LO	0133/2012	02/05/12	02/05/16
PDS Irineu e Felipe	Calçoene	LO	460/2012	23/08/12	23/08/16
PA Lourenço	Calçoene	LO	459/2012	23/08/12	23/08/16
PAE Maracá	Mazagão	LO	281/2011	21/11/11	21/11/16
PA Matão do Piaçacá	Santana	LO	283/2011	22/11/11	22/11/15
PA Munguba	Porto Grande	LO	284/2011	22/11/11	22/11/15
PA Nova Canaã	Porto Grande	LO	461/2012	23/08/12	23/08/16
PA Nova Colina	Porto Grande	LO	0127/2012	02/05/12	02/05/16
PA Nova Vida	Tartarugalzinho	LO	0128/2012	02/05/12	02/05/16
PA Pancada do Camaipi	Mazagão	LO	446/2013	27/09/13	27/09/19
PA Pedra Branca	Pedra Branca do Amapari	LO	463/2012	23/08/12	23/08/16
PA Perimetral	Pedra Branca do Amapari	LO	166/2011	29/11/11	29/11/15
PA Piquiá do Amapá	Amapá	LO	462/2012	23/08/12	23/08/16
PA Piquiazal	Mazagão	LO	282/2011	22/11/11	22/11/15
PA Sto. Antonio da Pedreira	Macapá	LO	445/2013	27/09/13	27/09/19
PA Serra do Navio	Serra do Navio	LO	165/2011	22/11/11	22/11/15
PA Vila Velha do Cassiporé	Oiapoque	LO	0134/2012	02/05/12	02/05/16

Fonte: Div. Obtenção de Terras

O licenciamento de infraestruturas nesses 16 PA's deverá ser trabalhado com base nos PDA's e PRA's, que deverão ser contratados através da ação de ATER, considerando a programação das metas anuais da instituição e os limites orçamentários disponibilizados pela União.

Como o licenciamento ambiental nos projetos de assentamento sob responsabilidade do Incra diz respeito aos empreendimentos de infraestruturas, e o planejamento atual da autarquia, contemplando o biênio 2013-2014, englobou projetos de assentamento licenciados (vide o quadro acima) com base na Resolução-CONAMA/nº. 387/2006 (o licenciamento dos projetos de assentamento contemplava o licenciamento de infraestrutura), não houve meta institucional de protocolo e/ou expedição de licenças para o ano de 2014. Entretanto, embora a ação de Licenciamento Ambiental, não tenha sido contemplada com meta institucional, foram realizadas no exercício ações de monitoria determinadas pelo OEMA como condicionantes do licenciamento

ambiental nos PA&S Munguba, Perimetral e Serra do Navio Matão do Piaçacá, Piquiazal e PAE Maracá.

No que diz respeito a recuperação ambiental dos assentamentos sob jurisdição da UJ, apenas após a elaboração do Cadastro Ambiental Rural-CAR e a análise do OEMA é que será possível quantificar o passivo das áreas a serem recuperadas pelo Incra e assentados da reforma agrária.

### **3.2.5 Estratégia do Programa de Prevenção, Combate e Alternativas ao Desmatamento Ilegal em Assentamentos da Amazônia**

---

Em 28/11/2012, o Incra criou através da Portaria nº. 716/2012, o Programa de Prevenção, Combate e Alternativas ao Desmatamento Ilegal em Assentamentos da Amazônia, denominado Programa Assentamentos Verdes-PAV, o qual tem como objetivo geral *“a execução de ações do INCRA/MDA com ações e atividades de instituições parceiras, públicas e privadas, e com os movimentos sociais do campo, para a prevenção, o combate e a criação de alternativas ao desmatamento ilegal em assentamentos da reforma agrária na Amazônia”*, o mesmo é composto por 4 eixos temáticos que são:

**Eixo 1 (E1):** Regularização Fundiária e Ambiental (DT/DF), objetiva realizar e apoiar a inscrição no Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural-SICAR, a regularização fundiária e o licenciamento de atividades dos assentamentos sob a responsabilidade do Incra;

**Eixo 2 (E2):** Valorização de Ativos Ambientais e de Atividades Produtivas (DD), objetiva promover a inclusão produtiva e o desenvolvimento socioeconômico e ambiental de assentados e assentamentos, o fortalecimento da autonomia e emancipação de gêneros e da juventude, o etnodesenvolvimento, o acesso aos Povos e Comunidades Tradicionais às políticas de produção, contribuindo com a reprodução do modo de vida rural e com a oferta de alimentos, produtos e serviços à sociedade, por meio da ampliação e qualificação do uso de sistemas de produção, do manejo florestal sustentável, de incentivos às iniciativas relevantes de geração de renda e do apoio às atividades culturais das comunidades dos assentamentos.

**Eixo 3 (E3):** Recuperação de Áreas Degradadas com Geração de Renda (DT/DD), objetiva promover, com apoio dos serviços de ATER, atividades para a recuperação ambiental, com base em experiências exitosas realizadas em assentamentos, com geração de renda e a segurança alimentar às famílias assentadas.

**Eixo 4 (E4):** Monitoramento/Controle Ambiental de Assentamentos e Gestão do Plano (Presidência/DE/DT), objetiva: 1) proceder aos monitoramento e controle ambientais das áreas de assentamentos, com a utilização dos meios e instrumentos de análise disponibilizados pelo Governo Brasileiro; 2) prevenir e/ou evitar o avanço de ilícitos ambientais por meio de visitas e vistorias ambientais em assentamentos, termos de compromisso ambiental e de ações exemplares de retomada de parcelas motivados por eventual descumprimento de cláusulas ambientais; 3) analisar causas, tendências e propor atividades para evitar o desmatamento ilegal; 4) efetivar a participação social na gestão do programa, aprimorando processos e espaços para a sociedade civil em suas avaliações, acompanhamentos e proposições de atividades; 5) supervisionar, reorientar e propiciar as condições para a execução das atividades programadas.

No estado do Amapá, com exceção dos assentamentos já consolidados pela SR (Carnot, Piquiá do Amapá e São Benedito do Aporema) e os assentamentos criados a partir de 2013 (Carapanatuba, Igarapé Novo e Nossa Senhora da Conceição, Capoeira do Rei, Ilha de Aruás e Jacitara), todos os demais fazem parte do Programa Assentamentos Verdes (PAV).

A seguir serão expostas algumas as atividades programadas e realizadas no exercício de 2014 na esfera do PAV:

**a) Situação do desmatamento em assentamentos da reforma agrária na Amazônia Legal:** os trabalhos de monitoramento do desmatamento estão sendo realizados pela Coordenação Geral de Meio Ambiente/Incra-sede.

Vale esclarecer ainda, que com o advento da Lei nº. 12.651/12 e a posterior definição de procedimentos gerais estabelecidos pela IN/nº. 2/MMA, sabe-se que o Cadastro Ambiental Rural-CAR regularizará ambientalmente as propriedades rurais e eventuais desmatamentos realizados até 22/07/2008 e que somente após a efetivação do cadastro é que se diagnosticará a existência de passivos ambientais. Nesse sentido, em novembro de 2014, o Incra celebrou com a Universidade Federal de Lavras-UFLA o Termo de Execução Descentralizada-TED, para elaboração de todos cadastros necessários à regularização ambiental dos assentamentos de reforma agrária, trabalho que será finalizado no exercício de 2015.

**b) Valorização de ativos ambientais e de atividades produtivas:** este eixo contempla 9 operações, a saber:

• **Operação 1 (Op1): Implementação de Infraestrutura Básica:** no exercício de 2014, apesar de haver inicialmente ocorrido todo um processo de planejamento pelas SRs no que diz respeito a elaboração de planos de ação para implantação de infraestrutura básica nos assentamentos, a autarquia findou por optar pela realização de um chamamento público de infraestrutura centralizado, esse chamamento objetivou a execução de obras nos assentamentos jurisdicionados do Incra, através de convênios com **órgãos da Administração Pública Estadual, Municipal e do Distrito Federal, bem como consórcios públicos constituídos por Estados, Distrito Federal e Municípios** e **das instituições privadas sem fins lucrativos poderão participar, exclusivamente para atuarem como Entidades Organizadoras no âmbito do PNHR**. Todavia, antes de ocorrer essa mudança, a UJ conseguiu contratar em janeiro de 2014, a implantação de 11,3km de estradas vicinais para o PA Matão do Piaçacá, essa contratação foi decorrente de licitação ocorrida no ano de 2013.

• **Operação 2 (Op2): Implementação do manejo Florestal e/ou de Fauna:** para 2014 foi programada a implementação da atividade de manejo florestal nos seguintes assentamentos: PAE Maracá, e PAEs Bom Jesus, Serra do Navio, Cedro, Nova Colina e Nova Canaã. No PAE Maracá a atividade seria executada via serviço de ATER, contratado através da nova chamada extrativista, porém, não foi possível a implementação dessa atividade por insuficiência de recursos.

Com relação aos outros projetos de assentamento citados, a atividade seria executada através de convênio com o Instituto Estadual de Florestas do Amapá (órgão responsável pela assistência técnica florestal do estado), no entanto não houve a celebração do convênio, tendo em vista que, por se tratar de ano eleitoral, o prazo ficou resumido para envio de proposta de convênio. Porém, verificou-se que está vigente um Acordo de Cooperação Técnica firmado entre Incra e IEF, sendo assim a atividade será desenvolvida mediante esse instrumento, via acordo firmado entre IEF e Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID, no qual o Incra está inserido como parceiro e fomentador da atividade.

• **Operação 3 (Op3): Implementação de Incentivos Econômicos:**

- **Tarefa 2 (T2): Implementar o acesso à créditos:**

**1. Realizar o fornecimento do crédito instalação nos assentamentos:** para o exercício, estava previsto o fornecimento de crédito instalação (apoio inicial, alimentação, insumos, apoio à instalação, apoio mulher, fomento, adicional fomento, crédito emergencial, crédito ambiental) às famílias assentadas no assentamentos recém-criados PAEs Ipixuna Miranda, Barreiro, Foz do Mazagão Velho, Sucuriju, Carapanatuba, Nossa Senhora da Conceição e Igarapé Novo. No entanto, a atividade foi reprogramada para o ano de 2015, em função da publicação do Dec. nº 8.256/2014, de 26/05/2014 que alterou os procedimentos de concessão dos créditos aos beneficiários da reforma agrária.

**2. Articular junto ao órgão de ATER a realização de laudo de vistorias para o fornecimento do crédito instalação (apoio inicial, alimentação, insumos, apoio à instalação, apoio (fomento) mulher, fomento, adicional fomento, crédito emergencial, crédito ambiental) nos assentamentos:** esta atividade é necessária apenas para os assentamentos antigos, assim foi prevista a articulação junto ao órgão de ATER para a realização de laudos de vistorias necessários ao fornecimento do crédito instalação aos beneficiários dos PAEs Piquiazal, Perimetral, Bom Jesus,

Serra do Navio, Matão do Piaçacá, Cedro, Munguba, Nova Colina, Manoel Jacinto, Itaubal, Nova Vida, Cruzeiro, Nova Canaã, Governador Janary, Cujubim, Pancada do Camaípi, Pedra Branca, Vila Velha do Cassiporé, Corre Água, Lourenço, Igarapé Grande, Ferreirinha e Santo Antonio da Pedreira, PDS Irineu e Felipe e PAE $\phi$ s Maracá e Anauerapucu. No entanto, a atividade foi reprogramada para o ano de 2015, em função da publicação do Dec. nº 8.256/2014, conforme explicado anteriormente, e também pela dificuldade da atividade ser inserida nos contratos de assistência técnica em vigor, uma vez que esses já possuem metas estabelecidas para todo o período de sua vigência.

• **Operação 4 (Op4): Incrementação de Atividades Geradoras de Renda:**

- **Tarefa 1 (T1): Incrementar e fortalecer o associativismo produtivo:** a UJ realizou reuniões e oficinas para incentivar e fortalecer cooperativas e/ou associações dos assentamentos atendidos com serviços de ATER, especificamente nos contratos nºs 6.000, 7.000, 8.000 e 9.000/2012.

- **Tarefa 4 (T4): Promover a inserção mercadológica da produção:** a UJ mantém negociação com órgãos governamentais (SDR, IEF, RURAP e Secretarias Municipais) e agentes financeiros para incentivar o fortalecimento da cadeia produtiva e os arranjos produtivos dos PA $\phi$ s Serra do Navio, Bom Jesus, Matão do Piaçacá, Cedro, Nova Colina, Itaubal, Lourenço, Pedra Branca e Ferreirinha e dos PAE $\phi$ s Maracá e Anauerapucu. Além disso, a UJ articulou a inserção dos produtos da cadeia produtiva provenientes desses assentamentos nos programas governamentais como o PAA e o PNAE.

- **Tarefa 2 (T2): Incrementar a agroindustrialização/Tarefa 5 (T5): Incrementar modalidades de informação e de atividades visando a valorização dos produtos originários de assentamentos, e Tarefa 6 (T6): Estimular o artesanato:** conforme o Plano de Metas e Créditos Orçamentários 2014-2015, aprovado pelo Conselho Diretor da Autarquia, a UJ não foi contemplada com recursos para esta tarefa no exercício, sendo assim, a mesma foi aprazada para o ano de 2015.

- **Tarefa 8 (T8): Aprimorar as práticas para as áreas de uso alternativo dos solos e as de conservação ambiental dos assentamentos:** a UJ incentivou através do serviço de ATER a incorporação de matéria orgânica, plantio direto e o uso de tecnologias agroecológicas nos PA $\phi$ s Piquiazal, Perimetral, Bom Jesus, Serra do Navio, Matão do Piaçacá, Cedro, Munguba, Nova Colina, Manoel Jacinto, Itaubal, Nova Vida, Nova Canaã, Governador Janary, Cujubim, Pancada do Camaípi, Pedra Branca, Corre Água, Lourenço, Ferreirinha e PA Santo Antonio da Pedreira, nos PAE $\phi$ s Ipixuna Miranda, Barreiro, Foz do Mazagão Velho e Anauerapucu e no PDS Irineu e Felipe.

• **Operação 4 (Op4): Incrementação do Desenvolvimento Sócio-Ambiental:**

- **Tarefa 1 (T1): Incrementar a educação ambiental com foco em atividades produtivas dos assentamentos:** a UJ firmou o convênio nº. 798598/2013 com a Secretaria Estadual de Educação-SEED para a promoção de escolarização em anos iniciais do ensino fundamental para 600 alunos dos PA $\phi$ s Piquiazal, Perimetral, Bom Jesus, Serra do Navio, Matão do Piaçacá, Cedro, Munguba, Nova Colina, Nova Vida, Cruzeiro, Nova Canaã, Governador Janary, Pancada do Camaípi, Cujubim, Vila Velha do Cassiporé, Lourenço, Ferreirinha, PDS Irineu e Felipe e PAE Maracá. Contudo, em razão apenas da seleção parcial dos educadores, o convênio foi aditivado em janeiro de 2015, alterando a vigência para fevereiro de 2017. Os temas que serão trabalhados nos assentamentos atendidos pelo convênio foram definidos entre a UJ e a SEED.

Foi assinado também Termo de Cooperação Técnica com o Instituto Federal do Amapá-IFAP, visando a realização do curso de Técnico em Meio Ambiente a 40 educandos de assentamentos da reforma agrária, definidos após o processo de seleção da instituição que ocorrerá no primeiro semestre de 2015. Contudo, a expectativa é que os educandos sejam em grande parte da região sul do estado.

• **Operação 4 (Op4): Implementar a Assistência Técnica e Extensão Rural-ATER:**

- **Tarefa (Tu): Adequar o termo de referência para as chamadas públicas de ATER de acordo com o eixo:** para 2014 a UJ previu a elaboração de edital e projeto básico para a realização de Chamada Pública Extrativista, visando o fornecimento do serviço de assistência técnica a 3.315

famílias assentadas nos PAEs Maracá, Sucuriju, Carapanatuba, Nossa Senhora da Conceição e Igarapé Novo. No entanto, essas atividades foram suspensas por não haver modelo definido para elaboração da chamada pública em razão das peculiaridades dos serviços a serem prestados, como por exemplo o Plano de Manejo Florestal do PAE Maracá. Outro fator que contribuiu para a suspensão das atividades foi a indisponibilidade de recursos para contratação dos serviços, conforme informação da Coordenação Nacional de ATER/Incra.

Em face da suspensão dos trabalhos não houve a contratação dos serviços de assistência técnica e elaboração de estudos (PDA) para os referidos projetos de assentamento. Assim sendo, a elaboração do projeto básico e publicação do edital foi reprogramada para o ano de 2015.

Também não foi possível a aprovação dos PDAos contratados para os PAEs Ipixuna Miranda, Barreiro e Foz do Mazagão Velho, e dos PRAos contratados para o PAE Anauerapucu e PAo Manoel Jacinto, Itaubal, Governador Janary e Cujubim, objetos dos contratos da Chamada Pública de ATER Nº 01/2012, pois até a conclusão deste Relatório de Gestão a prestadora não havia entregado os estudos contratados.

Tanto a execução dos contratos quanto o acompanhamento dos serviços de ATER contratados em 2012 e 2013 foram mantidos nos PAos Piquiazal, Perimetral, Bom Jesus, Serra do Navio, Matão do Piaçacá, Cedro, Munguba, Nova Colina, Manoel Jacinto, Itaubal, Nova Vida, Nova Canaã, Governador Janary, Cujubim, Pancada do Camaípi, Pedra Branca, Corre Água, Lourenço, Ferreirinha e Santo Antonio da Pedreira, no PDS Irineu e Felipe e nos PAEs Ipixuna Miranda, Barreiro e Foz do Mazagão Velho.

Os contratos de ATER celebrados em 2012 não foram aditivados, pois haverá nova chamada pública para atender os assentamentos tradicionais PAos Piquiazal, Bom Jesus, Cedro, Munguba, Nova Colina, São Benedito do Aporema, Manoel Jacinto, Itaubal, Nova Vida, Nova Canaã, Governador Janary, Cujubim, Pancada do Camaípi, Corre Água, Ferreirinha e Santo Antonio da Pedreira, e haverá a chamada pública agroextrativista para atender os assentamentos ambientalmente diferenciados PAEs Ipixuna Miranda, Barreiro e Foz do Mazagão Velho, além de outros assentamentos sob jurisdição da UJ.

**c) Recuperação de passivos ambientais com geração de renda e segurança alimentar para as famílias:** apenas após a elaboração do CAR-Cadastro Ambiental Rural dos assentamentos, e análise do OEMA é que será possível quantificar o passivo dessas áreas a ser recuperado pelo Incra e assentados da reforma agrária

**d) Regularização fundiária e ambiental via Cadastro Ambiental Rural (CAR), por unidade familiar:** com relação a regularização ambiental, no dia 13/11/2014 o Incra celebrou com a Universidade de Lavras-UFLA um Termo de Execução Descentralizado, no qual a universidade deverá no prazo de um ano, elaborar o CAR de todos os projetos de assentamentos da Autarquia, para inscrição no Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural-SICAR, o termo poderá ser prorrogado por igual período. O prazo começou a valer da data de publicação da IN/nº. 2/MMA de 06/05/2014. Uma equipe da UFLA estará na UJ no mês de abril de 2015 para fazer o levantamento das informações necessárias para elaboração da referida atividade, após a elaboração o CAR ele será devolvido para UJ para posterior envio ao SICAR.

**e) Monitoramento e controle ambiental:** no período foram realizadas 237 vistorias em unidades familiares para monitoramento e controle ambiental em 11 assentamentos verdes (PAos Cedro, Matão do Piaçacá, Munguba, Nova Canaã, Nova Colina, Nova Vida, Pancada do Camaípi, Pedra Branca, Perimetral Norte e Serra do Navio, e PAE Foz do Mazagão Velho), para emissão de anuência à APAT-Autorização Prévia de Análise Técnica de Plano de Manejo Florestal Sustentável no ano de 2014.

No período também foram executadas ações de educação ambiental e gestão ambiental nos assentamentos da UJ. O Incra através de acordo de cooperação técnica com o Instituto Estadual de Florestas do Amapá-IEFAP, com apoio da ONG Conservação Internacional do Brasil-CI Brasil e o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade-ICMBio, chefia da Floresta Nacional do Amapá-ICMBio/FLONA do Amapá, realizaram dois curso de capacitação para assentados do PA Serra do

Navio no município de mesmo nome. O primeiro curso foi sobre o tema **“Produção, Comercialização e Legislação de Sementes Florestais Tropicais”**, foi realizado no período de 18 a 23/11/2014 e teve a participação de 16 famílias assentadas, e o segundo sobre o tema **“Técnicas Verticais para Coleta de Sementes Nativas”**, aplicado no período de 12 a 19/12/2014, contou com a participação de 14 famílias assentadas. O objetivo das capacitações foi repassar conhecimentos sobre as técnicas de manejo agroflorestais para contribuir com a gestão ambiental dentro dos assentamentos da reforma agrária e melhoria da qualidade de vida dos produtores, por meio de uma possível fonte de renda complementar à coleta de sementes florestais nativas.

### **3.2.6 Demonstração do cronograma de levantamento das informações sobre os imóveis desapropriados**

De acordo com o estabelecido na DNóTCU/nº 127, de 15/05/2013, o Incra-sede elaborou cronograma de registro dos imóveis desapropriados no âmbito do Incra entendido para todas as SRs, levando-se em consideração o Acórdão nº 557/2004-TCU/Plenário, a seguir:

#### **Cronograma de Levantamento das Informações sobre os Imóveis Desapropriados**

<b>Deliberação ACÓRDÃO 557/2004-TCU ó Plenário (Processo: 005.888/2003-0)</b>	<b>Ação a ser implementada</b>	<b>Prazo para implementação</b>	<b>Responsável pela implementação</b>
<b>9.2.6.</b> adote, para fins de aplicação do Princípio da Oportunidade, previsto no art. 6º da Resolução CFC nº 750, de 29/12/1993, e dos arts. 83, 87,94 e 107 da Lei nº 4.320/64, as medidas cabíveis para a inclusão dos imóveis desapropriados em seu Balanço Patrimonial, considerando que:	Registro dos imóveis adquiridos por Compra e Venda ó Dec.433/92 Total de imóveis: 518	03/mar/2014 a 31/dez/2015	DT/DD/DA
<b>9.2.6.1.</b> os imóveis desapropriados que ainda lhe pertencem devem ser registrados em contas específicas do ativo real, que discriminem a natureza desses imóveis (gleba, galpão, etc.); <b>9.2.6.2.</b> os imóveis já transferidos aos assentados, que podem reverter ao seu domínio, em decorrência de cláusulas contratuais de reversão, devem ser registrados em contas específicas de reversão, devem ser registrados em contas específicas do ativo compensado, com indicação dos beneficiários; <b>9.2.6.3.</b> os investimentos e inversões financeiras nos imóveis destinados à reforma agrária devem ser registrados nas contas dos respectivos imóveis.	Registro dos imóveis adquiridos através do instituto da Desapropriação e que estão registrados em nome do Incra. Total de imóveis: 5.464 sendo que estes ____ estão registrados em nome do Incra.	03/mai/2014 a 31/dez/2017	DT/DD/DA/PFE
	Registro das Terras Públicas: Doação, Adjudicação, Arrecadação, Cessão Gratuita, Confisco, Dação, Discriminação, Obtenção/SPU, Escritura Pública de Doação, Incorporação, Reconhecimento, Reversão de Domínio, Transferência, Vazio e outros Total de imóveis: 2.478	03/mai/2014 a 31/dez/2018	DT/DD/DA

Fonte: Relatório de Gestão 2014 ó INCRA Sede

A UJ, não possui imóveis obtidos através de processo de compra e venda, e quanto ao único imóvel obtido através de desapropriação, o mesmo não foi registrado em nome da Autarquia, pois, ainda está em andamento na justiça ação contra a Autarquia que questiona os valores pagos a título de indenização.

Em 2014 foi constituído através da OS/INCRA/SR(21)AP/nº. 73, de 27/10/2014, um grupo de trabalho, encarregado de realizar os procedimentos relativos ao levantamento das informações sobre os imóveis obtidos pelo Incra no estado do Amapá, por meio de desapropriação, arrecadação, discriminação, incorporação, cessão e reconhecimento para fins de inclusão no balanço patrimonial da Autarquia, os trabalhos estão previstos para iniciar em 2015.

### 3.2.7 Estratégia de atendimento do público alvo da reforma agrária

---

a) **Número de pessoas inscritas no PNRA ainda não atendidas (passivo) na jurisdição da superintendência e os custos projetados para o assentamento deste contingente:** no âmbito da UJ, existem 2.635 famílias cadastradas que aguardam a homologação de seus nomes para integrar o público da reforma agrária, dessas, 1.405 se candidataram para assentamentos criados no exercício atual e 1.230 para assentamentos criados em exercícios anteriores. Desse total, 230 famílias não optaram especificamente por nenhum assentamento. É importante salientar que dentre os cadastrados no exercício, 721 são de famílias acampadas que, por competência, foram repassadas para o estado criar o assentamento.

Com relação aos projetos reconhecidos, 237 famílias aguardam a homologação de seus nomes pelos órgãos competentes, as mesmas estão distribuídas desta forma: 149 famílias para assentamentos estaduais (IMAP), 71 famílias para a Resex Rio Cajari (ICMbio), e 17 famílias para o Casulo Maria de Nazaré Souza Mineiro (PMJ). Só após a homologação dos nomes o Incra poderá reconhecê-las como assentadas da reforma agrária.

A estratégia da UJ para atender esse público, é assentar famílias em lotes vagos ou retomados e também em assentamentos novos criados pelo Incra/SPU em áreas ribeirinhas e reconhecimentos de novos assentamentos do estado.

b) **Principais resultados obtidos na criação de projetos de assentamento, na seleção e no assentamento de famílias contempladas no PNRA no exercício e planejamento para o próximo exercício:** foram criados 3 assentamentos agroextrativistas (PAE♂s Jacitara, Capoeira do Rei e Ilha de Aruás) e foram reconhecidos 2 assentamentos agroextrativistas estaduais (PAES Ilha do Faustino e o PAE Terra).

No período foram assentadas 1.236 famílias, sendo 1.055 em assentamentos ambientalmente diferenciados, e 480 em assentamentos tradicionais, nestes últimos as famílias foram assentadas em lotes vagos oriundos de abandono, desistência, falecimento sem deixar herdeiros, e, ainda, em lotes sem ocupação anterior. Desse total, 1.050 foram assentadas em assentamentos criados pelo Incra e 186 foram assentadas em assentamentos criados pelo estado.

Para o exercício de 2015 está previsto o assentamento de 910 famílias em assentamentos que serão criados pelo Incra-SPU em áreas ribeirinhas, e em novos assentamentos reconhecidos pelo Incra.

c) **Resultados obtidos na exclusão de beneficiários fora do perfil da reforma agrária e ainda atendidos pelo Programa:** os trabalhos desenvolvidos com fundamento na IN/INCRA/nº. 71/2012, dentre outros objetivos, visam excluir do PNRA as famílias que não se enquadram no perfil de beneficiário da reforma agrária por descumprimento das cláusulas e condições estabelecidas nos instrumentos de titulação provisória ou definitiva do lote ou descumprimento das normas e regulamentos do programa. Como resultado da ação de supervisão ocupacional, a UJ efetuou a exclusão de 216 famílias do PNRA, por irregularidades cometidas no âmbito do programa.

d) **Resultado das ações empreendidas pela SR para dar publicidade ao processo de recebimento de títulos de domínio e de concessão de uso de imóveis objeto de Reforma Agrária pelos assentados, conforme determina o item 2.8 do Acórdão nº 753/2008 ó Plenário:** para melhor elucidar este item a seguir transcreveremos o item 2.8 do Acórdão nº 753/2008 e os normativos citados no referido acórdão:

*óDeterminação: às Superintendências Regionais do Incra:*

*2.8. que, com o objetivo de conferir publicidade ao processo de recebimento de títulos de domínio e de concessão de uso de imóveis objeto de Reforma Agrária pelos assentados, em o obediência ao disposto no caput do artigo 37 da CF/88, doravante publique no sítio da Autarquia na internet a relação de beneficiários contemplados, com a respectiva ordem de classificação, conforme a preferência definida pelo artigo 19 da Lei 8.629/1993 (Parágrafos 3.38 ao 3.51 do Relatório de fls. 316/454)ó. Acórdão nº 753/2008.*

*CF 1988 - óArt. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade,*

publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)º.

*Lei nº 8.629/1993 - ÓArt. 19. O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente de estado civil, observada a seguinte ordem preferencial:*

*I - ao desapropriado, ficando-lhe assegurada a preferência para a parcela na qual se situe a sede do imóvel;*

*II - aos que trabalham no imóvel desapropriado como posseiros, assalariados, parceiros ou arrendatários;*

*III ó aos ex-proprietários de terra cuja propriedade de área total compreendida entre um e quatro módulos fiscais tenha sido alienada para pagamento de débitos originados de operações de crédito rural ou perdida na condição de garantia de débitos da mesma origem; (Inciso incluído pela Lei nº 10.279, de 12.9.2001)*

*IV - aos que trabalham como posseiros, assalariados, parceiros ou arrendatários, em outros imóveis; (Inciso renumerado pela Lei nº 10.279, de 12.9.2001)*

*V - aos agricultores cujas propriedades não alcancem a dimensão da propriedade familiar; (Inciso renumerado pela Lei nº 10.279, de 12.9.2001)*

*VI - aos agricultores cujas propriedades sejam, comprovadamente, insuficientes para o sustento próprio e o de sua família. (Inciso renumerado pela Lei nº 10.279, de 12.9.2001)*

*Parágrafo único. Na ordem de preferência de que trata este artigo, terão prioridade os chefes de família numerosa, cujos membros se proponham a exercer a atividade agrícola na área a ser distribuída.*

Os critérios de preferência para concessão de Títulos de Domínio e Contratos de Concessão de Uso, conforme dispõe o art. 19 da Lei 8.629/93, não são aplicados no âmbito da UJ, pois, a mesma não utiliza a desapropriação como forma de obtenção de terras para implantação de projetos de assentamento. As modalidades utilizadas para esse fim são, principalmente, a arrecadação, a incorporação e a discriminação de áreas sob o domínio da União. Assim, a determinação para publicação da relação de beneficiários contemplados com TD e CCU, na internet no sítio da Autarquia, com a respectiva ordem de classificação, não se aplica à realidade de trabalho da UJ. Atualmente é procedimento habitual da autarquia publicar no seu Boletim de Serviço e em seu sítio na internet ([www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br): acesso a informação/ações e programas/titulação de assentamentos) a relação de assentados que recebem instrumentos de titulação, organizados por projeto de assentamento e por ordem alfabética. Além disso, a UJ faz a entrega desses instrumentos nas comunidades onde as famílias residem e nesse momento é realizada ampla divulgação de todos os beneficiários que tiveram os títulos emitidos. Essa ação é necessária devido a dificuldade das famílias assentadas na Amazônia Legal acessarem a internet e o Boletim de Serviço do Incra.

**Tabela 2: Títulos Provisórios publicados em 2014**

SIPRA	PA	CCU	CCDRU	TD
AP0003000	PA Piquiazal	5	0	0
AP0004000	PA Perimetral	2	0	0
AP0005000	PA Carnot	4	0	0
AP0009000	PA Bom Jesus	12	0	0
AP0010000	PA Serra do Navio	10	0	0
AP0011000	PA Matão do Piaçacá	15	0	0
AP0012000	PA Cedro	73	0	0
AP0013000	PA Munguba	4	0	0
AP0014000	PA Nova Colina	20	0	0
AP0015000	PA São Benedito do Aporema	5	0	0
AP0020000	PA Itaubal	1	0	0
AP0021000	PA Nova Vida	7	0	0
AP0023000	PA Nova Canaã	17	0	0
AP0024000	PA Governador Janary	4	0	0
AP0025000	PA Pancada do Camaípi	1	0	0
AP0026000	PA Cujubim	1	0	0
AP0028000	PA Pedra Branca	3	0	0
AP0029000	PA Corre Água	5	0	0
AP0019000	PAE Anauerapucu	0	33	0
AP0045000	PAE Barreiro	0	27	0
AP0046000	PAE Foz do Mazagão Velho	0	1	0

AP0044000	PAE Ipixuna Miranda	0	16	0
AP0048000	PAE Carapanatuba	0	100	0
AP0049000	PAE N. Sra. Da Conceição	0	66	0
AP0050000	PAE Igarapé Novo	0	35	0
Totais		189	278	0

Fonte: Relatórios Gerenciais/INCRA-Sede

### 3.2.8 Principais atividades de controle do gestor

Na UJ persiste a preocupação do Gestor em assegurar a confiabilidade dos registros informatizados das informações referentes à atuação da SR em todos os programas e ações sob sua responsabilidade, inclusive, existem servidores oficialmente designados para acessar os sistemas informatizados do Incra vinculados à Divisão de Obtenção de Terras (SIR, SIPRA, SISPROT etc). Além disso, a estrutura operacional da UJ está necessariamente alinhada às estratégias definidas pela direção da autarquia.

A regularidade normativa dos processos instituídos na UJ, também é preocupação do Gestor, principalmente no que concerne a segregação das funções executados pelos servidores e a conferência e revisão processual é uma constante, além de outras atividades de controle exercidas no âmbito da UJ.

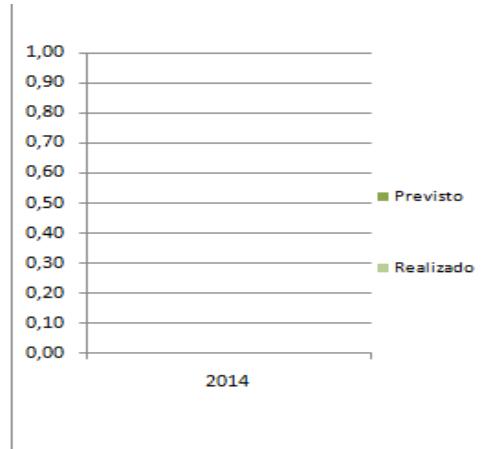
### 3.2.9 Demonstração dos resultados dos indicadores

#### Índice de gastos com obtenção de terras (R\$/ha)

2014		2015
Previsto <sup>1</sup>	Realizado	Meta <sup>2</sup>
0,00	0,00	0,00

#### Memória de cálculo:

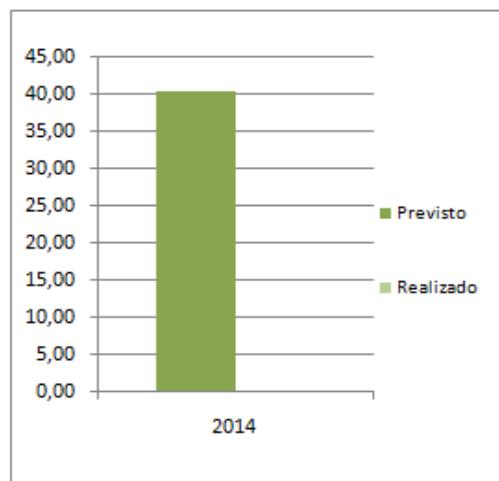
2014: valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$ no exercício (0,00 - Fonte: SR(21)AP/T) dividida pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares no exercício, na jurisdição da SR (0,00 - Fonte: SR(21)AP/T)



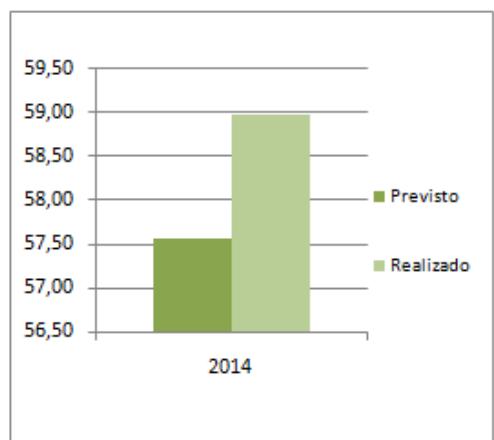
<sup>1</sup> Média dos últimos 3 anos

<sup>2</sup> Média dos últimos 3 anos. Valor definitivo será definido com a conclusão do Planejamento 2015

Índice de protocolos de licença ambiental para os projetos de assentamento (%)		
2014		2015
Previsto <sup>1</sup>	Realizado	Meta <sup>2</sup>
40,16	0,00	4,44
<b>Memória de cálculo:</b>		
2014: número de Licenças Ambientais Protocoladas no exercício (0 - Fonte: SR(21)AP/T) dividido pelo número de Licenças Ambientais Expedidas no exercício, no nível de agregação, (0 - Fonte: SR(21)AP/T) multiplicado por 100.		
<sup>1</sup> Média dos últimos 3 anos		
<sup>2</sup> Média dos últimos 3 anos. Número definitivo será definido com a conclusão do Planejamento 2015		



Índice de projetos de assentamento com licença ambiental em vigor (%)		
2014		2015
Previsto <sup>1</sup>	Realizado	Meta <sup>2</sup>
57,56	58,97	62,17
<b>Memória de cálculo:</b>		
2014: número de assentamentos com Licença ambiental em vigor (ou CAR), (23 - Fonte: SR(21)AP/T) dividido pelo total de assentamentos Federais, no nível de agregação, (39 - Fonte: SR(21)AP/T) multiplicado por 100.		
<sup>1</sup> Média dos últimos 3 anos		
<sup>2</sup> Média dos últimos 3 anos. Número definitivo poderá sofrer alteração com a conclusão do Planejamento 2015		



## Análise:

- a) **índice de gastos com obtenção de terras:** a UJ não realiza obtenção de terras mediante processo de desapropriação;
- b) **índice de protocolos de licença ambiental para os projetos de assentamento:** no exercício de 2014 não houve meta para licenciamento ambiental na UJ. Em meados do ano de 2013, foi publicada a Resolução-CONAMA 458/2013, que revogou a Resolução-CONAMA 387/2006. Essa resolução alterou os procedimentos até então vigentes para o licenciamento ambiental, que deixou de ser concebido como um todo para o projeto de assentamento, passando a exigência legal de licenciar apenas as atividades agrossilvopastoris e os empreendimentos de infraestrutura desenvolvidas em cada projeto de assentamento. Assim sendo, o Índice de Protocolos de licença ambiental para os Projetos de Assentamento da UJ no ano de 2014 é equivalente a 0 (zero), justificado principalmente pelo fato desse procedimento não estar mais em vigor. Para 2015 está prevista no Caderno de Metas da Autarquia a protocolização de 2 licenças ambientais no âmbito da UJ.
- c) **índice de projetos de assentamento com licença ambiental em vigor:** as licenças válidas no âmbito da UJ foram emitidas com base na Resolução-CONAMA 387/2006, que utilizou para tal Planos de Desenvolvimento de Assentamentos-PDA e Planos de Recuperação de

Assentamentos-PRA, instrumentos de planejamento e gestão dos projetos de assentamento, os quais trazem em seu bojo a projeção de todas atividades de infraestrutura requeridas em cada assentamento. O licenciamento ambiental dos assentamentos contemplava todas as atividades contidas nesses instrumentos de planejamento. Dos 36 projetos de assentamento de reforma agrária sob a jurisdição da UJ, 23 estão com suas infraestruturas licenciadas, 05 (Matão do Piaçacá, Munguba, Perimetral, Piquiazal, Serra do Navio) com vigência até 2015, 16 (Bom Jesus, Carnot, Cedro, Corre Água, Cruzeiro, Ferreirinha, Igarapé Grande, Irineu e Felipe, Lourenço, Maracá, Nova Canaã, Nova Colina, Nova Vida, Pedra Branca, Piquiá do Amapá e Vila Velha do Cassiporé) com validades até 2016; 2 (Pancada do Camaipi e Santo Antônio da Pedreira) até 2019, e 16 assentamento não possuem licença ambiental, as quais deverão ser obtidas com base na resolução na Resolução-CONAMA 458/2013.

---

### **3.2.10 Para Superintendências com Jurisdição na Amazônia Legal (Exceto Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal)**

---

Com a publicação da Instrução Normativa nº. 2/MMA de 06 de maio de 2014 que dispõe sobre os procedimentos para integração, execução e compatibilização do Sistema de Cadastro Ambiental Rural-SICAR e define os procedimentos gerais do Cadastro Ambiental Rural, a elaboração do CAR dos projetos assentamentos começa a contar da data de publicação de referida Instrução Normativa com prazo de validade de 1 ano prorrogável pelo mesmo período. No dia 13 de novembro de 2014 o Incra assinou com a Universidade Federal de Lavras um Termo de Execução Descentralizado, no qual a Universidade irá elaborar o CAR de todos os assentamentos, este trabalho está previsto para começar no exercício de 2015, apenas depois será possível quantificar a área de reserva legal, as áreas de preservação permanente e a área de uso alternativo do solo dos imóveis, o que irá possibilitar conhecer a real a situação ambiental destes, quantificar o total do passivo ambiental, por ventura existente, a ser recuperado, da acordo com a Lei 12.651/2012 e, ainda, promover a regularização ambiental das propriedades cadastradas.

### 3.3 Desenvolvimento de Projetos de Assentamento

#### 3.3.1 Demonstração da execução física e financeira

**Quadro 13: Ações do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - Execução física e orçamentária**

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Meta Física (Valores)	Execução Física	Meta Orçamentária	Provisão Recebida	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Valores Pagos	Restos a Pagar
210S	Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária	Atendimento com ATER (fam.)	1.640	3.724	2.352.618,00	198.968,48	171.265,45	137.564,73	137.564,73	33.700,72
210S	Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural	Agente formado (und)	3	0	5.400,00	5.400,00	4.381,54	4.381,54	4.381,54	0,00
0427	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	Crédito Disponibilizado (fam.)	847	0	3.389.040,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
211A	Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em PA	Obra Iniciada (fam.)	0	150	0,00	1.063.363,53	0,00	0,00	0,00	1.063.363,53
211A	Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol	Projeto de Fomento à Agroindústria e à Comercialização (fam.)	0	0	0,00	5.590,00	5.590,00	0,00	0,00	5.590,00
211A	Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Inst. às Famílias Assentadas da RA	Crédito Supervisionado (fam.)	132	465	70.531,00	118.031,20	109.315,80	92.022,04	92.022,04	17.293,76
211A	Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento	Lote ou parcela Vistoriada/Supervisionada (und)	510	807	89.281,00	109.028,52	106.202,95	105.375,15	105.375,15	827,80
11A	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Serviço de Topografia Realizado (fam.)	76	0	45.812,00	47.861,50	44.792,39	44.792,39	44.792,39	0,00
211A	Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em PA	Documento expedido (fam.)	221	467	13.000,00	23.145,50	18.938,30	18.938,30	18.938,30	0,00
210T	Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA)	Trabalhador Rural Escolarizado (und)	600	600	583.778,00	583.778,00	582.542,15	864,15	864,15	581.678,00

210T	Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	Profissional de NM ou NS Formado (und)	40	40	60.000,00	10.360,00	6.318,64	6.313,74	6.313,74	0,00
210T	Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social	Profissional Capacitado (und)	0	0	13.132,00	15.132,00	5.392,22	5.392,22	5.392,22	0,00

Fonte: SIAFI, SIR-Módulo Monitoramento e Avaliação.

**Quadro 14: Ações do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - Execução de Restos a Pagar\***

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Execução Física**	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a pagar
210S	Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária	Atendimento com ATES (famílias)		2.963.511,32	0,00	243.737,23	2.719.774,81
210S	Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural	Agente formado (und)	0	0,00	0,00	0,00	0,00
0427	Concessão de Crédito Inst. às Famílias Assentadas	Crédito Disponibilizado (famílias)	0	2.069.000,00	2.069.000,00	0,00	0,00
211A	Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em PA	Obra Iniciada (famílias)		5.077.439,84	74.968,06	1.845.595,96	3.156.875,82
211A	Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização-Terra Sol	Projeto de Fomento à Agroindústria e à Comercialização (famílias)	0	256.684,16	9.690,00	246.994,16	0,00
211A	Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária	Crédito Supervisionado (famílias)	0	2.084,95	0,00	2.084,95	0,00
211A	Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento	Lote/parcela Vistoriada /Supervisionada (und)	0	0,00	0,00	0,00	0,00
211A	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Serviço de Topografia Realizado (famílias)		160.262,02	451,31	19.930,00	139.880,71
211A	Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento	Documento expedido (famílias)	0	0,00	0,00	0,00	0,00
210T	Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA)	Trabalhador Rural Escolarizado (und)	0	385.450,00	58.059,90	327.390,10	0,00
210T	Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	Profissional de Nível Médio ou Superior Formado (und)	0	0,00	0,00	0,00	0,00
210T	Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social	Profissional Capacitado (und)	0	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI, SIR-Módulo Monitoramento e Avaliação.

\*Incluem RAP processado e não-processado.

\*\*A execução física apresentada corresponde aos instrumentos iniciados em exercícios anteriores, com conclusão no exercício de referência, podendo onerar tanto os recursos de RAP quanto do orçamento do exercício.

**a) Análise crítica da execução física e financeira das ações, conforme metas estabelecidas:** das metas previstas no macroprocesso desenvolvimento de projetos de assentamento a UJ realizou apenas as relativas a Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas, Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento, Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em PA, Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA) e Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária, as demais ações não ocorreram devido ao não provimento de recursos, caso das ações de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária e Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas, e ainda pela mudança nos procedimentos para contratação da Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em PA. Sobre a execução orçamentária, dos R\$ 6.622.592,00 previstos para provimento da UJ, foi descentralizado o montante de R\$ 2.180.658,73, ou seja, apenas 32,92% do montante previsto. O baixo percentual de provimento se deve principalmente a não descentralização dos recursos para contratação dos serviços de ATER e concessão dos créditos instalação às famílias assentadas, houve ainda a descentralização para a ação de implantação de infraestrutura básica, esta relativa a contratações ocorridas em exercícios anteriores. Do total descentralizado a UJ liquidou e pagou o montante de R\$ 415.644,26, e inscreveu em RAP o montante de R\$ 1.702.453,81. Os valores pagos se referem principalmente a despesas decorrentes dos deslocamento dos servidores para realizar as ações programadas. Com relação aos RAPs, do montante de R\$ 10.914.432,29 existentes, foram cancelados R\$ 2.212.169,27, foram pagos 2.685.732,40, e permanece inscrito o montante de R\$ 6.016.531,34.

**Principais problemas:** os principais problemas detectados para realização dos trabalhos foram: o quadro reduzido de servidores para fazer frente as atividades, a falta de equipamentos de proteção contra as condições climáticas adversas, falta de capacitação para a realização de ações específicas e insuficiência de recursos;

**Principais resultados:** o resultado das metas realizadas pela UJ no exercício foi positivo, conforme se verifica no quadro acima, até mesmo a contratação de obras no primeiro semestre antes da abertura da chamada pública de infraestrutura é extremamente positiva.

**b) Reflexos de contingenciamentos sobre os resultados das ações (financeiros, judiciais, operacionais, legais, climáticos, etc.):** o contingenciamento orçamentário ocorrido durante o exercício foi bastante prejudicial para as famílias assentadas, pois as mesmas deixaram de ser contempladas com ações básicas para a melhoria da sua qualidade de vida, como concessão de créditos, assistência técnica e demarcação topográfica.

**c) Reflexos dos restos a pagar na execução das ações:** o impacto da inscrição de recursos em RAP é sempre negativo, na medida em que compromete o orçamento do(s) exercício(s) subseqüentes, principalmente nos casos em que há necessidade de previsão fiscalização de campo para posterior autorização de pagamento.

**d) Estratégias de intervenção a serem adotadas para melhoria de resultados que se apresentaram abaixo do esperado:** não se tem como apresentar estratégias elaboradas visando melhores resultados sem que existam servidores em quantidade e capacitados para executar as atividades programadas.

### 3.3.2 Diagnóstico do déficit de infraestrutura

A Superintendência Regional do Incra no estado do Amapá, criou 39 assentamentos rurais, destes 13 são ambientalmente diferenciados (PDS e PAE) e 26 são tradicionais, esses assentamentos se encontram nas seguintes fases de criação e implantação:

**Tabela 3: Fase de Criação e Implantação dos Projetos de Assentamento do Amapá**

Código PA	Nome PA	Município	Data de Criação	Fase do PA
AP0003000	PA Piquiazal	Mazagão	01/04/1987	Em Estruturação
AP0004000	PA Perimetral	P. Branca do Amapari	01/04/1987	Criado
AP0005000	PA Carnot	Calçoene	13/12/1986	Consolidado
AP0009000	PA Bom Jesus	Tartarugalzinho	25/03/1994	Em Consolidação
AP0010000	PA Serra do Navio	Serra do Navio	31/10/1995	Em Estruturação
AP0011000	PA Matão do Piaçacá	Santana	05/01/1996	Em Consolidação
AP0012000	PA Cedro	Tartarugalzinho	04/09/1996	Em Estruturação
AP0013000	PA Munguba	Porto Grande	01/10/1996	Em Consolidação
AP0014000	PA Nova Colina	Porto Grande	08/01/1997	Criado
AP0015000	PA S. Benedito do Aporema	Tartarugalzinho	08/01/1997	Consolidado
AP0017000	PAE Maracá	Mazagão	28/04/1997	Em Estruturação
AP0018000	PA Manoel Jacinto	Porto Grande	22/04/1998	Criado
AP0019000	PAE Anauerapucu	Santana	22/04/1998	Criado
AP0020000	PA Itaubal	Itaubal	21/07/1998	Criado
AP0021000	PA Nova Vida	Tartarugalzinho	03/08/1998	Em Estruturação
AP0022000	PA Cruzeiro	Amapá	18/08/1998	Em Estruturação
AP0023000	PA Nova Canaã	Porto Grande	20/08/1998	Criado
AP0024000	PA Gov. Janary	Tartarugalzinho	16/09/1998	Criado
AP0025000	PA Pancada do Camaípi	Mazagão	16/09/1998	Em Estruturação
AP0026000	PA Cujubim	Pracuuba	16/09/1998	Em Estruturação
AP0028000	PA Pedra Branca	P. Branca do Amapari	01/03/2000	Criado
AP0029000	PA Corre Água	Macapá	01/03/2000	Em Estruturação
AP0030000	PA Vila Velha do Cassiporé	Oiapoque	27/12/1999	Criado
AP0031000	PA Lourenço	Calçoene	21/12/1999	Criado
AP0035000	PA Igarapé Grande	Oiapoque	24/06/2002	Em Estruturação
AP0037000	PDS Irineu e Felipe	Calçoene	23/11/2005	Criado
AP0038000	PA Ferreirinha	Ferreira Gomes	20/11/2005	Criado
AP0039000	PA Sto. Antônio da Pedreira	Macapá	16/01/2006	Criado
AP0044000	PAE Ipixuna Miranda	Macapá	20/12/2010	Criado
AP0045000	PAE Barreiro	Macapá	27/12/2010	Criado
AP0046000	PAE Foz do Mazagão Velho	Mazagão	16/07/2012	Criado
AP0047000	PAE Sucuriju	Amapá	14/11/2012	Criado
AP0048000	PAE Carapanatuba	Macapá	31/10/2013	Criado
AP0049000	PAE N. Sra. Conceição	Macapá	31/10/2013	Criado
AP0050000	PAE Igarapé Novo	Itaubal	07/11/2013	Criado
AP0053000	PAE Ilha de Aruás	Vitória do Jari	16/12/2014	Criado
AP0056000	PAE Jacitara	Cutias do Araguari	29/12/2014	Criado
AP0057000	PAE Capoeira do Rei	Cutias do Araguari	29/12/2014	Criado

Fonte: Planilha Assentamentos.

Deve-se enfatizar que, independente da fase na qual se encontre inserido o projeto de assentamento todos necessitam concluir a implantação das infraestruturas básicas necessárias ao seu pleno desenvolvimento.

No que concerne a implantação das ações estruturantes para os assentamentos da reforma agrária, parte delas só será realizada se houver a celebração de parceria com os demais entes da federação e órgãos da administração pública, sendo exemplo dessas ações o Programa Luz para Todos (MME/EletroNorte/CEA) e o Programa Água para Todos (MS/Funasa).

Com relação às infraestruturas necessárias e implantadas temos:

a) **Moradia:** para atender a demanda por moradia nos assentamento da reforma agrária, em fevereiro de 2013 foi publicada a Portaria Interministerial nº. 78/2013, que incluiu os agricultores familiares assentados, beneficiários do PNRA, entre os possíveis beneficiários do Programa Nacional de Habitação Rural-PNHR, integrante do programa Minha Casa Minha Vida-PMCMV, criado pela lei nº. 11.977/2009. Essa lei mudou a forma de operacionalização da concessão de crédito, e retirou do Incra a atribuição de efetuar a concessão dos créditos nas modalidades aquisição e recuperação de materiais de construção, repassando-a ao Programa Nacional de Habitação Rural-PNHR, operado pela Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil em conjunto com as entidades organizadoras e, principalmente, pela insuficiência dos recursos orçamentários para atender às demandas do programa, fez com que a execução dessa ação ficasse bastante prejudicada, as demandas existentes estão aguardando a liberação dos recursos programados para a 3ª etapa do programa. Em virtude dessas mudanças não houve a construção de moradia pelo novo sistema, apenas a conclusão de aplicação de antigos créditos aquisição e recuperação de materiais de construção, liberados em exercícios anteriores e concluídos no exercício de 2014.

b) **Água:** na jurisdição da UJ, para suprir as demandas por água, a maioria das famílias utiliza poços do tipo amazonas ou pequenos sistemas isolados de água, resultantes de parcerias entre a FUNASA e o governo do estado do Amapá. O fornecimento de água potável para consumo humano é insuficiente em todos os assentamentos do Incra no estado, esse problema é motivado pela escassez de recursos para contratação de obras de infraestrutura na UJ (abertura e recuperação de estradas vicinais, fornecimento de energia elétrica e abastecimento de água).

A UJ possui um projeto piloto para levar água potável aos assentados do PAE Sucuriju, no município de Amapá, esse projeto está sendo executado em parceria com o Governo do Estado do Amapá, por meio da Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia-SETEC, que fará a captação, dessalinização e tratamento e a UJ fará a rede de distribuição, beneficiando cerca de 150 famílias.

Na mesma linha de ação, foi firmado um TCT com a FUNASA/AP, para colaboração e cooperação do desenvolvimento e execução de ações coordenadas para promover a saúde e o controle de doenças, através da implantação de melhorias nos sistemas de saneamento básico e de abastecimento de água nas áreas de assentamento de reforma agrária e remanescentes de quilombos.

c) **Energia:** o processo de universalização de Energia Elétrica iniciou com a edição do decreto nº. 4.873, de 11/11/2003, que instituiu o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica –Luz para Todos.

O Programa foi concebido como instrumento de desenvolvimento e inclusão social, pois, de acordo com o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE/2000 existiam dois milhões de domicílios rurais não atendidos pela prestação dos serviços de energia elétrica. Ou seja, aproximadamente dez milhões de brasileiros residentes no meio rural não tinham acesso a esse serviço público, sendo que cerca de 90% dessas famílias possuíam renda inferior a três salários mínimos. Na primeira etapa, o programa objetivou levar energia elétrica, até o ano de 2008, àqueles domicílios rurais identificados pelo IBGE. No entanto, durante a execução do programa, novas famílias sem acesso a energia elétrica em suas residências foram localizadas, o que resultou na publicação do decreto nº. 6.442, de 25/04/2008, o qual ampliou os objetivos no caminho à erradicação da exclusão elétrica e prorrogou o prazo inicial para até o final do ano de 2010.

Posteriormente, por meio do decreto nº. 7.324, de 05/10/2010, o Governo Federal assegurou a prorrogação do prazo de execução das ligações destinadas ao atendimento em energia elétrica, até 31/12/2011, tão somente com o objetivo de garantir a finalização das obras contratadas ou que estivessem em processo de contratação até 30/10/2010.

Não obstante os significativos resultados observados na execução das metas fixadas, novas demandas surgiram, em sua maioria, localizadas nas regiões norte e nordeste do País, que já apresentavam os maiores índices de exclusão elétrica à época do lançamento do Programa em 2003. Além das dificuldades de logística para a execução das obras, as citadas regiões concentram, dentre outras, parcela significativa da população contemplada no Programa Brasil Sem Miséria e do

Programa Territórios da Cidadania e minorias sociais, tais como: quilombolas, indígenas e comunidades localizadas em reservas extrativistas e em áreas de empreendimentos do setor elétrico, cuja responsabilidade não esteja definida para o executor do empreendimento.

Assim, visando o atendimento dessa demanda, o decreto nº. 7.520, de 08/07/2011, instituiu o novo Programa ÓLuz para Todos para o período de 2011 a 2014.

No Programa Luz Para Todos-2ª Etapa que iniciou em 2010 e findou em dezembro de 2014, das 18.905 ligações contratadas nesse período, foram executadas aproximadamente 8.000 residências em todo o estado, e das quase 13.500 famílias assentadas no Amapá somente 2.700 foram contempladas com a energia elétrica em suas residências. O Bloco 01 que atenderia aos municípios de Laranjal do Jari, Mazagão, Santana e Vitória do Jari e os PA's Piquiazal, Maracá, Pancada do Camaípi, Resex Rio Cajari, Barreiro, Foz do Mazagão Velho, Perimetral, Munguba, Nova Colina, Pedra Branca, Matão do Piaçacá e Anauerapucu e o Bloco 04 que atenderia aos municípios de Amapá, Calçoene, Oiapoque, Pracuúba e Serra do Navio e os PA's Igarapé Grande, Lourenço, Irineu e Felipe, Mutum, Vila Velha do Cassiporé, Carnot, Serra do Navio, Piquiá do Amapá, Cruzeiro, Irineu e Felipe, as obras não foram iniciadas, pois as empresas desistiram dos referidos blocos, o problema ainda não foi solucionado pela Eletronorte-Brasília e CEA. E também 20% dos assentados que seriam contemplados com energia elétrica dentro dos Blocos 02 e 03 contratados, deixaram de ser atendidos, devido ao fim da vigência dos contratos com as empresas.

Através do decreto nº. 8.387, de 30/12/2014, o Programa Luz para Todos foi prorrogado até dezembro de 2018.

O Comitê Gestor Estadual do Programa Luz para Todos, está aguardando uma posição do MME-Ministério de Minas e Energia com relação a execução do referido programa no estado do Amapá, se vai ser executado pelo CEA ou pela Eletronorte.

**Tabela 4: Qtde de Unidades Consumidoras de Energia Elétrica nos Assentamentos do Incra**

PA	Projeto de Assentamento	Famílias		Energia		
		Capacidade do PA	Assentadas	Famílias atendidas	Famílias com previsão de atendimento em 2014	Famílias atendidas em 2014
AP0003000	PA Piquiazal	650	276	277	103	0
AP0004000	PA Perimetral	680	402	0	170	0
AP0005000	PA Carnot	306	265	0	315	0
AP0009000	PA Bom Jesus	450	438	121	84	0
AP0010000	PA Serra do Navio	250	157	8	54	0
AP0011000	PA Matão do Piaçacá	600	534	277	115	0
AP0012000	PA Cedro	600	584	132	105	25
AP0013000	PA Munguba	649	361	35	95	0
AP0014000	PA Nova Colina	309	305	13	131	0
AP0015000	PA S. Benedito do Aporema	54	46		60	0
AP0016000	PA Piquiá do Amapá	67	65		20	0
AP0017000	PA Maracá	2.500	1.922	0	1.250	0
AP0018000	PA Manoel Jacinto	270	270	0	131	0
AP0019000	PAE Anauerapucu	519	519		82	0
AP0020000	PA Itaubal	250	206		30	30
AP0021000	PA Nova Vida	185	164	60	86	0
AP0022000	PA Cruzeiro	96	91	20	30	0
AP0023000	PA Nova Canaã	340	324	60	85	25
AP0024000	PA Gov. Janary	200	84	80	25	0
AP0025000	PA Pancada do Camaípi	400	391	80	93	0
AP0026000	PA Cujubim	220	180	17	66	0
AP0028000	PA Pedra Branca	400	398	143	363	63
AP0029000	PA Corre Água	105	102	27	25	0
AP0030000	PA V. Velha do Cassiporé	170	148	0	162	0
AP0031000	PA Lourenço	266	266	0	95	0
AP0035000	PA Igarapé Grande	73	34	0	35	0
AP0037000	PDS Irineu e Felipe	213	188	0	60	0

AP0038000	PA Ferreirinha	133	124		67	27	40
AP0039000	PA Sto. Antonio da Pedreira	96	96		15	15	0
AP0044000	PAE Ipixuna Miranda	100	90		39	0	39
AP0045000	PAE Barreiro	100	100	0	74	0	74
AP0046000	PAE Foz do Mazagão Velho	200	193	0	0	0	193
AP0047000	PAE Sucuriju	130	117	0	0	0	117
AP0048000	PAE Carapanatuba	200	129	0	0	0	129
AP0049000	PAE N. Sra. Da Conceição	80	75	0	0	0	75
AP0053000	PAE Ilha de Aruás	110	73	0	0	0	73
AP0056000	PAE Jacitara	25	7	0	0	0	7
AP0050000	PAE Igarapé Novo	40	35	0	0	0	35
AP0057000	PAE Capoeira do Rei	50	16	0	0	0	16

**OBS.** : o levantamento da demanda por energia elétrica, é efetuado pela Eletronorte/CEA, e a quantidade de famílias atendidas se refere à quantidade de unidades consumidoras implantadas. E, ainda, a programação para fornecimento de energia é elaborada por essas empresas públicas.

Fonte: SR(21)AP/G

**d) Estradas vicinais:** conforme levantamentos realizados pela Divisão de Desenvolvimento, o déficit de infraestrutura nos projetos de assentamento da UJ são os constantes da tabela abaixo:

**Tabela 5: Déficit de Infraestrutura**

Nome do Assentamento	Município	Estradas Vicinais (Km)				Valor Custo Estimado (R\$)	
		Implant.	Recup.	Falta Implantar	Falta Recup.	Implantação	Recuperação
Anauerapucu	Santana	17,25	17,25	20	17,25	1.172.348,35	824.272,94
Barreiro*	Mazagão	0	0				
Bom Jesus	Tartarugalzinho	43	13	15	30	972.936,28	1.300.913,50
Carapanatuba*	Macapá						
Carnot	Calçoene	29,92		26	29,92	1.351.129,76	1.300.511,30
Cedro	Tartarugalzinho	92	42,3	45	49,7	2.444.604,30	1.770.746,00
Corre Água	Macapá	7		10	7	932.213,96	580.597,42
Cruzeiro	Amapá	22,47		10	22,47	912.413,96	1.123.400,40
Cujubim	Pracuuba	26,9		25	26,9	1.298.184,57	1.228.716,43
Ferreirinha	Ferreira Gomes	11,7		20	11,7	1.149.548,35	869.238,90
Foz do Mazagão Velho	Mazagão						
Governador Janary	Tartarugalzinho	16		20	16	1.159.368,35	1.770.795,20
Igarapé Grande	Oiapoque	13		10	13	912.413,96	898.268,34
Igarapé Novo*	Itaubal						
Ipixuna Miranda*	Macapá	0					
Irineu e Felipe	Calçoene	18		0	18		1.017.135,90
Itaubal	Itaubal	14	6,9	15	7,1	975.536,28	582.974,51
Lourenço	Calçoene	14		34	14	1.899.659,61	922.041,60
Manoel Jacinto	Porto Grande	13,6		32,8	13,6	2.014.205,02	836.277,42
Maracá	Mazagão	77,45	24,45	80	53	4.897.150,89	1.674.166,40
Matão do Piaçacá	Santana	83,57	54,5	20	29,07	1.159.368,35	1.241.351,54
Munguba	Porto Grande	61,17	20	30	41,17	1.679.598,34	1.689.299,90
N. Sra. Conceição*	Macapá	0					
Nova Canaã	Porto Grande	41		35,5	41	2.097.946,42	1.835.456,42
Nova Colina	Porto Grande	36,5	12,9	25,8	23,6	1.860.433,90	1.689.283,90
Nova Vida	Tartarugalzinho	44	14	10	30	918.613,96	1.300.913,60
Pancada do Camaípi	Mazagão	27,9		10	27,9	912.213,96	1.077.457,97
Pedra Branca	P. Branca do Amapari	47,75		54	47,75	2.742.652,41	1.724.388,21
Perimetral	P. Branca do Amapari	36,37	13	25	23,37	1.268.184,57	969.765,18
Piquiá do Amapá	Amapá	14		20	14	1.179.318,35	921.871,60
Piquiazel	Mazagão	46,36	14	15	32,36	972.556,28	1.183.486,64
Sto. Antonio da Pedreira	Macapá	13		0	13		723.151,41
S. Benedito do Aporema	Tartarugalzinho	23		9	23	862.413,96	1.124.100,40
Serra do Navio	Serra do Navio	22,04	7	20,3	15,04	1.179.518,35	771.510,21

Sucuriju	Amapá	0		0		
Vila Velha do Cassiporé	Oiapoque	30		6	30	758.977,08
<b>Total</b>		<b>942,95</b>	<b>239,3</b>	<b>643,4</b>	<b>720,9</b>	<b>39.683.509,57</b>

Fonte: Divisão de Desenvolvimento/Infraestrutura

Para solucionar o problema do déficit de infraestrutura nos seus assentamentos a autarquia optou por realizar de forma centralizada o chamamento público de infraestrutura que objetivou a execução de obras nos assentamentos do Incra em todo país, através de convênios com *órgãos da Administração Pública Estadual, Municipal e do Distrito Federal, bem como consórcios públicos constituídos por Estados, Distrito Federal e Municípios e as instituições privadas sem fins lucrativos poderão participar, exclusivamente para atuarem como Entidades Organizadoras no âmbito do PNHRö.*

Em âmbito local a UJ realizou atividades informativas junto às prefeituras municipais sobre a nova metodologia adotada pela Autarquia para contratação de obras de infraestrutura. As orientações foram prestadas pelo Incra-sede aos prefeitos e técnicos dos municípios, por meio de videoconferência. Além disso, para efeito de formulação de propostas, a UJ encaminhou às prefeituras do estado as demandas por obras nos assentamentos.

Posteriormente, o Chamamento Público Incra nº 01, foi publicado e ficou disponível no SICONV no período de 06/03 a 30/04, para recebimento de propostas do Brasil inteiro.

No estado do Amapá, oito prefeituras apresentaram propostas, contudo, não conseguiram se credenciar por não atenderem aos critérios estabelecidos no edital, especificamente o item 9, que tratava da documentação exigida para apresentação das propostas:

*Para que as propostas sejam analisadas é necessário que os documentos listados a seguir estejam inseridos na aba anexo da proposta no SICONV.*

*Proposta com seus anexos devidamente preenchidos;*

*Ata(s) da(s) Associação(ões) dos Assentados aprovando a proposta;*

*Extrato da proposta do SICONV;*

*Parecer da Superintendência Regional;*

*Orçamento completo com valores atualizados e referenciados.* Chamamento Público Incra/DD/01/2014.

Desta feita, no estado do Amapá, não houve obra contratada por meio do chamamento público realizado pelo Incra.

No mês de janeiro de 2014, antes de vigorar essa nova metodologia, a UJ contratou, mediante procedimento licitatório ocorrido no ano de 2013, a implantação de 11,3km de estradas vicinais para o PA Matão do Piaçacá.

#### Planilha 8: Obras Contratadas em 2014

SIPRA	PA	IMPLANTAÇÃO DE ESTRADAS		DATA DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO	VALOR DO CONTRATO	STATUS*	% DE EXECUÇÃO
		Km	FAM. BENEF.				
AP0011000	Matão do Piaçacá	11,3	150	29/01/2014	594.486,72	Iniciado	12%

\* Iniciado, Não Iniciado ou Suspensão

Fonte: Divisão de Desenvolvimento/Infraestrutura

Quanto as obras em andamento, no período estavam em vigor os contratos celebrados no exercício de 2013, conforme abaixo:

#### Planilha 9: Obras Contratadas em 2013

SIPRA	PA	IMPLANTAÇÃO DE ESTRADAS		DATA DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO	VALOR DO CONTRATO	STATUS*	% DE EXECUÇÃO
		Km	FAM. BENEF.				
AP0030000	V. Velha do Cassiporé	26	170	09/01/2013	3.028.739,98	Iniciado	<b>97,00%</b>
AP0005000	Carnot	26	275	19/12/2013	3.216.000,00	Iniciado	<b>26,00%</b>
AP0031000	Lourenço	14	266*	13/11/2013	879.437,64	Iniciado	<b>39,00%</b>
SIPRA	PA	RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS		DATA DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO	VALOR DO CONTRATO	STATUS*	% DE EXECUÇÃO
		Km	FAM. BENEF.				
AP0030000	V. Velha do Cassiporé	10	170	09/01/2013		Iniciado	<b>100,00%</b>

\* Iniciado, Não Iniciado ou Suspensão  
Fonte: Divisão de Desenvolvimento/Infraestrutura

**e) Assistência Técnica e Extensão Rural:** o orçamento da autarquia é distribuído em ações e planos orçamentários específicos. Assim sendo, a ação de Ater possui quatro planos orçamentários: *PO01-Formação e Capacitação de Agente de Assistência Técnica e Extensão Rural ó Incra*, *PO02-Brasil Sem Miséria - Assistência Téc. E Extensão Rural p/ Ref. Agrária*, *PO03-Assistência Técnica e Extensão Rural p/ Reforma Agrária* e *PO04-Territórios da Cidadania - Assistência Téc. E Extensão Rural p/ Ref. Agrária*.

Esses planos orçamentários contemplam regiões e assentamentos por grau de prioridade para o Governo Federal, desse modo, no PO02, são atendidos os assentamentos que pertencem ao Programa Brasil Sem Miséria, no estado do Amapá apenas o PAE Foz do Mazagão Velho faz parte desse programa. No PO04 são atendidos os assentamentos inseridos nos Territórios da Cidadania (PAEs Barreiro, Ilha de Aruãs, Maracá e Sucuriju, e PAEs Bom Jesus, Cedro, Cruzeiro, Cujubim, Ferreirinha, Governador Janary, Manoel Jacinto, Munguba, Nova Canaã, Nova Colina, Nova Vida, Pancada do Camaípi, Pedra Branca do Amapari, Perimetral, Piquiazal e Serra do Navio), e no PO03 estão englobados os assentamentos excluídos desses programas prioritários.

O planejamento das ações é elaborado com base nesses planos orçamentários, e por conseguinte a disponibilização dos serviços de Ater foi dividida nos três planos orçamentários conforme abaixo:

#### Planilha 10: Plano Orçamentário-Ater-BSM

PO02BRASIL SEM MISÉRIAASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARA A REF. AGRÁRIA								
SR	METAS 2014-2015						ORÇAMENTO TOTAL 2014-2015 (R\$)	
	Contratar e manter ATER para as famílias assentadas (LOA) (exclui o PA BSM proprietário, BV e inserção BSM 2013-2014)			Elaboração dos projetos produtivos para acesso ao fomento BSM e inserção no SIATER				
	Nº Famílias assistidas (LOA)			Projeto inserido no SIATER			Despesas Correntes	Despesas Correntes
	31/08/14	2014	2015	31/08/14	2014	2015	2014	2015
SR-21/AP	200	200	1.355	-	-	-	241.312,00	1.355.000,00

Fonte: Incra/Plano de Metas e Créditos Orçamentários 2014-2015

#### Planilha 11: Plano Orçamentário-Ater

PO03ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARA A REFORMA AGRÁRIA					
SR	METAS 2014-2015			ORÇAMENTO 2014-2015 (R\$)	
	Contratar e manter ATER para as famílias assentadas (LOA)				
	Nº de Famílias assistidas (LOA)			Despesas Correntes	Despesas Correntes
	31/08/14	2014	2015	2014	2015
SR-21/AP	1.162	1.741	1.741	2.795.241,00	2.795.241,00

Fonte: Incra/Plano de Metas e Créditos Orçamentários 2014-2015

#### Planilha 12: Plano Orçamentário-Ater-TC

PO04-TERRITÓRIOS DA CIDADANIAASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARA A REF. AGRÁRIA					
SR	METAS 2014-2015			ORÇAMENTO 2014-2015 (R\$)	
	Contratar e manter ATER para as famílias assentadas (LOA) (exclui BSM ampliado)				
	Nº de Famílias assistidas (LOA)			Despesas Correntes	Despesas Correntes
	31/08/14	2014	2015	2014	2015
SR-21/AP	1.995	1.995	1.995	1.995.000,00	1.476.817,00

Fonte: Incra/Plano de Metas e Créditos Orçamentários 2014-2015

No âmbito da UJ, foram executados 07 contratos de ATER durante o exercício de 2014, dos

quais 04 são referentes à repactuação da Chamada Pública de ATER/nº. 01/2012 e 03 referentes à Chamada Pública de ATER/nº. 01/2013, no contexto da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER) e do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER).

A repactuação dos contratos da Chamada Pública de ATER/nº. 01/2012 objetivou somente prorrogação da vigência dos contratos por mais um ano, mantendo-se inalteradas as demais cláusulas contratuais. O objeto desses contratos foi: Elaboração de 03 Planos de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) e 05 Planos de Recuperação do Assentamento (PRA); e Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) a 2.815 famílias assentadas em 16 assentamento tradicionais e 04 assentamento agroextrativistas sob a jurisdição da UJ, conforme quadros abaixo:

**Tabela 6: Lote 1 ó Contrato 06000/2012**

Nº	Nome do PA	Município	Nº Fam. Contratadas	Nº de Fam. Atendidas	Serviços
01	Cujubim	Pracuba	120	92	PRA / ATES
02	S. Benedito do Aporema	Tartarugalzinho	50	27	PRA / ATES
03	Governador Janary	Tartarugalzinho	100	58	PRA / ATES
04	Cedro	Tartarugalzinho	300	187	ATES
05	Nova Vida	Tartarugalzinho	120	90	ATES
06	Bom Jesus	Tartarugalzinho	250	124	ATES
<b>Total</b>			<b>940</b>	<b>578</b>	

Fonte : Divisão de Desenvolvimento/ATER

**Tabela 7: Lote 2 ó Contrato 07000/2012**

Nº	Nome do PA	Município	Nº Fam. Contratadas	Nº de Fam. Atendidas	Serviços
01	Piquiazal	Mazagão	100	113	ATES
02	Anauerapucu	Santana	360	268	PRA / ATES
03	Foz do Mazagão Velho	Mazagão	200	134	PDA /ATES
04	Pancada do Camapí	Mazagão	200	151	ATES
05	Barreiro	Mazagão	65	96	PDA /ATES
<b>Total</b>			<b>925</b>	<b>762</b>	

Fonte : Divisão de Desenvolvimento/ATER

**Tabela 8: Lote 3 ó Contrato 08000/2012**

Nº	Nome do P.A.	Município	Nº Fam. Contratadas	Nº de Fam. Atendidas	Serviços
01	Ipixuna Miranda	Macapá	50	72	PDA/ATES
02	Itaubal	Itaubal	100	126	PRA /ATES
03	Corre Água	Macapá	60	75	ATES
04	Sto. Antonio da Pedreira	Macapá	50	89	ATES
<b>Total</b>			<b>260</b>	<b>362</b>	

Fonte : Divisão de Desenvolvimento/ATER

**Tabela 9: Lote 4 ó Contrato 09000/2012**

Nº	Nome do P.A.	Município	Nº Fam. Contratadas	Nº de Fam. Atendidas	Serviços
01	Munguba	Porto Grande	180	141	ATES
02	Nova Colina	Porto Grande	150	27	ATES
03	Nova Canaã	Porto Grande	150	36	ATES
04	Ferreirinha	Ferreira Gomes	80	83	ATES
05	Manoel Jacinto	Porto Grande	130	110	PRA/ATES
<b>Total</b>			<b>690</b>	<b>397</b>	

Fonte : Divisão de Desenvolvimento/ATER

Considerando a demanda qualificada dos PA's e PAE's, foram definidas **05 metas** para a elaboração dos PDA's e PRA's e **12 metas** específicas para os serviços de ATER, compreendendo

atividades individuais, coletivas e complementares, dispostas através das seguintes metodologias:

i. **Atividades de Leitura da Realidade**: nos assentamentos onde foi contratada a realização de PDA ou PRA, foi previsto uma atividade de atualização destes diagnósticos/planos, como forma de realizar uma leitura da realidade necessária para iniciar os trabalho de ATER;

ii. **Atividades de Planejamento**: foram previstas Oficinas de Planejamento nos projetos de assentamento e também no Núcleo Operacional, objetivando envolver os atores do programa de ATER (Superintendência Regional, entidade executora e principalmente as famílias assentadas). Nesse momento, outras atividades foram previstas nos contratos de forma que todos os envolvidos percebam quais são as suas responsabilidades na execução dos serviços;

iii. **Atividades de Implementação dos Serviços de ATER**: foram previstas visitas técnicas individuais, cursos de capacitação, mutirões, reuniões, oficinas, dia de campo, entre outras;

iv. **Atividades de Avaliação dos Serviços Realizados**: foram previstas Oficinas de Avaliação e (Re)Planejamento que tiveram objetivo de avaliar o serviço de ATER em conjunto com as famílias beneficiadas durante o período de execução dos contratos para servirem de parâmetros aos próximos serviços a serem contratados.

A vigência dos contratos aditivados nºs. 6000, 7000, 8000 e 9000/2012 expirou no mês de novembro de 2014, onde 2.099 famílias foram atendidas pelo serviço de ATER, com visitas técnicas individuais, reuniões e oficinas, cursos de capacitação etc. No entanto, em decorrência de problemas apresentados pela prestadora a execução das metas ficou muito abaixo do programado, inclusive até a conclusão deste Relatório de Gestão não foram entregues os PDA's e PRA's objetos dos contratos, instrumentos essenciais à formulação de projetos técnicos e outras atividades a serem planejadas e executadas no interior do assentamento.

Além desses 04 contratos, a equipe de assistência técnica da UJ acompanhou a execução dos 03 contratos da Chamada Pública de ATER/nº 01/2013 (CRT's nºs 26000, nº 27000 e nº 28000), celebrados também com o Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá, cujo objetivo principal é a prestação dos serviços de ATER a 929 famílias assentadas em 07 projetos de assentamento sob a jurisdição da UJ, conforme quadros abaixo:

**Tabela 10: Lote 1 ó Contrato 028000/2013**

Núcleo Operacional Pedra Branca do Amapari					
Nº	Nome do PA	Município	Nº de Fam. Contratadas	Nº de Fam. Atendidas	Serviços
1	Perimetral	Pedra Branca do Amapari	190	64	ATES
2	Pedra Branca	Pedra Branca do Amapari	197	77	ATES
3	Serra do Navio	Serra do Navio	67	31	ATES
<b>Total</b>			<b>454</b>	<b>172</b>	

Fonte : Divisão de Desenvolvimento/ATER

**Tabela 11: Lote 2 ó Contrato 027000/2013**

Núcleo Operacional Calçoene					
Nº	Nome do PA	Município	Nº de Fam. Contratadas	Nº de Fam. Atendidas	Serviços
1	Carnot	Calçoene	135	47	ATES
2	Lourenço	Calçoene	80	60	ATES
3	Irineu e Felipe	Calçoene	40	29	ATES
<b>Total</b>			<b>255</b>	<b>136</b>	

Fonte : Divisão de Desenvolvimento/ATER

**Tabela 12: Lote 3 ó Contrato 026000/2013**

Núcleo Operacional Santana					
Nº	Nome do PA	Município	Nº de Fam. Contratadas	Nº de Fam. Atendidas	Serviços
1	Matão do Piaçacá	Santana	200	40	ATES
<b>Total</b>			<b>200</b>	<b>40</b>	

Fonte : Divisão de Desenvolvimento/ATER

Considerando a demanda qualificada dos PAEs, foram definidas 12 metas específicas para a execução do serviço de assistência técnica, exigidas através das mesmas metodologias utilizadas nos contratos da Chamada Pública de ATER nº. 01/2012, citadas acima.

O prazo de vigência desses contratos encerra-se no mês de dezembro/2015 e até o momento somente a Meta 01 das Atividades Coletivas (Reunião de Apresentação Inicial) foi executada nos 03 contratos e a Meta 01 das Atividades Individuais (Aplicação de Questionário Sócio, Econômico e Ambiental) foi concluída no Núcleo Operacional de Pedra Branca do Amapari. Considerando-se o descumprimento do cronograma de execução dos 03 contratos, a prestadora foi notificada a justificar a não realização dos serviços, bem como restabelecer as atividades em todos os núcleos operacionais.

Vale ressaltar que o pagamento da prestação dos serviços nos 07 contratos só ocorreu após a execução, análise e aprovação das atividades apresentadas através do Sistema Informatizado de ATER (SIATER) e suas respectivas fiscalizações, conforme disposto na Portaria/INCRA/nº. 581, de 20 de setembro de 2010.

Além da monitoria e fiscalização dos contratos das Chamadas Públicas de ATER/nº. 01/2012 e nº 01/2013, a equipe de ATER iniciou os trabalhos de elaboração do edital e projeto básico da Chamada Pública Agroextrativista para atendimento de 3.315 famílias, conforme quadro abaixo, realizando reuniões, oficinas de qualificação da demanda nos assentamentos envolvidos, pesquisas de preços de imóveis, veículos rodoviários e fluviais, materiais de expediente e equipamentos de escritório, entre outros.

**Planilha 13: Chamada Pública Extrativista 2014 ó Assentamentos Beneficiados**

Lote	NO	PAE	Município	Nº de Fam. Beneficiadas
I	Macapá	Nossa Senhora da Conceição	Macapá	75
		Carapanantuba	Macapá	130
		Igarapé Novo	Itaubal	35
		Ipixuna Miranda	Macapá	70
		<b>SUB-TOTAL</b>		<b>310</b>
II	Amapá	Sucuriju	Amapá	115
		<b>SUB-TOTAL</b>		<b>115</b>
III	Mazagão	Barreiro	Mazagão	70
		Anauerapucu	Santana	240
		Foz do Mazagão Velho	Mazagão	180
		<b>SUB-TOTAL</b>		<b>490</b>
IV	Mazagão	Maracá	Mazagão	1200
		<b>SUB-TOTAL</b>		<b>1200</b>
V	Mazagão	Resex Cajari	Mazagão	1200
		<b>SUB-TOTAL</b>		<b>1200</b>
<b>TOTAL</b>				<b>3315</b>

Fonte: SR (21) AP/D/ATER

A publicação da Chamada Pública Agroextrativista estava prevista para o mês de novembro e a abertura, análise das propostas, homologação do resultado e a assinatura dos contratos deveriam ocorrer no mês de dezembro. No entanto, as atividades foram suspensas por não haver modelo definido de elaboração do edital e projeto básico da Chamada Pública devido às peculiaridades dos serviços a serem contratados, como por exemplo o Plano de Manejo Florestal para o PAE Maracá, conforme orientação do Incra-sede. Outro fator que contribuiu para a suspensão das atividades foi a indisponibilidade de recursos para atender os supracitados serviços, conforme indicado pela Coordenação Nacional de ATER do Incra.

Além disso, a equipe de ATER do Incra elaborou o edital e o projeto básico da Chamada Pública dos projetos de assentamentos tradicionais que ficaram sem o serviço de ATER após o término da vigência dos contratos firmados em 2012. No total, 2.129 famílias seriam beneficiadas pelo serviço durante 02 (dois) anos, conforme quadro abaixo:

**Planilha 14: Chamada Pública 2014 ó Assentamentos Beneficiados**

Lote	NO	PA	Município	Nº de Fam. Beneficiadas
I	Tartarugalzinho	Cujubim	Pracuúba	102
		São Benedito do Aporema	Tartarugalzinho	40
		Governador Janary	Tartarugalzinho	100
		Cedro	Tartarugalzinho	249
		Nova Vida	Tartarugalzinho	100
		Bom Jesus	Tartarugalzinho	211
		<b>SUB-TOTAL</b>		<b>802</b>
II	Mazagão	Piquiazal	Mazagão	120
		Pancada do Camaípi	Mazagão	160
		<b>SUB-TOTAL</b>		<b>280</b>
III	Itaubal	Itaubal	Itaubal	121
		Corre Água	Itaubal	70
		Santo Antônio da Pedreira	Itaubal	90
		<b>SUB-TOTAL</b>		<b>281</b>
IV	Porto Grande	Munguba	Porto Grande	189
		Nova Colina	Porto Grande	140
		Nova Canaã	Porto Grande	132
		Manoel Jacinto	Porto Grande	120
		Ferreirinha	Ferreira Gomes	50
		<b>SUB-TOTAL</b>		<b>631</b>
V	Oiapoque	Vila Velha do Cassiporé	Oiapoque	100
		Igarapé Grande	Oiapoque	35
		<b>SUB-TOTAL</b>		<b>135</b>
<b>TOTAL GERAL</b>				<b>2129</b>

Fonte: SR (21) AP/D/ATER

No entanto, a publicação do edital e projeto básico da chamada pública foi interrompida no mês de dezembro pelo Incra-sede, devido a insuficiência de recursos orçamentários e financeiros, situação oficializada em 07/01/2015 através do memorando nº 07/2015-DD, que cita em grifo: *"Informo às Superintendências Regionais que estão suspensos, temporariamente, o lançamento de novas Chamadas Públicas e novas contratações dos serviços de ATER.*

f) **Demarcação Topográfica:** segundo o Plano de Metas e Créditos Orçamentários 2014-2015, em 2014 a UJ receberia o montante de R\$ 45.812,00 (quarenta e cinco mil, oitocentos e doze reais), para demarcar e georreferenciar 76 lotes em áreas de assentamento.

A fim de elaborar do termo de referência contratação dos serviços, foi realizado levantamento de campo nos assentamentos Carnot, Itaubal, Lourenço, Matão do Piaçacá, Nova Canaã e Vila Velha do Cassiporé, para identificar e selecionar áreas não demarcadas nesses assentamentos, que estivessem ocupadas por assentados, prioritariamente aquelas que possuíssem acesso por estradas vicinais ou por vias fluviais. E, a pedido do Gestor, foi incluída a demarcação do PA Ariramba, recém criado, para esse assentamento a equipe não efetuou o levantamento de campo descrito acima, pois o mesmo já havia sido realizado pela Divisão de Obtenção de Terras.

Como resultado do levantamento realizado, verificou-se a necessidade de contratar a demarcação e georreferenciamento de 751 lotes, conforme panilha abaixo, cujo edital de licitação foi Pregão Eletrônico nº 16/2014, publicado no DOU em 09/12/2014:

**Planilha 15: Demarcação Topográfica 2014 ó Assentamentos Beneficiados**

GRUPO	Item	PA	PROG. PRIORIT.	MÉTODO DA POLIGONAÇÃO					
				Quant. Parcelas	Dimensão Larg X Comp (m)	Área (ha)	Grau de Dificuld.	Preço/ Parcela (R\$)	Total de Preço (R\$)
1	1.	Matão do Piaçacá	NÃO	27	300x2000	60	39	709,53	19.157,31
	2.	Itaubal		6	300x1000	30	26	474,97	2.849,82

	3.	V. Velha do Cassiporé	TC	80	500x1000	50	37	1.287,72	103.017,60
	4.	Carnot		38	500x2000	10	39	1.340,30	50.931,40
	5.	Lourenço		80	500x1000	50	43	1.526,98	122.158,40
2	6.	Nova Canaã		10	500x1000	50	37	1.129,97	11.299,70
	7.	Perimetral		16	500x2000	100	40	1.208,84	19.341,44
	8.	Cedro		50	500x1000	50	38	1.156,26	57.813,00
	9.	Rio Ariramba		460	300x1000	30	30	544,11	250.290,60
<b>TOTAL</b>				<b>751</b>					<b>636.859,27</b>

Fonte : Divisão de Desenvolvimento/Demarcação Topográfica

Devido a não descentralização dos recursos orçamentários em tempo hábil a licitação foi suspensa. Porém, a UJ deverá lançar novo edital no primeiro semestre de 2015, com as necessárias alterações, considerando o cancelamento da portaria de criação do PA Ariramba.

No exercício de 2014 foi concluída a demarcação topográfica e georreferenciamento de 270 parcelas rurais em 07 (sete) projetos de assentamentos, relativas aos CRTs nºs 14.000 e 15.000/2013, abaixo especificados:

#### **Planilha 16: Contratos de Demarcação Topográfica ó 2013**

SIPRA	PA	Município	Nº CRT	CNPJ/ Contratada	Fam/Lotes
AP0012000	Cedro	Tartarugalzinho	15.000/2013	03.465.654.0001/89	50
AP0018000	M. Jacinto	Porto Grande			30
AP0025000	P. Camaipi	Mazagão			30
AP0028000	Perimetral	P. Branca do Amapari			20
AP0009000	Bom Jesus	Tartarugalzinho	14.000/2013	07.872.686/0001-50	50
AP0011000	M. Piaçacá	Santana			60
AP0013000	Munguba	Porto Grande			30
Fonte: SR(21)AP/D					270

Fonte : Divisão de Desenvolvimento/Demarcação Topográfica

### **3.3.3 Demonstração das estratégias e resultados da Supervisão de Projetos de Assentamento**

**a) Cumprimento da função social da terra das parcelas da reforma agrária:** os trabalhos desenvolvidos com fundamento nos preceitos da IN/INCRA/nº. 71/2012, dentre outros objetivos, visam garantir o cumprimento da função social da terra. Assim sendo, no exercício de 2014 a UJ promoveu a supervisão ocupacional de 807 parcelas, que resultou na entrega de 535 laudos de vistoria, e as situações encontradas foram as seguintes: 218 parcelas estavam regularmente ocupadas, 101 parcelas ocupadas irregularmente foram encaminhadas para regularização, 216 parcelas com situação irregular foram encaminhadas para retomada. Foram assentadas 101 (cento e uma) famílias em lotes retomados.

**b) Fiscalização ambiental em áreas de reserva legal e preservação permanente: resultado da elaboração de diagnóstico e erradicação da exploração agrícola em áreas de reserva legal e preservação permanente no exercício, destacando a meta para o exercício, resultado no exercício e cronograma contendo meta para o próximo exercício:** em 2014, o Incra-sede através de sua Coordenação Geral de Meio Ambiente, realizou o curso de vistoria ambiental para os servidores integrantes das Equipes de Vistoria Ambiental-EVA criadas nos estados, com o intuito de capacitá-los na verificação de ilícitos ambientais em projetos de assentamento. Da UJ participaram três servidores, após o curso que ocorreu em maio, foram montadas as equipes para atuarem nos assentamentos da região Amazônica considerados prioritários. O estado do Amapá, no ano de 2014, não foi alvo de fiscalização por parte dessas equipes, pois, não faz parte da lista dos mais desmatados da Amazônia. No planejamento de 2015 será incluída essa ação de fiscalização ambiental. Com relação a metas, tendo em vista que o estado não possui assentamentos com alto índice de desmatamento de sua reserva legal ou área de preservação permanente, serão verificados os ilícitos, via denúncias ou quando observados nos

projetos de assentamento por equipes de vistoria ocupacional e exploratória do Incra.

**c) Combate à ocupação ilegal e venda de lotes: resultado da revisão ocupacional de lotes ocupados irregularmente ou que não estão cumprindo a função social da terra no exercício, bem como as ações de retomada e redestinação de lotes com revisão ocupacional realizada no exercício anterior, destacando a meta das atividades de supervisão de projetos de assentamento para o exercício, resultado no exercício e cronograma contendo meta para o próximo exercício:** os trabalhos desenvolvidos com fundamento nos preceitos da IN/INCRA/nº. 71/2012, também objetivam combater a venda de lotes e sua ocupação ilegal por pessoas que não atendam aos requisitos de seleção do PNRA. Como resultado da ação de supervisão ocupacional, no exercício de 2014, a UJ retomou 101 (cento e um) os quais foram redestinados para novas famílias assentadas.

---

### **3.3.4 Demonstração das estratégias e resultados voltados para o desenvolvimento dos projetos de assentamento**

---

**a) Crédito Instalação:** em 2014 foi publicado o decreto nº. 8.256 de 26/05/2014, que regulamenta a concessão dos créditos de instalação previstos no inciso V, caput do art. 17 da lei nº. 8.629/1993, assim: o *Apoio Inicial* que antes do decreto era concedido em uma única parcela no valor R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais), por família, agora será concedido em 2 (duas) parcelas, deste modo: Apoio Inicial I - valor R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais) e Apoio Inicial II ó valor R\$ 2.800 (dois mil e oitocentos reais) por família. O Fomento passou para o valor de R\$ 6.400,00 (seis mil e quatrocentos reais) dividido em duas operações no valor de R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais), cada, e o Fomento Mulher permaneceu no mesmo valor, R\$ 3.000,00 (três mil reais), porém, passou a ser individual.

Dessa forma, o planejamento foi alterado, no que concerne a seleção dos assentados que serão beneficiados pelo Ciclo IóInstalação, Apoio Inicial.

A partir do Apoio Inicial II, Fomento e Fomento Mulher, a concessão será efetuada mediante seleção feita pela equipe de ATER, e analisada pela comissão de crédito, quanto ao recebimento ou não de alguma parcela desse crédito e efetiva homologação do assentado, que após passará para o ciclo II inclusão produtiva.

Quanto a cobrança, tão logo sejam emitidos e assinados pelos beneficiários, os contratos de concessão de crédito serão lançados pela comissão de crédito no Sistema Nacional de Concessão de Crédito InstalaçãoóSNCCI, para que seja efetuada a cobrança, obedecendo a legislação e vigor, bem como a meta estabelecida do PPA 2012ó2015.

**b) Agroindustrialização:** para o exercício de 2014 a SR previu a execução de obras no valor de R\$ 4.488.567,00, sendo:

Implantação de 10 Casas de Farinha, nos assentamentos Cedro, Ferreirinha, Ilha do Curuá, Itaubal, Lourenço, Nova Colina, Resex Rio Cajari e Serra do Navio, cujo montante da despesa seria de R\$ 4.419.567,00 (quatro milhões, quatrocentos e dezenove mil, quinhentos e sessenta e sete reais). As obras beneficiariam 2.916 famílias assentadas;

Implantação de 1 centro de Artesanato no PAE Maracá, no valor de R\$ 69.000,00 (sessenta e nove mil reais), no qual seriam beneficiadas 200 famílias;

Ações de apoio a inserção mercadológica e capacitação de assentados e técnicos nas linhas financiadas pelo Programa Terra Sol em todos os assentamentos beneficiados com as obras programadas, cujo montante da despesa seria R\$ 481.630,00 (quatrocentos e oitenta e um mil, seiscentos e trinta reais).

Foram previstos também os recursos para o acompanhamento da execução das obras do exercício e de exercícios anteriores, no montante de R\$ 106.656,00 (cento e seis mil, seiscentos e cinqüenta e seis reais). Todavia, a programação elaborada pela UJ não foi aprovada pelo Conselho Diretor/Incra. Assim sendo, não houve descentralização de recursos no período.

Apesar da decisão do Conselho Diretor, a UJ providenciou ajustes no processo para

implantação de um Centro de Artesanato no PAE Maracá, e pediu os recursos para contratação da obra, porém, até o final do exercício não ocorreu a descentralização, e tendo em vista ainda, que houve solicitação de representantes dos PA's Nova Colina e Perimetral Norte, para implantação do mesmo tipo de obra a UJ formalizou os respectivos processos que se encontram paralisados na Divisão de Desenvolvimento por falta de recursos. O montante dos três projetos é de R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais).

Mesmo com as dificuldades citadas, a UJ, deu continuidade à execução da obra de recuperação e ampliação de uma casa de farinha no PA Matão do Piaçacá, iniciada no exercício de 2013, cujos valores estavam inscritos em RAP. Essa obra foi concluída e entregue aos assentados no mês de dezembro 2014.

c) **Assistência Técnica Especialista para agroindustrialização:** sem meta no exercício.

d) **Educação no campo:** esta ação possui as seguintes sub-ações: Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA), Capacitação e Formação de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária e Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social, com exceção desta última que ainda não é executada pela UJ, as demais ações foram implementadas durante o exercício.

**Educação de Jovens e Adultos no Campo** (EJA), a UJ celebrou com o Governo do Estado do Amapá o convênio 798598/2013, publicado em 02/01/2014, visando a escolarização em anos iniciais do ensino fundamental de 600 educandos em 2014-2015, o valor desse convênio é de R\$ 1.727.186,74 (um milhão, setecentos e vinte e sete mil, cento e oitenta e seis reais e setenta e quatro centavos) dividido em parcelas anuais. Contudo, em razão do não início da escolarização e a parcial seleção dos educadores, o convênio foi aditivado em janeiro de 2015 e a vigência foi alterada para até fevereiro de 2017;

**Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária**, foram executadas ações para a efetivação de parceria com o IFAP (Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Amapá) visando a implantação do curso òTécnico em Meio Ambiente. O projeto foi formatado para 40 alunos, devido à demanda e a infraestrutura apresentada pelo IFAP. Assim sendo, em 27/11/2014 foi publicado o Termo de Execução Descentralizada nº. 12/2014, firmado entre o Incra e o IFAP, para realização do curso òTécnico em Meio Ambiente, o mesmo será executado nos anos de 2015 e 2016. O ano de 2014 destinou-se para a celebração da parceria e formação da equipe de trabalho do IFAP. A vigência dessa parceria é até junho de 2017, e, o valor do instrumento é de R\$ 399.868,00 (trezentos e noventa e nove mil, oitocentos e sessenta e oito reais) que será liberado pelo Incra em 4 parcelas.

---

### **3.3.5 Principais atividades de controle do gestor**

---

Na UJ o Gestor tem a preocupação em assegurar a confiabilidade dos registros informatizados das informações referentes à atuação da unidade em todos os programas e ações sob sua responsabilidade, e, existem servidores oficialmente designados para acessar os sistemas informatizados do Incra (SIR, SIPRA, SISPROT etc). Além disso, a estrutura operacional da UJ está necessariamente alinhada às estratégias definidas pela direção da autarquia.

A regularidade normativa dos processos instituídos na UJ, também é preocupação do Gestor, principalmente no que concerne a segregação das funções executados pelos servidores (CPL, contabilidade etc), a conferência e revisão processual é uma constante, além de outras atividades de controle exercidas no âmbito da UJ.

---

### **3.3.6 Demonstração dos resultados dos indicadores de desempenho**

---

### Índice de acesso à água para consumo doméstico (%)

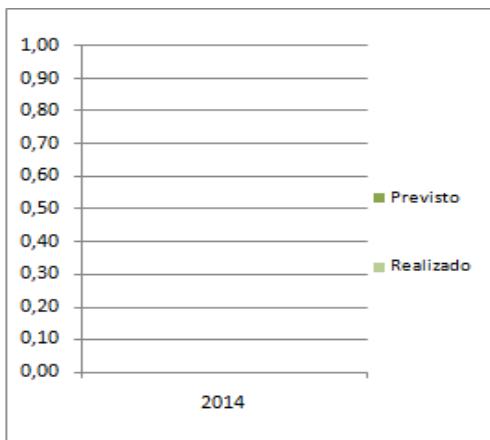
2014		2015
Previsto <sup>1</sup>	Realizado	Meta <sup>2</sup>
0,00	0,00	0,00

#### Memória de cálculo:

2014: número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico – encanado, de poço ou de cisterna concluído no exercício (0 - Fonte: SR(21)AP/D) dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, na jurisdição da SR (1236 - Fonte: SR(21)AP/D) multiplicado por 100.

<sup>1</sup> Média dos últimos 3 anos

<sup>2</sup> Média dos últimos 3 anos. Valor definitivo será definido com a conclusão



### Índice de provimento de PDA/PRA (%)

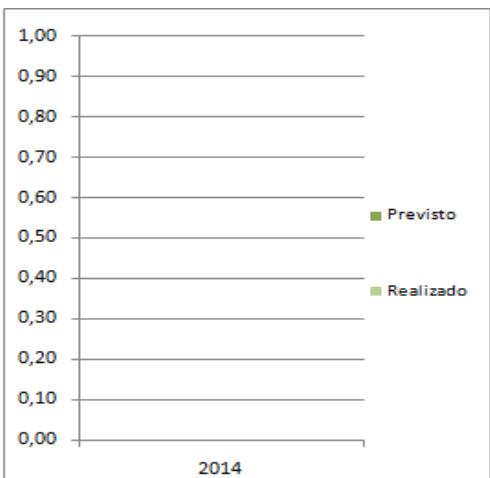
2014		2015
Previsto <sup>2</sup>	Realizado	Meta <sup>3</sup>
0,00	0,00	0,00

#### Memória de cálculo:

2014: Quantidade de Projetos de Assentamento com PDA e PRA aprovados pelo INCRA (0 - Fonte: SR(21)AP/D) dividido pela quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados no nível de agregação (39 - Fonte: SR(21)AP/D) multiplicado por 100.

<sup>1</sup> Média dos últimos 3 anos

<sup>2</sup> Média dos últimos 3 anos. Valor definitivo será definido com a conclusão



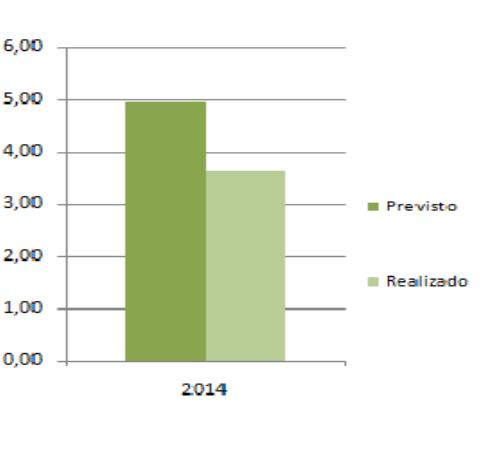
### Índice de acesso à moradia nos assentamentos (%)

2014		2015
Previsto <sup>2</sup>	Realizado	Meta <sup>3</sup>
4,95	3,64	4,95

#### Memória de cálculo:

Índice: 2014: Número de famílias com obras de moradia concluídas no exercício (45 - Fonte: SR(21)AP/D) dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, na jurisdição da SR (1236 - Fonte: SR(21)AP/T) multiplicado por 100. Metas: 2014: Meta de conclusão de moradias no exercício (45 - Fonte: SR(21)AP/D) dividido pela Meta de assentamento de famílias (910 - Fonte: SR(21)AP/T) multiplicado por 100. 2015: Meta de conclusão de moradias no exercício (45 - Fonte: SR(21)AP/D) dividido pela Meta de assentamento de famílias (910 - Fonte: SR(21)AP/T) multiplicado por 100.

<sup>1</sup> meta de conclusão de moradias no exercício dividido pela meta de assentamento no exercício



**Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção**

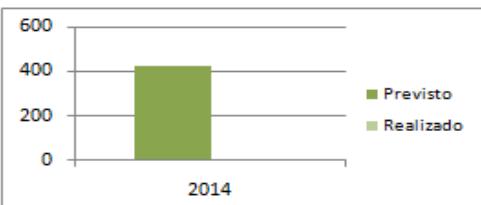
2014		2015
Previsto <sup>1</sup>	Realizado	Meta <sup>2</sup>
421	0	0

**Memória de cálculo:**

Realizado 2014: Número de contratos firmados pelas famílias para acesso ao Pronaf no exercício no nível de agregação (0 - Fonte: SR(21)AP/D) somado ao Número de contratos firmados pelas famílias para acesso ao Fomento (operação I e II) no exercício no nível de agregação (0 - Fonte: SR(21)AP/D) somado ao Número de contratos firmados pelas famílias para acesso ao Fomento Mulher no exercício no nível de agregação (0 - Fonte: SR(21)AP/D). Previsto 2014: Meta do número de contratos a serem firmados pelas famílias para acesso ao Pronaf no exercício no nível de agregação (0 - Fonte: SR(21)AP/D) somado a Meta do número de contratos firmados pelas famílias para acesso ao Fomento (operação I e II) no exercício no nível de agregação (259 - Fonte: SR(21)AP/D) somado a Meta de número de contratos a serem firmados pelas famílias para acesso ao Fomento Mulher no exercício no nível de agregação (162 - Fonte: SR(21)AP/D), 2015: Meta do número de contratos a serem firmados pelas famílias para acesso ao Pronaf no exercício no nível de agregação (0 - Fonte: SR(21)AP/D) somado a Meta do número de contratos firmados pelas famílias para acesso ao Fomento (operação I e II) no exercício no nível de agregação (0 - Fonte: SR(21)AP/D) somado a Meta de número de contratos a serem firmados pelas famílias para acesso ao Fomento Mulher no exercício no nível de agregação (0 - Fonte: SR(21)AP/D)

<sup>1</sup> Soma da meta de contratos firmados para acesso ao Pronaf com a meta de contratos Fomento (operação I e II e Fomento Mulher)

<sup>2</sup> Soma do número de contratos firmados para acesso ao Pronaf com o número de contratos para acesso ao Fomento (operação I e II e Fomento Mulher). Valor definitivo será definido com a conclusão do Planejamento 2015



**Índice de provimento de assistência técnica (%)**

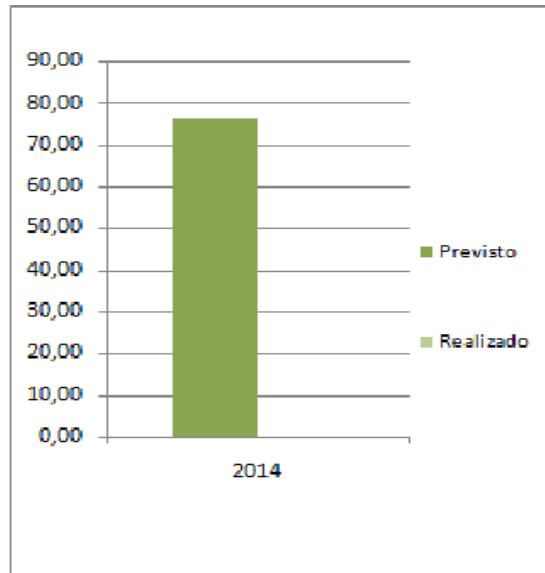
2014		2015
Previsto <sup>1</sup>	Realizado	Meta <sup>2</sup>
76,42	0,00	237,23

**Memória de cálculo:**

2014: Número de famílias com previsão de atendimento nos instrumentos firmados para prestação de Assistência Técnica (0 - Fonte: SR(21)AP/D) dividido pelo número total de famílias assentadas, na jurisdição da SR (1236 - Fonte: SR(21)AP/T) multiplicado por 100.

<sup>1</sup> Meta de famílias com ATES dividido pela Meta de famílias assentadas

<sup>2</sup> Meta de famílias com ATES dividido Meta de famílias assentadas com base no número de famílias assentadas em 2014. Planejamento 2015 ainda não concluído

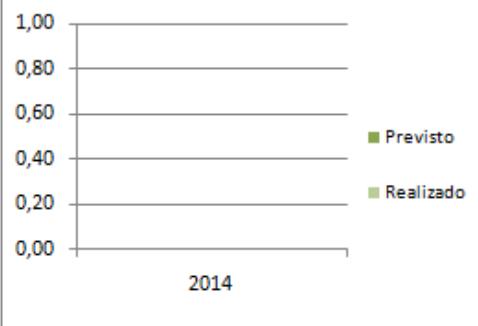


#### Renda média das famílias (por amostragem) - R\$

2014		2015
Previsto <sup>1</sup>	Realizado	Meta <sup>1</sup>
	0,00	

Fonte/Metodologia de amostragem:

<sup>1</sup> Não existe indicador definido para o índice Previsto/Meta



#### Índice de parcelas supervisionadas (%)

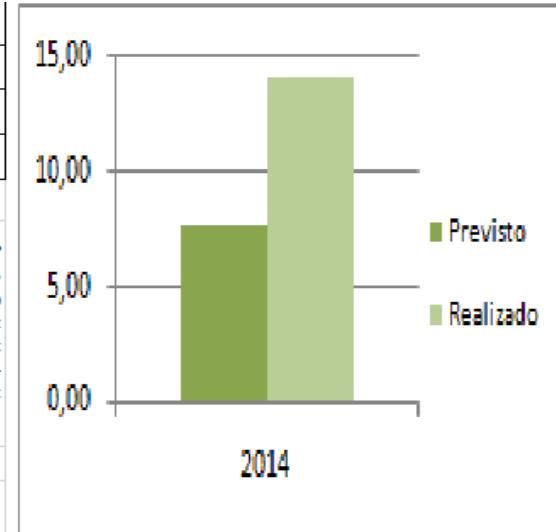
2014		2015
Previsto <sup>1</sup>	Realizado	Meta <sup>2</sup>
7,68	14,08	11,31

Memória de cálculo:

Realizado 2014: Número de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 4º da IN 70/2012 com relatório entregue (807 - Fonte: SR(21)AP/D) dividido pelo Número total de parcelas, na jurisdição da SR (5731 - Fonte: SR(21)AP/D) multiplicado por 100. Previsto 2014: Meta Supervisão (510 - Fonte: SR(21)AP/D) dividido pela Meta de famílias assentadas (6641 - Fonte: SR(21)AP/T, SR(21)AP/D) multiplicado por 100. 2015: Meta Supervisão (751 - Fonte: SR(21)AP/D) dividido pela Meta de famílias assentadas (6641 - Fonte: SR(21)AP/T, SR(21)AP/D) multiplicado por 100.

<sup>1</sup> Meta de supervisão / Meta de famílias assentadas

<sup>2</sup> Meta de supervisão / Meta de famílias assentadas. Valor definitivo será definido com a conclusão do Planejamento 2015



#### Índice de consolidação de assentamentos (%)

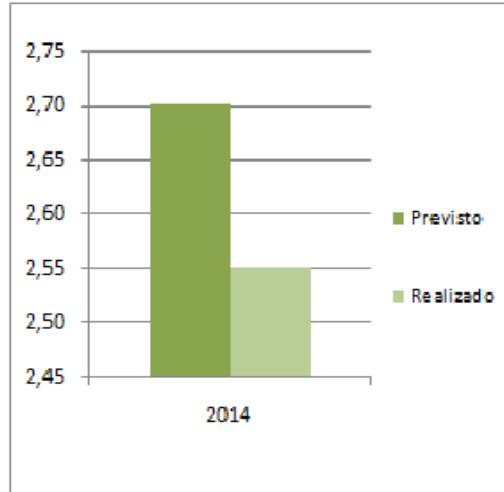
2014		2015
Previsto <sup>1</sup>	Realizado	Meta <sup>2</sup>
2,70	2,55	2,62

Memória de cálculo:

2014: Número de famílias assentadas em PA(s) consolidados (376 - Fonte: SR(21)AP/T) dividido pelo Número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA, no nível de agregação (14737 - Fonte: SR(21)AP/T) multiplicado por 100.

<sup>1</sup> Média dos últimos 3 anos

<sup>2</sup> Média dos últimos 3 anos. Valor definitivo será definido com a conclusão do Planejamento 2015



### Análise:

a) **índice de acesso à água para consumo doméstico:** este índice é igual a zero visto que, a insuficiência de recursos para implantação de infraestrutura nos assentamentos do Incra, força a eleição de prioridades e, a prioridade atual nos assentamentos da UJ é a implantação de estradas vicinais. A UJ tem buscado parcerias com o Governo do Estado do Amapá e a Funasa/AP, no sentido de solucionar o déficit de água potável nos assentamentos sob sua jurisdição, pois, não há previsão para implantação de sistemas de abastecimento de água com recurso exclusivo da UJ;

b) **índice de provimento de PDA/PRA:** este índice é igual a zero, pois, o contrato firmado

com o Rurap, que previa dentre outros serviços a elaboração de 03 (três) PDA $\circ$ s e 06 (seis) PRA $\circ$ s, se encerrou novembro/2014, sem que a contratada tivesse entregado os referidos estudos. A contratada apresentou apenas minutas dos citados documentos. A estratégia para o cumprimento da meta estabelecida consiste na cobrança e recebimento desses estudos. Para o ano de 2015 está prevista a contratação de PDA $\circ$ s para os projetos de assentamento agroextrativistas da UJ;

c) **índice de acesso à moradia nos assentamentos:** no ano de 2014 foram concluídas a construções de 45 (quarenta e cinco) casas e as recuperações de 397 (trezentos e noventa e sete) moradias nos assentamentos da reforma agrária, totalizando 442 (quatrocentos e quarenta e duas) moradias disponibilizadas. Foram assentadas 1.236 (um mil, duzentos e trinta e seis) famílias, o que produz um índice de acesso à moradia igual a 3,64% (três vírgula sessenta e quatro por cento). Entretanto, convém registrar que no exercício de 2013 ocorreu uma mudança na operacionalização da ação de concessão de crédito, retirando do Incra a atribuição de efetuar a concessão dos créditos nas modalidades aquisição e recuperação de materiais de construção, e repassando-a ao Programa Nacional de Habitação RuralóPNHR, a ser operado pela Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, em conjunto com as entidades organizadoras (Lei 11.977/2009, Portaria Interministerial 78, 08/02/2013 e Nota Técnica DD/INCRA/N° 02/2013). Em virtude dessas mudanças não houve a construção de moradia pelo novo sistema, o que impactou negativamente o índice apurado nessa ação. Outro ponto a ser considerado é que das 1.236 famílias assentadas, 101 (cento e uma) se referem a famílias assentadas em lotes retomados, dos quais maioria já dispunha de moradia;

d) **número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção:** conforme definido na Lei 4.829 de 1965, a competência formal de monitoramento, avaliação e fiscalização dos contratos de crédito rural é do Banco Central-BC, porém o sistema utilizado pelo Banco no monitoramento não possibilita a desagregação dos contratos para o público de assentados da reforma agrária. O MDA informou ainda que, os dados informados para a meta em 2012 e 2013 tiveram como fonte as informações encaminhadas pelos agentes financeiros à Secretaria da Agricultura FamiliaróSAF/MDA. Com vistas a qualificar o monitoramento, foi solicitado ao Banco Central, via Aviso Ministerial nº 107/2013 - MDA, que o Sistema de operação do PRONAF passasse a permitir esta desagregação. Ainda com relação ao indicador "número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao PRONAF ou linha de crédito voltada a produção", o crédito instalação na modalidade Fomento, atende a este fim, e possui meta no Caderno de Metas 2014 e 2015, porém, na UJ não houve contratação do referido crédito. A UJ pelas razões expostas no parágrafo anterior está impossibilitada de monitorar quantas DAP $\circ$ s geraram contratos de crédito com as instituições financeiras. Para o ano de 2015 está prevista a concessão de 3.912 créditos, nas modalidades fomento (operação II) e fomento mulher;e) índice de provimento de assistência técnica: o índice relativo ao ano de 2014 é 302,91% (trezentos e dois vírgula noventa e um por cento) uma vez que foram mantidos os serviços contratados nos anos de 2012 e 2013. Para o exercício de 2015 está previsto o fornecimento dos serviços de ater para 5.091 famílias assentadas;

f) **renda média das famílias (por amostragem):**

g) **índice de parcelas supervisionadas:** no ano de 2014 a UJ supervisionou 807 (oitocentos e sete) parcelas, e 535 laudos de vistoria foram entregues, num universo de 5.461 (cinco mil, quatrocentos e sessenta e uma) parcelas demarcadas topograficamente, gerando o índice de parcelas supervisionadas de 14,08 % (quatorze vírgula zero oito por cento). A meta estabelecida para essa ação, que considera como produto o laudo entregue, foi de 510 (quinhentos e dez) laudos de vistoria entregues, sendo superada no percentual de 104,9 % (cento e quatro vírgula nove por cento);

h) **índice de consolidação de assentamentos:** no exercício não houve consolidação de assentamento no âmbito da UJ. No ano de 2015 a UJ planeja avançar na consolidação dos assentamentos Piquiazal, Bom Jesus e Perimetral, tendo por base o Plano de Trabalho para consolidação, cujo objetivo geral é: promover a consolidação dos projetos de assentamento criados há mais de vinte anos pelo Incra e que já se encontram em condições de serem inseridos nas demais políticas públicas de desenvolvimento local e regional e concluir pendências relativas aos projetos

de assentamento consolidados pela SR antes do ano de 2008. E como objetivos Específicos: a) definir a situação fundiária do projeto de assentamento em termos de titularidade, com transferência das áreas de domínio público do Incra ou da União para as famílias assentadas, bem como a destinação dos bens remanescentes conforme a legislação em vigor; b) concluir a infraestrutura básica de competência do Incra para as famílias assentadas, proporcionando acesso a estradas; e c) articular parcerias com a finalidade de propiciar o acesso à: abastecimento de água e de energia elétrica. E atender às determinações do TCU exaradas no Acórdão N. 753/2008.

---

### **3.3.7 Para as Superintendências localizadas na Região Norte e Nordeste**

---

Boa parte dos projetos de assentamentos do estado do Amapá apresenta grande deficiência no abastecimento de água potável para o consumo humano. A maioria das famílias assentadas ainda utiliza água proveniente de poços do tipo amazonas, que no mais das vezes não estão em condições salubres para o consumo.

A UJ está com projeto piloto para levar água potável aos assentados do PAE Sucuriju, no município de Amapá, esse projeto está sendo executado em parceria com o Governo do Estado do Amapá, por meio da Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia (SETEC), que fará a captação, dessalinização e tratamento e a UJ fará a rede de distribuição, beneficiando cerca de 150 famílias.

Na mesma linha de parceria, foi firmado Termo de Cooperação Técnica entre a UJ e a FUNASA/AP, para colaboração e cooperação do desenvolvimento e execução de ações coordenadas para promover a saúde e o controle de doenças, através da implantação de melhorias nos sistemas de saneamento básico e de abastecimento de água nas áreas de assentamento de reforma agrária e remanescentes de quilombos.

As áreas com maiores deficiências no provimento de água potável são as regiões ribeirinhas onde predominam áreas de várzea, com influência de marés. O orçamento da UJ para implantação de infraestrutura básica (abertura e recuperação de estradas vicinais, fornecimento de energia elétrica e abastecimento de água), são descentralizados pelo Incra-sede e liberados conforme Plano de Ação das SRs, após a realização de ajustes no orçamento da autarquia, geralmente esses recursos não atendem a totalidade dos pleitos das superintendências regionais, fazendo com que algumas demandas sejam realizadas através de parcerias com outros órgãos.

---

### **3.3.8 Para as Superintendências da Região Sudeste e Sul**

---

Não se aplica para a UJ.

---

### **3.3.9 Para as superintendências com Jurisdição na Amazônia Legal (Exceto Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal)**

---

As condições impostas para a validade do licenciamento são:

publicação do recebimento das licenças ambientais em Diário Oficial do Estado e em jornal de grande circulação após 30 dias do recebimento;

b) requerimento da renovação 120 ou 30 dias antes da expiração da licença;

c) informar ao órgão ambiental competente qualquer alteração nas especificações do projeto de assentamento confecção; e

d) confecção, fixação e conservação de placas informativas do licenciamento ambiental.

As condicionantes citadas do licenciamento ambiental dos 23 PAEs em vigor foram integralmente cumpridas, salvo as referentes às placas informativas do licenciamento, pois 21 projetos de assentamentos (PAEs Nova Colina, Nova Vida, Cruzeiro, Cedro, Ferreirinha, Bom Jesus, Igapé Grande, Vila Velha do Cassiporé, Perimetral Norte, Serra do Navio, Maracá, Matão do Piaçacá, Lourenço, Nova Canaã, Carnot, Irineu e Felipe, Piquiá do Amapá, Munguba, Piquiazal, Pedra Branca e Corre Água) estão com suas placas informativas do licenciamento fixadas nos

respectivos imóveis, porém falta a confecção das placas para os PA's Santo Antônio da Pedreira e Pancada do Camaipi, as quais foram requeridas ao setor competente da SR-21, porém, não foram confeccionadas, e segundo o Chefe da Divisão de Administração *“Esse processo data de 02/2014, quando tomei conhecimento em julho 2014, a pesquisa de mercado já não tinha validade, o setor de serviço gerais levou 03 meses para fazer nova cotação, trata-se de uma dispensa, não efetivada, a empresa ganhadora não foi localizada, e chegou o final do ano, em vista da dificuldade orientei que o processo fosse instruído novamente para ser efetivado até Abril de 2014.”*

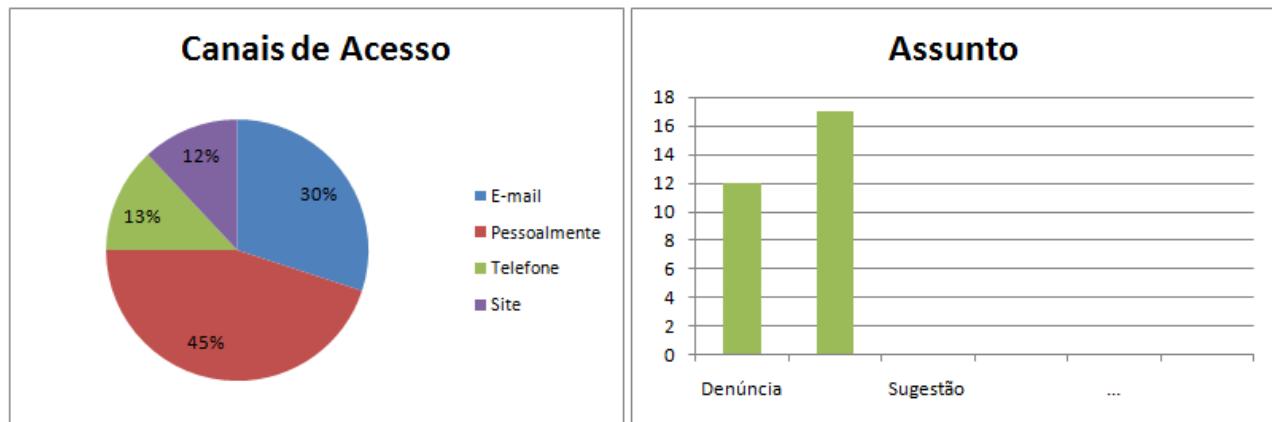
## 4. PRESTAÇÃO DIRETA DE SERVIÇOS AO PÚBLICO

### 4.1 Demonstração dos registros feitos por intermédio da Ouvidoria do INCRA Sede que se referem à atuação da Superintendência

Neste item constam os registros feitos por intermédio da Ouvidoria Agrária Regional que se referem à atuação da UJ na mediação dos conflitos agrários ocorridos durante o ano de 2014.

**Tabela 13: Demanda e atendimento**

Natureza da demanda	Qtde de solicitações	Atendidas	Atendidas no prazo
Denúncia	12	5	SIM
Reclamação	17	7	SIM
Sugestão	-	-	-



Todas as demandas apresentadas a Ouvidoria Agrária Regional foram analisadas e encaminhadas, mas, não foram integralmente solucionadas, conforme se demonstra a seguir.

Das 12 denúncias recepcionadas 5 foram integralmente atendidas, se referem a litígios por limite de posse em assentamentos do Incra, destas 6 estão pendentes, foram encaminhadas a Divisão de Desenvolvimento para instrução processual, e 1 denúncia de conflito no município de Itaubal do Piririm, foi encaminhada a SRFA, pois, se trata de conflito em área fundiária.

Das 17 reclamações, 7 foram dirimidas satisfatoriamente, e 10 ainda estão pendentes, se encontram na Divisão de Desenvolvimento, e se referem a invasão de limite de lote. Esses conflitos ocorrem, principalmente devido a demarcação incompleta da parcela.

A Ouvidoria Agrária também atuou na mediação de conflitos ocorridos nas áreas remanescentes de quilombo Ilha Redonda, Mata Fome e Lagoa dos Índios, esses conflitos ocorreram por conta da regularização fundiária entre posseiros (não quilombolas) e as famílias

remanescentes de quilombos, possuidoras das áreas, que venderam suas posses para não quilombolas, em detrimento do reconhecimento da área remanescente de quilombo pela Fundação Palmares, os mesmos reivindicam as suas reintegrações nas posses.

A Ouvidoria Agrária Regional participou ao longo do exercício de 2014, de reuniões para dirimir dúvidas quanto a legislação agrária e sobre o contrato de concessão de uso das parcelas.

## 4.2 Demonstração dos resultados obtidos no atendimento ao público externo

Na autarquia existem dois sistemas para atendimento ao público externo, o Sistema de ProtocoloóSISPROT, que é utilizado para protocolar e tramitar os processos administrativos formalizados, e o Sistema de DocumentosóSISDOC, que tem a finalidade de registrar os documentos em geral (requerimentos, declarações, memorandos e ofícios), que, em tese, poderiam gerar informações sobre alguns atendimentos realizados, porém não possuem relatórios que possam subsidiar o preenchimento desse item com o nível de detalhamento solicitado. Estudos estão sendo feitos no sentido de substituí-los tendo em vista utilizarem tecnologia obsoleta que inviabiliza a manutenção evolutiva dos mesmos.

Outros atendimentos acabam se concretizando através de outros sistemas como o Sistema de Informação de Projetos de Reforma AgráriaóSIPRA e Sistema de Gerenciamento da Estrutura FundiáriaóSIGEF.

Em abril de 2014 a Autarquia implementou a Sala da Cidadania Digital, ambiente virtual que concentra em um único lugar serviços de auto atendimento, solicitações de serviços e agendamento de atendimentos e encaminhamento de críticas e sugestões por parte dos beneficiários da reforma agrária e proprietários rurais. Além da instalação na estrutura física nas SRØs, unidades avançadas e em algumas prefeituras parceiras, qualquer usuário pode acessá-la diretamente através da Internet, utilizando as chaves de acesso à sua página (CPF, número de inscrição do imóvel etc.).

Dentre os serviços disponíveis, é possível solicitar Atualização Cadastral do Beneficiário da Reforma Agrária, Emissão de Certidão de Beneficiário (para uso junto ao INSS nas solicitações de aposentadoria), Emissão de Espelho do Beneficiário, Solicitação de emissão de Declaração de Aptidão ao PRONAF B - DAP-B e Liquidação ou Renegociação das Dívidas de crédito do tipo PRONAF A e A/C contraídas junto ao Banco do Brasil. Nesse ambiente, para os proprietários rurais, há o serviço de Solicitação de Emissão do Comprovante de Atividade Rural. Além destes, a Sala da Cidadania Digital oferece links para outros serviços como emissão do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural-CCIR, acesso ao Sistema de Gestão Fundiária-SIGEF, acesso ao site da Receita Federal para consulta do Imposto Territorial Rural-ITR, ao programa Nacional de Ensino Técnico e Emprego-PRONATEC e ao Programa Minha Casa Minha Vida.

Do Sistema de Sala da Cidadania Digital, foram extraídas as seguintes informações:

**Tabela 14: Dados de Atendimento do Sistema de Sala da Cidadania Digital**

Serviço	Demand	Qtd atendida	Em análise	Prazo médio de atendimento	Custo
Dívidas Liquidadas <sup>1</sup>	1	1	0	Imediato	-
Dívidas Renegociadas <sup>1</sup>	0	0	0	Imediato	-
Atualização Cadastral <sup>1</sup>	278	278	0	Imediato	-
Declaração de Aptidão ao Pronaf <sup>1</sup>	8	8	0	Imediato	-
Certidão de Beneficiário (para o INSS) <sup>1</sup>	18	18	0	Imediato	-

Fonte: <sup>1</sup>Sistema Sala da Cidadania. Extração especial 06/03/2015, demanda nº 3553.

Dos serviços prestados, destaca-se o serviço de atualização cadastral, que se destina a atualizar o cadastro dos beneficiários da reforma agrária no SIPRA, onde foram feitas **278** atualizações.

Os serviços de renegociação e liquidação das dívidas rurais que está disponível na Sala da

Cidadania destinam-se aos beneficiários da reforma agrária que realizaram operações financeiras junto ao Banco do Brasil e encontram-se inadimplentes.

No âmbito da UJ, não houve adesão à renegociação e apenas 1 beneficiário liquidou dívidas do PRONAF junto ao Banco do Brasil.

No atendimento direto ao público externo, conforme dados extraídos de sistemas diversos bem como de controles manuais dessa UJ destacam-se:

**Tabela 15: Dados de Atendimento Sistemas Diversos**

Serviço	Demanda	Qtd. atendida	Em análise	Prazo médio de atendimento	Custo
Certificação de Imóveis Rurais (fonte: Sigef) <sup>2</sup>	334	307	27		
Certidões Assentados (presencial Sipra) <sup>3</sup>	605	605	0	30 dias	
Solicitação de RB para o PNHR <sup>4</sup>	3.868	3.868	0	10 dias	
Solicitação de DAP (presencial Sipra) <sup>5</sup>	471	471	0	10 dias	

Fonte: <sup>2</sup>SR(21)AP/Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária, <sup>3</sup>SR(21)AP/Sala da Cidadania,

## 5. GESTÃO DE PESSOAS

### 5.1 Quantitativo de servidores

A Superintendência Regional do Incra no estado do Amapá, no exercício de 2014 possuía 94 (noventa e quatro) servidores, incluídos nesse total os ocupantes de cargos efetivos, procurador (cedido pela AGU) e ocupantes de funções comissionadas, conforme tabela abaixo.

**Tabela 16: Distribuição Quantitativa de Servidores por cargo x divisão**

Nível	Cargo	Local (Divisão e PFE)					
		Gabinete	A	D	F	T	PFE
NS	Administrador	2	0	0	0	0	0
	Analista Administrativo	0	6	0	0	0	0
	Analista em RDA	1	1	5	0	0	0
	Assistente Social	0	1	0	0	0	0
	Economista	0	1	0	0	0	0
	Engenheiro Agrônomo	0	0	3	2	3	1
	Engenheiro Civil	0	0	1	0	0	0
	Analista em RDA/Anthropólogo	0	0	0	1	0	0
	Analista em RDA/Engenheiro Civil	0	0	2	0	0	0
	Analista em RDA/Engenheiro Florestal	0	0	1	0	2	0
	Fiscal de Cadastro e Tributação Rural	0	0	0	1	0	0
	Geógrafo	0	0	0	1	0	0
	Orientador de Projetos de Assentamento	0	0	1	0	0	0
	Técnico em Comunicação Social	0	0	0	0	0	0
	Cargo Comissionado sem vínculo	1	0	0	0	1	1
NM	Prog.de Educ.p/o TRA	0	0	0	1	0	0
	<i>Sub-Total</i>	<i>4</i>	<i>9</i>	<i>13</i>	<i>6</i>	<i>6</i>	<i>2</i>
	Agente Administrativo	1	1	0	1	0	0
	Agente de Portaria	1	0	1	0	0	0
	Agt.de Ativ.Mar.e Fluvial	0	1	0	0	0	0
	Agt. Telec.e Eletricidade	1	0	0	0	0	0
	Agt.de Ativ.Agrop. Assentamento	0	0	1	0	0	0
	Agt.de Serv.de Engenharia	0	0	1	0	0	0
	Artífice	0	1	0	0	1	0

Assistente de Administração	1	3	6	1	0	0
Assistente Técnico	0	0	2	1	0	0
Auxiliar de Administração	1	1	4	1	0	0
Auxiliar Técnico	0	1	1	0	0	0
Datilografo	0	0	0	1	0	0
Motorista	0	6	0	0	0	0
Radio Telegrafista	0	0	0	0	0	0
Técnico Agrícola	0	0	5	1	1	0
Técnico em Cadastro Rural	1	0	0	0	0	0
Técnico em Contabilidade	0	1	0	0	0	0
Técnico em RDA	1	0	3	0	0	0
<b>Sub-Total</b>	<b>7</b>	<b>15</b>	<b>24</b>	<b>6</b>	<b>2</b>	<b>0</b>
<b>Total Geral</b>	<b>11</b>	<b>24</b>	<b>37</b>	<b>12</b>	<b>8</b>	<b>2</b>

Fonte: SR(21)A/SDH

Na Tabela acima não estão incluídos os servidores da UJ em exercício no escritório local da Superintendência de Regularização Fundiária na Amazônia Legal-SRFA, em número de 08 (oito) servidores.

Após analisar a tabela acima, se verifica que 60,63% dos servidores lotados na UJ integram a área fim, incluídas nessa área as Divisões de Desenvolvimento, Obtenção de Terras e Ordenamento da Estrutura Fundiária, e 39,36% compõem a área meio, incluídos nessa área o Gabinete (Comunicação Social, Ouvidoria Agrária, Planejamento e Controle e Sala da Cidadania), a Procuradoria Federal Especializada e a Divisão de Administração (Administração e Serviços Gerais, Desenvolvimento Humano, Contabilidade e Orçamento e Finanças), que dão o suporte para as demais divisões.

Também se observa que 62,50% dos servidores ocupantes de cargos efetivos de nível superior atuam na área fim e 37,50% atuam na área meio, situação plenamente justificada tendo em vista a missão institucional.



Também foi levantado junto às divisões da UJ o quantitativo ideal servidores para o alcance de melhores resultados na realização das atividades sob suas responsabilidades, com isso, a tabela a seguir demonstra a distribuição dos servidores atual e a lotação considerada ideal.

**Tabela 17: Distribuição dos Servidores (Atual X Ideal)**

Divisão / Setor	Lotação Atual	Lotação Ideal
Gabinete da Superintendência Regional		

Gabinete da Superintendência Regional	1	1
Apoio do Gabinete	4	3
TCE	1	0
CPL	1	1
Atendimento ao Cidadão (Sala da Cidadania)	2	3
Planejamento e Controle	2	3
Comunicação Social	0	1
Ouvidoria Agrária	0	2
Sub-total	11	14
<b>Procuradoria Regional</b>		
Procuradoria Regional	1	1
Apoio da PFE	1	2
Sub-total	2	3
<b>Divisão de Administração</b>		
Chefia da Divisão	1	1
Apoio	0	1
Serviço de Desenvolvimento Humano	3	4
Serviço de Material e Patrimônio	2	2
Serviço de Contabilidade	1	1
Serviço de Protocolo	1	2
Serviço de Transportes	9	8
Serviço de Administração e Serviços Gerais	5	10
Serviço de Orçamento e Finanças	2	4
Sub-total	24	33
<b>Divisão de Desenvolvimento</b>		
Chefia da Divisão	1	1
Apoio	0	1
Serviço de Infra-Estrutura	16	19
Serviço de Desenvolvimento de Projetos	17	23
Serviço de Educação e Cidadania	3	3
Sub-total	37	47
<b>Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária</b>		
Chefia da Divisão	1	1
Apoio	0	1
Serviço de Cadastro Rural	4	6
Serviço de Cartografia	4	6
Serviço de Regularização Fundiária	0	0
Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas	3	10
Sub-total	12	24
<b>Divisão de Obtenção de Terras</b>		
Chefia da Divisão	1	1
Apoio	0	0
Serviço de Obtenção	2	4
Serviço de Implantação de Assentamentos	2	4
Serviço de Meio Ambiente e Recursos Naturais	3	5
Sub-total	8	14
<b>Total</b>	<b>94</b>	<b>135</b>

Fonte: SR(21)A/SDH

Observa-se, que quantitativamente o quadro atual da UJ possui 41 (quarenta e um) servidores a menos ao que se considera como o quantitativo ideal. O que significa dizer que a UJ desenvolve suas atividades com apenas 69,62% da força de trabalho considerada ideal para a apresentação de bons resultados frente as demandas existentes.

Comparando a quantidade de servidores que ingressaram na UJ, através de concurso público ou outra forma de ingresso no período de 2011 a 2014, e os servidores que saíram da UJ, por remoção, aposentadoria e outros afastamentos, se verifica que no período houve a entrada de 24 novos servidores e a saída de 29. Assim, pode-se afirmar que as vagas criadas através de concursos

públicos não foram suficientes para cobrir as saídas de servidores da UJ.

**Tabela 18: Comparativo de ingressos e egressos por exercício**

Tipologias dos Cargos	2011		2012		2013		2014	
	Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício						
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	1	1	5	8	17	16	0	4
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	1	1	5	8	17	16	0	4
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	1	5	7	17	16	0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	1	0	0	1	0	0	0	0
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	0	0	1	0	0	0	0	0
<b>4. Servidores CLT ANS óDec. 6.657/08</b>	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>5. Total de Servidores (1+2+3)</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>6</b>	<b>8</b>	<b>17</b>	<b>16</b>	<b>0</b>	<b>4</b>

Fonte: SR(21)A/SDH.

Um dos principais fatores para a diminuição da força de trabalho são as aposentadorias, com isso, as tabelas abaixo identificam as possibilidades de aposentadorias no curto e médio prazos.

**Tabela 19: Aposentadorias à curto prazo (servidores que tem direito a aposentadoria imediata)**

SERVIDOR/ Matrícula	Aniversário	Data Admissão no Serviço PÚBLICO	Idade	Tempo de Serviço*	Direito a Aposentar	Compulsória	ABONO (S-sim N-não)
725285	29/05/1949	08/07/1975	65	45	30/06/2000	29/05/2019	SIM
725274	27/09/1946	08/03/1979	68	42	05/08/2005	27/09/2016	SIM
1009750	31/05/1951	23/04/1976	63	39	17/08/2005	31/05/2021	SIM
718941	20/05/1952	14/05/1975	62	37	06/04/2006	20/05/2022	SIM
725282	20/08/1946	01/04/1980	68	42	20/08/2006	20/08/2016	SIM
725256	07/10/1954	04/11/1977	60	36	07/10/2007	07/10/2024	SIM
725268	10/03/1949	02/01/1976	65	38	10/03/2009	10/03/2019	SIM
752104	11/12/1954	14/01/1980	60	40	23/05/2009	11/12/2024	SIM
1013625	19/09/1948	06/07/1978	66	39	17/01/2010	19/09/2018	SIM
725278	20/05/1950	05/05/1975	64	39	25/04/2010	20/05/2020	SIM
1010679	23/01/1951	01/11/1975	63	39	23/10/2010	23/01/2021	SIM
725277	15/04/1954	03/03/1975	60	38	09/04/2011	15/04/2024	SIM
724954	21/12/1958	02/04/1979	56	35	13/04/2011	21/12/2028	SIM
725286	03/10/1955	22/10/1981	59	32	14/10/2011	03/10/2025	SIM
1040749	07/07/1952	06/07/1978	62	39	29/12/2011	07/07/2022	SIM
725283	14/01/1951	10/06/1980	63	38	24/01/2012	15/12/2021	SIM
1018971	19/02/1952	06/07/1978	62	37	19/02/2012	19/02/2022	SIM
1013342	15/12/1951	06/07/1978	63	37	14/08/2012	15/12/2021	SIM
1019564	10/12/1952	06/07/1978	62	37	27/12/2012	10/12/2022	SIM
725260	02/05/1953	02/06/1975	61	37	02/01/2013	02/05/2023	SIM
1012732	03/04/1952	01/07/1987	62	36	21/06/2013	03/04/2022	SIM
725280	15/09/1954	25/03/1980	60	38	02/01/2014	15/09/2024	SIM

726776	24/06/1950	22/02/1985	64	34	22/02/2014	24/06/2020	NÃO
--------	------------	------------	----	----	------------	------------	-----

\*No tempo de serviço está incluído: o tempo de serviço realizado pelo servidor fora do serviço público.

Fonte: SR(21)A/SDH.

**Tabela 20: Aposentadorias à médio prazo** (servidores que terão direito a aposentadoria nos próximos 2 anos)

SERVIDOR/ Matrícula	ANIVERSÁRIO	DATA ADMISSÃO NO SERVIÇO PÚBLICO	IDADE	TEMPO DE SERVIÇO*	DIREITO A APOSENTAR	COMPULSÓRIA	ABONO (S-sim N-não)
725258	08/08/1954	15/01/1980	60	34	05/01/2015	08/08/2024	NÃO
726774	03/03/1955	04/10/1988	59	35	03/03/2015	03/03/2025	NÃO
1011409	27/03/1955	06/07/1978	59	34	27/03/2015	27/03/2025	NÃO
1040746	03/01/1956	04/10/1988	58	36	03/07/2015	03/01/2026	NÃO
1085465	28/07/1961	20/08/1974	53	30	28/07/2015	28/07/1931	NÃO
726770	09/09/1961	04/10/1988	53	30	09/09/2015	09/09/1931	NÃO
725263	20/09/1955	10/04/1988	59	34	15/09/2015	20/09/2025	NÃO
1012117	19/12/1952	10/08/1982	62	32	19/12/2015	19/12/2022	NÃO
725259	08/02/1957	02/06/1980	57	34	08/02/2016	08/02/2027	NÃO
760694	13/09/1961	04/10/1988	53	28	13/09/2016	13/09/1931	NÃO
1018930	04/04/1958	04/10/1988	54	24	04/10/2016	04/04/2028	NÃO
726773	26/08/1956	08/02/1982	58	32	26/08/2017	26/08/2026	NÃO

\*No tempo de serviço está incluído: o tempo de serviço realizado pelo servidor fora do serviço público.

Fonte: SR(21)A/SDH.

No tocante a aposentadoria, tem-se a seguinte situação:

- a) 7 (sete) servidores serão aposentados compulsoriamente até 2020, o que corresponde a 7,44% da força de trabalho da UJ;
- b) 23 (vinte e três) servidores tem direito a aposentadoria imediata, ou seja, 24,46% da força de trabalho da UJ;
- c) 12 (doze) servidores adquirirão o direito a aposentadoria, nos próximos dois anos;
- d) 23 (vinte e três) servidores do quadro da UJ tem 35 (trinta e cinco) anos ou mais de contribuição se encontrando em situação de abono permanência.

A título de conhecimento a seguir consta tabela com a evolução do quadro de servidores lotados na UJ no período de 2007 a 2014, a seguir se apresenta tabela com a distribuição de cargos por exercício (da tabela foram excluídos os detentores de funções comissionadas).

**Tabela 21: Distribuição dos Cargos de Nível Superior por Exercício**

NÍVEL	CARGO	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Nível Superior	Administrador	2	2	2	2	2	2	2	2
	Analista Administrativo	2	1	1	1	1	1	6	6
	Analista Administrativo/Comunicação Social	1	1	1	0	0	0	0	0
	Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário	7	7	7	7	6	5	5	7
	Analista em RDA/Anthropólogo	0	0	0	0	0	0	1	1
	Analista em RDA/Engenheiro Civil	1	1	1	1	0	0	2	2
	Analista em RDA/Engenheiro Florestal	2	2	2	1	1	1	2	3
	Assistente Social	1	1	1	1	1	1	1	1
	Economista	1	1	1	1	1	1	1	1
	Prog. de Educ.p/o TRA	1	1	1	1	1	1	1	1
	Engenheiro Agrimensor	0	0	0	0	0	0	0	0
	Engenheiro Agrônomo	17	16	15	15	13	12	14	9
	Engenheiro Civil	1	1	1	1	1	1	1	1
	Fiscal de Cadastro e Tributação Rural	1	1	1	1	1	1	1	1
	Geógrafo	1	1	1	1	1	1	1	1
	Orientador de Projetos de Assentamento	2	2	2	1	1	1	1	1
	Procurador	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>		<b>40</b>	<b>38</b>	<b>37</b>	<b>34</b>	<b>30</b>	<b>28</b>	<b>39</b>	<b>37</b>

Fonte: SR(21)A/SDH

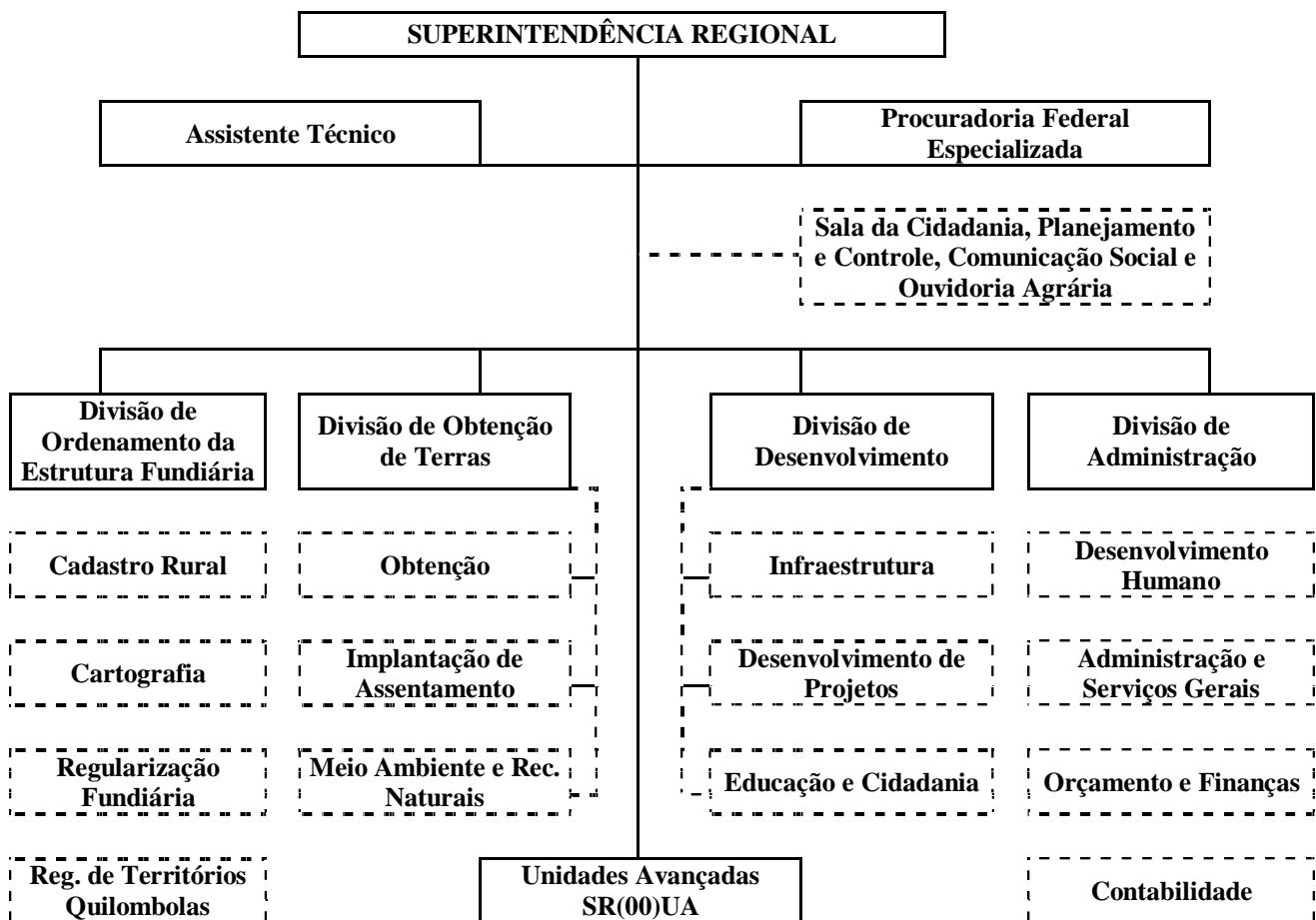
**Tabela 22: Distribuição dos Cargos de Nível Médio por Exercício**

NÍVEL	CARGO	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Nível Médio / Intermediário	Agente Administrativo	4	4	4	4	4	4	3	3
	Agente de Portaria	5	5	5	5	5	5	4	2
	Agt.de Ativ.Mar.e Fluvial	1	1	1	1	1	1	1	1
	Agt. Telec.e Eletricidade	1	1	1	1	1	1	1	1
	Agt.de Serv.de Engenharia	1	1	1	1	1	1	1	1
	Agt.de Ativ.Agrop. Assentamento	2	2	1	1	1	1	1	1
	Artífice	8	8	8	8	6	5	3	2
	Assistente de Administração	14	14	13	13	12	11	12	11
	Assistente Técnico	3	3	3	3	3	3	3	3
	Auxiliar de Administração	10	9	9	9	9	8	8	7
	Auxiliar Técnico	3	3	3	3	3	3	2	2
	Datilografo	1	1	1	1	1	1	1	1
	Desenhista	1	1	1	1	1	0	0	0
	Motorista	9	9	9	9	9	9	7	6
	Radiotelegrafista	1	0	0	0	0	0	0	0
	Técnico Agrícola	6	6	7	7	7	8	8	7
	Técnico Administrativo	1	1	1	1	0	0	0	0
	Técnico em Cadastro Rural	2	2	2	2	2	2	2	1
	Técnico em Contabilidade	3	3	3	2	2	2	2	1
	Técnico em Reforma e Desenvolvimento Agrário	2	2	2	2	2	2	3	4
	<b>TOTAL</b>	<b>78</b>	<b>76</b>	<b>75</b>	<b>74</b>	<b>70</b>	<b>67</b>	<b>62</b>	<b>54</b>

Fonte: SR(21)A/SDH

Em 2007 a UJ possuía 118 (cento e dezoito) servidores, em 2014 havia apenas 91 (noventa e um) servidores, excluídos desse total, o procurador (cedido pela AGU) e os ocupantes de funções comissionadas.

A seguir o organograma da UJ.



---

## 5.2 Análise da distribuição

---

Analizando os dados apresentados no item anterior verificou-se o seguinte:

- a) Nos dos últimos 08 (oito) anos, a força de trabalho da UJ sofreu uma redução 29 (vinte e nove) servidores, apesar da realização de concursos públicos, ou seja, os concursos públicos realizados para preenchimento de vagas na autarquia não foram suficientes para suprir as necessidades da UJ, nem em quantidade, nem nos cargos/níveis em déficits;
- b) A maior defasagem ocorreu no quadro de pessoal de nível médio que no período perdeu o total de 24 (vinte e quatro) servidores;
- c) Quantitativamente a força de trabalho da UJ se encontra muito reduzida e prejudicada, em decorrência de aposentadorias e transferências;
- d) Se considerarmos os desligamentos decorrentes de aposentadorias de todos os servidores que se encontram e se encontrarão até 2020 aptos a essa situação, a perspectiva de redução será de 35 (trinta e cinco) servidores, ou seja, 38,46% da força de trabalho atual (considerou-se apenas os cargos efetivos);
- e) Para que a UJ tenha a força de trabalho adequada para fazer frente às demandas existentes deverá contratar 41 (quarenta e um) novos servidores.

Nesse contexto, a redução continua se servidores da UJ é uma situação grave que necessita ser analisada e solucionada urgentemente pela sede da autarquia, tanto com a realização de novos concursos para preenchimento das vagas existentes, como ainda, deverá haver mais rigor quando das aprovações remoções de servidores concursados para outras unidades do Incra.

---

## 5.3 Análise da estratégia das ações de disseminação de conhecimento e aprendizagem

---

Quanto as ações de disseminação de conhecimento e aprendizagem, pode-se afirmar que é meta da autarquia promover a disseminação do conhecimento através de capacitações que visam preparar o seu corpo técnico para o enfrentamento das adversidades surgidas na execução de suas atribuições funcionais.

Para atingir esse objetivo, anualmente a UJ programa e realiza capacitações em eventos de interesse da autarquia, cuja demanda é solicitada pelas divisões, mas, existem também capacitações programadas e executadas pela sede em cursos de interesse nacional.

A disseminação de conhecimento originado do individual para o coletivo, ainda é inexpressiva e não foi diferente no ano de 2014. Observou-se na UJ, que são raros os servidores que após a participação em um evento de capacitação, socializam os conhecimentos adquiridos, e quando isso acontece, somente um grupo restrito, que seguindo recomendação superior repassa na maioria das vezes através de reuniões, tão somente aos chefes das divisões ou a seus substitutos. Enfim, a única estratégia de disseminação de conhecimento disponibilizada é a INCRA.NET. Mas por conta da falta de interesse em se atualizar tecnologicamente, a maioria dos servidores não aproveitam a ferramenta disponível.

Apesar das ofertas de capacitação à distância (on-line) que são disponibilizadas aos servidores, poucos se interessaram em participar, muito menos multiplicar conhecimentos aprendidos ou consultar repositórios. Em 2014, a disponibilização de um espaço na INCRA.NET, serviu para os servidores socializarem experiências, monografias e teses, ocorre que 02 servidores da SR-21, concluíram a carga horária dos cursos de pós-graduação, mas ainda não apresentaram a monografia, para que a Superintendência incluísse no repositório da INCRA.NET, que é o instrumento que se contou para disseminar conhecimentos a todos os servidores do Incra.

Em nível local, concluiu-se que as estratégias de ações de disseminação de conhecimento e aprendizagem, praticamente não ocorreram. Para que se concretize é imprescindível que haja uma

discussão sobre a gestão do conhecimento, de forma que os servidores e gestores dêem a devida importância ao tema, que está ligado diretamente à disseminação de conhecimento e de aprendizagem. Não se pode negar que é uma questão cultural, que leva a uma dificuldade em converter o conhecimento explícito individual em coletivo e o passivo em ativo.

A seguir consta o quadro com os eventos de capacitação ofertados pela UJ e os servidores capacitados, se esclarece ainda, que em 2014 para o cômputo da quantidade de servidores capacitados não se contabilizou o número eventos que o mesmo servidor participou, ou seja, se o servidor participou de um evento conta-se um servidor capacitado, e se o servidor participou de dois ou mais eventos, ainda se confere um servidor capacitado. Assim, vale ressaltar, que foram ofertados 31 eventos de capacitação, com a oportunidade de 101 vagas aproveitadas pelos 52 servidores, alguns participaram de mais de um evento.

### Planilha 17: Capacitação ó exercício 2014

Curso	Nome	Cargo	Mat.	Nív	Ínicio	Término	CH
Curso de ÓComo Litar Obras e Serviços de Engenharia com Eficiência na Administração Pública	Raimundo Alan Kardec B. Souza	TRDA	1550882	NI	Abr	Abr	16
Curso-SISAC	Maria do Socorro P. Baia	Assistente Social	760694	NS	Out	out	24
Curso "Como Litar e Contratar Soluções de TI	Raimundo Alan Kardec B. Souza	TRDA	1550882	NI	Nov	nov	32
Curso Básico em Orçamento	José Pascoal C. Nascimento	Analista Administrativo	2087076	NS	Abr	Mai	32
Curso de Contratação	Ozias Lima de Moraes Júnior	ARDA-Eng. Civil	1917594	NS	Set	out	24
Curso de Contratação	Raimundo Alan Kardec B. Souza	TRDA	1550882	NI	Set	out	24
Curso de Contratação	Raimundo Jonatas R. Santos	Analista Administrativo	2015942	NS	Set	out	24
Curso de Contratação	Harrison M. Carvalho	Analista Administrativo	2008740	NS	Set	out	24
Curso de Controle Patrimonial	Cleiton Coimbra da Costa	Analista Administrativo	2016088	NS	Jun	Jun	16
Curso de Elaboração de Editais	José Pascoal N. Nascimento	Analista Administrativo	2087076	NS	Mai	mai	24
Curso de Elaboração de Editais	Raimundo Alan Kardec B. Souza	TRDA	1550882	NI	Mai	mai	24
Curso de Elaboração de Extrato da Cadeia Dominial	Allan Vinícius P. Lisboa	Eng. Agrônomo	2013870	NS	Set	set	32
Curso de Elaboração de Extrato da Cadeia Dominial	Mateus Francisco Pagliarini	Eng. Agrônomo	1527660	NS	Set	set	32
Curso de Elaboração de Extrato da Cadeia Dominial	Reinaldo César S. Rodrigues	Fiscal de Cadastro e Trib. Rural	1467869	NS	Set	set	32
Curso de Elaboração de Termo de Referência	Silvio Costa Silva	ARDA-Eng. Civil	1943051	NS	Mai	Mai	40
Curso de Fiscalização de Contratos Administrativos	Cleiton Coimbra da Costa	Analista Administrativo	2016088	NS	Set	set	24
Curso de Fiscalização de Contratos Administrativos	Raimundo Jonatas R. Santos	Analista Administrativo	2015942	NS	Set	set	24
Curso de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos	Raimundo Alan Kardec B. Souza	TRDA	1550882	NI	Mai	Jun	30
Curso de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos	José Pascoal N. Cordeiro	Analista Administrativo	2087076	NS	Set	Set	30
Curso de Instrução Processual	Antonio Valter S. Vieira	Analista Administrativo	1741264	NS	Dez	Dez	24
Curso de Instrução Processual	Harrison Monteiro de Carvalho	Analista Administrativo	2008740	NS	Dez	Dez	24
Curso de Instrução Processual	Maria do Socorro P. Bais	Assistente Social	760694	NS	Dez	Dez	24
Curso de Instrução Processual	Maria José S. Leite	Economista	1014634	NS	Dez	Dez	24
Curso de Instrução Processual	Maria Joana S. Almeida	Auxiliar de Administração	726740	NI	Dez	Dez	24
Curso de Instrução Processual	Raiumundo Jonatas R. Santos	Analista Administrativo	2015942	NS	Dez	Dez	24
Curso de Instrução Processual	Vilçon Cavalcante Cardoso	Agente Administrativo	1015795	NI	Dez	Dez	24
Curso de Instrução Processual	Elkilidiany Conceição da Silva	Eng. Agrônoma	2016906	NS	Dez	Dez	24
Curso de Instrução Processual	Edna de Castro Canuto	Assist. Administração	1009750	NI	Dez	Dez	24
Curso de Instrução Processual	Fabricio Souza Dias	ARDA	1550579	NS	Dez	Dez	24
Curso de Instrução Processual	Hamilton Simões S. Jr.	ARDA-Eng. Florestal	2025927	NS	Dez	Dez	24
Curso de Instrução Processual	Hércules M. do Nascimento	TRDA	281795	NI	Dez	Dez	24
Curso de Instrução Processual	Márcio Clay F. Cunha	TRDA	2023121	NI	Dez	Dez	24
Curso de Instrução Processual	Tiago Ribeiro da Costa	Téc. Agrícola	1040749	NI	Dez	Dez	24
Curso de Instrução Processual	Ivanoel Marques de Oliveira	Eng. Agrônomo	2051245	NS	Dez	Dez	24

Curso de Instrução Processual	José Damildes N. Tavares	Prog. Educação para o Trabalho	752104	NS	Dez	Dez	24
Curso de Instrução Processual	Reinaldo César S. Rodrigues	Fiscal de Cadastro e Trib. Rural	1467869	NS	Dez	Dez	24
Curso de Instrução Processual	Elias Pinheiro	ARDA	1620735	NS	Dez	Dez	24
Curso de Instrução Processual	Francisco Roberto B. S. Jr.	ARDA-Eng. Florestal	2081156	NS	Dez	Dez	24
Curso de Instrução Processual	Margarida Sabino Ribeiro	Eng. Agrônomo	1307957	NS	Dez	Dez	24
Curso de Instrução Processual	Américo Távora da Silva	Ag. Telec. e Eletricidade	1019564	NI	Dez	Dez	24
Curso de Instrução Processual	Manoel do Socorro L. Mareco	Eng. Agrônomo	1500492	NS	Dez	Dez	24
Curso de Instrução Processual	Maria de Nazaré S. Alves	Assist. Administração	718941	NS	Dez	Dez	24
Curso de Legisl. Aplicada a Com. Insalubridade e Periculosidade	Harrison Monteiro de Carvalho	Analista administrativo	2008740	NS	Jun	Jun	20
Curso de Legisl. Aplicada a Com. Insalubridade e Periculosidade	Ozias Lima M. Jr.	ARDA-Eng. Civil	1917594	NS	Jun	Jun	20
Curso de Legisl. Aplicada a Com. Insalubridade e Periculosidade	Silvio Costa Silva	ARDA-Eng. Civil	1943051	NS	Jun	jun	20
Curso de PAD	Albino Alves de Souza	Téc. Agrícola	725280	NI	Mai	Mai	40
Curso de PAD	José Damildes N. Tavares	Prog. Educação p/ o Trabalho	752104	NS	Mai	Mai	40
Curso de PAD	Maria de Nazaré S. Alves	Assist. Administração	718941	NI	Mai	Mai	40
Curso de QuantumGis	Allan Vinícius P. Lisboa	Eng. Agrônomo	2013870	NS	Set	Set	40
Curso de QuantumGis	Antonio Augusto L. Oliveira	Assist. Administração	726772	NI	Set	Set	40
Curso de QuantumGis	Jaciguara da Conceição dos Reis	Agente Administrativo	1099118	NI	Set	Set	40
Curso de QuantumGis	Guido Sanick Leal	ARDA-Eng. Florestal	2016252	NS	Out	Out	40
Curso de QuantumGis	Francisco Roberto B. S Jr.	ARDA-Eng. Florestal	2081156	NS	Out	Out	40
Curso de SIASG e SCDP	Raimundo Alan Kardec B. Souza	TRDA	1550882	NI	Nov	Nov	24
Curso de Tomada de Contas Especial	Agenor Pires Barbosa	Administrador	726769	NS	Abr	abr	8
Curso de Tomada de Contas Especial	José Pascoal N. Cordeiro	Analista Administrativo	2087076	NS	Abr	abr	8
Encontro Nac. Asseguradores de Planejamento do Incra	Silvana da Costa Castro	Assiste. Administração	726771	NI	Nov	Nov	32
Encontro Nacional de Gestão de Pessoas	Gardênia M. C. Costa	Analista Administrativa	2023693	NS	Mar	Abr	40
Encontro Nacional de Gestão de Pessoas	Maria de Nazaré S. Alves	Assist. Administração	718941	NI	Mar	Abr	40
Encontro Nacional de Gestão de Pessoas	Maria do Socorro P. Baia	Assistente Social	760694	NS	Mar	Abr	40
Especialização Latu Sensu em Educação do Campo	Fabrício Souza Dias	ARDA	1550579	NS	abr/13	jul	540
Especialização Latu Sensu em Direito da Propriedade, Direito Agrário, Desenvolvimento Sustentável	Marcos José do E. Quadros	Eng. Agrônomo	726657	NS	out/12		360
Fiscalização de Contratos Administrativos	Raimundo Jonatas R. Santos	Analista Admnistrativo	2015942	NS	Set	Set	24
Fiscalização de Contratos Administrativos	Cleiton Coimbra da Costa	Analista Admnistrativo	2016088	NS	Set	Set	24
Gestão e Execução Física e Orçamentária	José Pascoal N. Cordeiro	Analista Admnistrativo	2087076	NS	Out	Out	24
Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos	José Pascoal N. Cordeiro	Analista Admnistrativo	2087076	NS	Set	Set	30
II Oficina do Novo Crédito da RA	Joval Farias da Costa	ARDA	1070152	NS	Set	Out	24
II Oficina do Novo Crédito da RA	Pedro Carlos R. Silva	Assist. Administração	719157	NI	Set	Out	24
II Oficina do Novo Crédito da RA	José da Fonseca Ramos	Auxiliar de Administração	1017948	NI	Set	Out	24

Oficina de Capacitação de Vistoria Ambiental	Antonio Augusto L. Oliveira	Assist. Administração	726772	NI	Mai	Mai	40
Oficina de Capacitação de Vistoria Ambiental	Francisco Roberto B. S Jr.	ARDA-Eng. Florestal	2081156	NS	Mai	Mai	52
Oficina de Capacitação de Vistoria Ambiental	Jaciguara da Conceição dos Reis	Agente de Administração	1049118	NI	Mai	Mai	40
Oficina de Elaboração do Plano de Ação 2014/2015	Silvana da Costa Castro	Assist. Administração	726771	NI	Mar	mar	8
Oficina de Elaboração do Plano de Ação 2014/2015	Joval Farias da Costa	ARDA		NS	Mar	Mar	8
Oficina-Pólo sobre Crédito Instalação	Edna de Castro Canuto	Assist. Administração	1009750	NI	Mai	Mai	40
Oficina-Pólo sobre Crédito Instalação	José da Fonseca Ramos	Auxiliar de Administração	1017948	NI	Mai	Mai	40
Oficina-Pólo sobre Crédito Instalação	José Pascoal N. Cordeiro	Analista Administrativo	2087076	NS	Mai	Mai	40
Oficina-Pólo sobre Crédito Instalação	Maria Catarina N. Santos	Agente de Portaria	726738	NI	Mai	Mai	40
Oficina-Pólo sobre Crédito Instalação	Maria Marli M. Silva	Auxiliar de Administração	1015875	NI	Mai	Mai	40
PAD e Sindicância	João Aires da Silva	Assist. Técnico	726776	NI	Out	Out	40
SICONV	Antonio Valter S. Vieira	Analista Administrativo	1741264	NS	Set	Set	16
SICONV	Francisco Roberto B. S Jr.	TRDA	2081156	NS	Set	Set	16
SICONV	Guido sanick Leal	ARDA-Eng. Florestal	2016252	NS	Set	Set	16
Treinamento em SCDP	Adenilson Alves de Souza	TRDA	2016960	NI	Jun	Jun	12
Treinamento em SCDP	Albino Alves de Souza	Téc. Agrícola	725280	NI	Jun	Jun	12
Treinamento em SCDP	Allan Vinícius P. Lisboa	Eng. Agrônomo	2013870	NS	Jun	Jun	12
Treinamento em SCDP	Antonio Augusto L. Oliveira	Assist. Administração	726772	NI	Jun	Jun	12
Treinamento em SCDP	Antonio Valter S. Vieira	Analista Administrativo	1741264	NS	Jun	Jun	12
Treinamento em SCDP	Carlos Augusto L. Pereira	Motorista	169732	NI	Jun	Jun	12
Treinamento em SCDP	Cleiton Coimbra da Costa	Analista Administrativo	2016088	NS	Jun	Jun	12
Treinamento em SCDP	Elkilidiany Conceição da Silva	Eng. Agrônoma	2016906	NS	Jun	Jun	12
Treinamento em SCDP	Gardênia M. C. Costa	Analista Administrativa	2023693	NS	Jun	Jun	12
Treinamento em SCDP	Gilvan Valadares Cardoso	Orientador de Projetos	1474021	NS	Jun	Jun	12
Treinamento em SCDP	Harrison Monteiro de Carvalho	Analista Administrativo	2008740	NS	Jun	Jun	12
Treinamento em SCDP	Hércules M. Nascimento	TRDA	2081795	NI	Jun	Jun	12
Treinamento em SCDP	José Damildes N. Tavares	Prog. Educação p/ o Trabalho	752104	NS	Jun	Jun	12
Treinamento em SCDP	Manoel Nascimento dos Prazeres	Téc. Agrícola	1011409	NI	Jun	Jun	12
Treinamento em SCDP	Maria Antonia S. Conceição	Auxiliar de Administração	1017103	NI	Jun	Jun	12
Treinamento em SCDP	Maristela Conceição B. Freitas	Artífice	1085465	NI	Jun	Jun	12
Treinamento em SCDP	Mateus Francisco Pagliarini	Eng. Agrônomo	1527660	NS	Jun	Jun	12
Treinamento em SCDP	Otacílio Pereira Barbosa	Tec. Agrícola	1040746	NI	Jun	Jun	12
Treinamento em SCDP	Reinaldo César S. Rodrigues	Fiscal de Cadastro e Trib. Rural	1467869	NS	Jun	Jun	12
Treinamento em SCDP	Vilçon Cavalcante Cardoso	Agente Administrativo	1015795	NI	Jun	Jun	12
Treinamento no SPIUNET	Cleiton Coimbra da Costa	Analista Administrativo	2016088	NS	Abr	Abr	8

TRDA-Técnico de Reforma e Desenvolvimento Agrário; ARDA-Analista de Reforma e Desenvolvimento Agrário.

Fonte: SR(21)A/SDH

## 5.4 Indicadores relacionados

Índice de abrangência de capacitação (%)		
2014		2015
Previsto <sup>1</sup>	Realizado	Meta <sup>2</sup>
63,83	55,32	42,55
Memória de cálculo:		
2014: Número de servidores que participaram das atividades de capacitação (52 - Fonte: SR(21)A) dividido pelo Número total de servidores, na jurisdição da SR (94 - Fonte: SR(21)A) multiplicado por 100.		

Indicador	2014	2015
Previsto	63,83	
Realizado	55,32	
Meta		42,55

<sup>1</sup> Meta capacitação / quantidade de servidores

<sup>2</sup> Meta capacitação / quantidade de servidores (com base em 2014). Valor definitivo será definido com a conclusão do Planejamento 2015

Índice de horas de capacitação (%)		
2014		2015
Previsto <sup>1</sup>	Realizado	Meta <sup>2</sup>
2151,11	3438,30	2740,07
Memória de cálculo:		
2014: número total de horas de treinamentos recebidos pelos servidores (3232 - Fonte: SR(21)A) dividido pelo número total de servidores, na jurisdição da SR (94 - Fonte: SR(21)A)		

Indicador	2014	2015
Previsto	2151,11	
Realizado	3438,30	
Meta		2740,07

<sup>1</sup> Média dos últimos 3 anos

<sup>2</sup> Média dos últimos 3 anos. Valor definitivo será definido com a conclusão do Planejamento 2015

### Análise:

a) **índice de abrangência de capacitação:** verifica-se através do gráfico acima que o índice de capacitação alcançado pela UJ foi de 55,32%, ou seja, a SR previu capacitar 63,83% dos 94 servidores pertencentes ao seu quadro funcional o que corresponderia a 60 servidores, porém, ao final do exercício foram capacitados 52, o alcance foi inferior devido a falta de informação sobre outras capacitações que ocorreram e as divisões ou servidores não informaram ao SDH/A, bem como a escassez de recursos. Para o ano de 2015 a meta é capacitar 40 servidores.

b) **índice de horas de capacitação:** dificilmente é prevista a quantidade de carga horária das capacitações. Em 2014, dos 31 eventos ocorridos, contabilizou-se uma carga horária total de 3.232 horas, que em alguns casos foi insuficiente, segundo informações dos próprios servidores. O índice de 3438 foi considerado muito bom, apesar de não existir em termos de previsão, um parâmetro de análise, mas com relação ao ano anterior, superou, isso se deve aos cursos com turmas programadas exclusivamente para os servidores da UJ.

## 6. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

### 6.1 Informações sobre as transferências

A Superintendência Regional do Incra-Amapá, possui 02 (dois) instrumentos de convênio vigentes:

- Convênio SICONV nº 798598/2013, vigência de 30.12.2013 à 31.01.2016, firmado com o Governo do Estado do Amapá, cujo objeto é a escolarização em anos iniciais do ensino fundamental para 600 (seiscentos) jovens e adultos de projetos de assentamentos do Amapá. No exercício de 2014 foi repassada a 1ª parcela no valor de R\$ 327.390,10 (trezentos e vinte e sete mil trezentos e noventa reais e dez centavos);

- Convênio SICONV nº 799584/2013, vigência de 31.12.2013 à 26.12.2014, firmado com o Município de Macapá, cujo objeto é a construção de 1000 metros de passarelas em concreto no projeto de assentamento agroextrativista Ilha do Brigue, município de Macapá. No exercício de 2014 foi celebrado termo aditivo de prorrogação de vigência até 24.06.2015 e consequente ajuste no Plano de Trabalho, sem alteração do objeto conveniado.

No que se refere aos convênios na situação de ãa comprovarõ informamos que esta Superintendência não possui instrumentos nesta condição, com relação a situação de ãa aprovarõ existe 01 (um) instrumento, de nº SIAFI 596375, cujo objeto era o georreferenciamento de glebas no Estado do Amapá, no valor de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais), firmado com o Instituto de Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Amapá.

O convênio acima foi firmado em 2007 e tinha vigência até 28.11.2011, sendo que 2009 o Regimento Interno do INCRA sofreu alteração, tendo sido criada a Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal-SRFA, que entre suas atribuições legais está a gestão de instrumentos ligados a regularização fundiária (georreferenciamento) na Amazônia. Diante de tal fato, em dezembro de 2012 o processo referente ao convênio em tela, foi encaminhado ao Gestor da SRFA/Amapá, para fins de avaliação e julgamento das contas do referido convênio, considerando competência legal para tal.

Após o encaminhamento acima, esta Superintendência Regional não possui informações à respeito das providências de saneamento adotadas pela SRFA/AP, considerando sua autonomia e que esta não está subordinada à Superintendência do INCRA Amapá.

Caracterização	Prestação de Contas de convênios vigentes			
Quantidade de convênios vigentes	02	Prestadas	Dentro do prazo	00
Total de valores repassados	327.390,10		Fora do prazo	00
		Não Prestadas	Dentro do prazo	00
			Fora do prazo	00

### 6.2 Demonstração da situação do registro dos imóveis desapropriados.

Considerando o cronograma de registro dos imóveis desapropriados demonstrado no Relatório de Gestão de 2013 do Incra-sede com a sua execução no exercício de 2014, iniciou-se o registro daqueles imóveis adquiridos na forma do decreto nº. 433/1992 (aquisição direta), por meio de procedimentos dos registros no balanço patrimonial.

Encontra-se no Anexo II o balanço patrimonial deste Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/Incra/Órgão/Gestão: 22201/37201.

Dessa forma passou-se a encontrar em 31/12/2014 o saldo a seguir:

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA		
Conta Contábil	Descrição	Valor (R\$)
1.4.2.1.1.22.67	IMOVEIS REGISTRADOS DESTINADOS A REFOR.AGRAR	1.832.454.032,08

Fonte: Sistema Siafi 2014

### **6.3 Demonstração da gestão dos créditos a receber registrados nas contas contábeis**

#### **1.2.2.4.9.10.00 ó Créditos a Receber de Parceleiros e 1.1.2.3.1.00.00 ó Empréstimos Concedidos**

A conta e 1.2.3.1.00.00 ó Empréstimos Concedidos, registra o montante relativo aos valores que o INCRA tem a receber, oriundos dos lotes (parcelas) repassados aos assentados da Reforma Agrária.

Preocupado com a arrecadação dos valores repassados aos assentados, bem como no atendimento às recomendações dos Órgãos de Controle, a Presidência da Autarquia, determinou o desenvolvimento do SNCCIóSistema Nacional de Cobrança do Crédito Instalação.

Em agosto do 2013, foi concluso o **Módulo Cadastro do SNCCI**, permitindo às Superintendências Regionais iniciar o processo de alimentação dos créditos aplicados, após o saneamento processual em curso e recebimento do treinamento devido e senhas de acesso. Etapa necessária para podermos iniciar a devida cobrança de forma sistematizada e sua consequente baixa contábil no SIAFI.

Entretanto, em 26 de dezembro de 2013 foi editada a Medida Provisória nº. 636, que dispõe sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária, concede remissão nos casos em que específica e dá outras providências; trazendo mudanças significativas ao desenvolvimento do Módulo Cobrança que estava em fase final de conclusão. Com isso tornou-se necessário uma readaptação de todos os procedimentos.

Segundo dispõe os artigos 1º a 6º da referida MP, hoje convertida na Lei 13.001/14, fica estabelecido critérios e condições para remissões, liquidações e renegociações dos créditos, nas mais diversas modalidades, concedidos aos assentados da reforma agrária, no período de 10 de outubro de 1985 até 27 de dezembro de 2013.

Dando continuidade ao SNCCI e logo após a conclusão do Módulo Cadastro, foi dado prosseguimento ao **Módulo Cobrança do SNNCI**, o qual já encontra-se concluso desde setembro/2014 (com exceção da parte relativa a renegociação do crédito em virtude da falta da regulamentação prevista na MP 636/2013, convertida na Lei 13.001/2014).

Por meio do Módulo Cobrança será possível emitir todas as guias de recolhimentos (GRU Cobrança), bem como gerar os relatórios de remissão dos débitos alcançados pelos diplomas legais citados no parágrafo anterior. Além disto, permitirá evidenciar a situação financeira individual dos assentados.

Desde o momento em que começou a ser desenvolvido o SNCCI, esta Autarquia noticiou à Controladoria-Geral da UniãoóCGU e ao Tribunal de Contas da UniãoóTCU, tendo sido realizadas desde 2011 inúmeras reuniões, onde foram apresentados os avanços, dirimidas dúvidas, de modo que todo o processo de construção do sistema, por mais complexo que se apresentasse, fosse de amplo conhecimento de todas as partes.

Ressalte-se, inclusive, que no dia 23 de outubro de 2014, às 10hs, foi realizada videoconferência nas dependências da CGU em Brasília, onde foi apresentado o SNNCI (Módulos Cadastro e Cobrança), a qual contou com a participação das representações da CGU nos Estados, sendo franqueado após a apresentação o envio de perguntas, as quais foram prontamente e integralmente respondidas pelos representantes do INCRA.

**a) Plano de Providências para o efetivo recebimento dos créditos registrados na referida conta contábil:**

## **1. Saneamento processual, conforme Memorando DA/DD/PFE 378/2013:**

1.1. Verificação de todos os créditos concedidos aos assentados (contratos, recibos, notas fiscais e/ou documentos que comprovem o efetivo recebimento pelo beneficiário); 1.2 Emissão de informação declaratória e juntada aos autos do Processo Individual do beneficiário; 1.3 Cadastramento de todos os créditos concedidos no SNCCI ó Sistema Nacional de Cobrança de Crédito Instalação (em andamento e finalizados); 1.4 Conferência dos registros lançados no sistema por meio do relatório de conferência que está disponível no menu RELATÓRIOS GERENCIAIS. 1.5 Após digitação, conferência e ajuste, se necessário, deve-se encerrar o cadastro de créditos recebidos pelo beneficiário por meio da funcionalidade Encerrar Cadastro de Modalidades do Crédito Antigo.

## **2. No caso dos contratos cuja cobrança do crédito instalação foi inclusa conjuntamente com os valores do título atentamos o seguinte:**

O SNCCI já está pronto para registro de créditos que a cobrança tenha sido inclusa nos títulos.

2.1.1. Se todos os créditos foram inclusos no título e todas as parcelas foram devidamente pagas (ainda que não cadastradas no SNCCI), não há que se falar em cobrança ou remissão, pois houve a liquidação dos débitos pelo beneficiário. Entretanto, o cadastro no SNCCI deve ser feito para fins de registro e verificação pelos Órgãos de Controle. Além dito, o sistema permite que sejam anexados documentos no registro do crédito cuja a cobrança foi inclusa no título.

2.1.2. Independentemente de qualquer modalidade de crédito ter sido inclusa ou não no valor do título, todos os créditos concedidos devem ser cadastrados no SNCCI, para fins de confirmação, se o valor total originalmente recebido pelo beneficiário, não ultrapassa o montante de R\$ 10.000,00, conforme dispõe o art. 3º da MP nº. 636/2013.

## **3. No caso dos contratos cuja cobrança do crédito instalação não foi inclusa conjuntamente com os valores do título ou cuja parcela ainda não foi titulada, deve-se observar o seguinte:**

3.1. Seguir o disposto no item 1. Saneamento processual em tela descrito;

3.2. Sendo verificado que o beneficiário tem direito à remissão de sua dívida, o sistema disponibiliza relatório contendo a relação dos créditos remitidos.

3.3 Na hipótese do beneficiário não ter direito à remissão, ou ainda quando os créditos não estão sujeitos à remissão, será disponibilizado futuramente funcionalidade no SNCCI visando a renegociação dos débitos, cuja previsão para implementação depende da edição de decreto regulamentar previsto na MP nº. 636/2013, após aprovação pelo Congresso Nacional e sanção presidencial.

## **4. Remissão das dívidas:**

4.1. As hipóteses de remissão estão definidas no caput do art. 3º, Parágrafo 1º da MP nº 636/2013:

*§Art. 3º Ficam remitidos os créditos de instalação concedidos a assentados da reforma agrária com fundamento no inciso VI do caput do art. 73 da Lei nº 4.504, de 1964, e no inciso V do caput do art. 17 da Lei nº 8.629, de 1993, no período de 10 de outubro de 1985 até a data de publicação desta Medida Provisória, cujos valores originalmente concedidos, em uma ou mais operações, somem até R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por beneficiário.*

*§ 1º Os créditos previstos neste artigo excluem os das modalidades de que trata o § 1º do art. 1º e incluem todos aqueles realizados ao amparo do Programa de Crédito Implantação e Crédito de Instalação às famílias assentadas, sob as modalidades de:*

- I - Crédito para Apoio;*
- II - Apoio Inicial;*
- III - Alimentação;*
- IV - Insumos;*
- V - Apoio à Instalação;*
- VI - Apoio Mulher;*
- VII - Fomento;*
- VIII - Adicional Fomento;*
- IX - Crédito Emergencial;*
- X - Semi-Árido;*

XI - Adicional de Semi-Árido;  
XII - Reabilitação de Crédito de Produção; e  
XIII - Crédito Ambiental.º

**5. Renegociação (parcelamento ou quitação integral) das dívidas:**

5.1. Na hipótese da soma dos créditos constantes do Parágrafo 1º do art. 3º da MP nº. 636/2013 ultrapassar o montante de R\$ 10.000,00, deve ser observado o disposto no Parágrafo 2º A 6º e respectivos incisos, do art. 3º da referida MP:

§ 2º Os créditos de instalação cuja soma dos valores originalmente concedidos seja superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), descontadas as eventuais amortizações, devem ser atualizados à taxa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao ano a partir da data da concessão de cada crédito até a data da liquidação ou da formalização da renegociação, observadas as seguintes condições:

I-liquidação: rebate de 80% (oitenta por cento) sobre o saldo devedor total, acrescido de desconto de valor fixo de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), observado o limite de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) para a soma do rebate e do desconto de valor fixo; e

II-renegociação: na forma definida no regulamento, inclusive com a concessão de bônus de adimplência.

§ 3º Para fins de enquadramento nas disposições deste artigo, quando se tratar de créditos coletivos ou grupais, os valores serão apurados pelo resultado da divisão do valor originalmente concedido pelo número de pessoas beneficiadas com o crédito.

§ 4º A opção pela liquidação ou pela renegociação implica confissão irrevogável e irretratável dos débitos e não importará a devolução de valores aos beneficiários.

§ 5º A remissão de que trata este artigo não importará a devolução de valores aos beneficiários.

§ 6º O regulamento estabelecerá termos, condições, bônus de adimplência, prazos e procedimentos simplificados para o cumprimento do disposto neste artigo.º

5.2 Os valores relativos aos créditos constantes do Parágrafo 1º do art. 1º da MP nº. 636/2013, não estão sujeitos à remissão, portanto, deverão ser pagos na forma dos Parágrafos 2º a 8º e regulamentação complementar a ser editada posteriormente pela autoridade competente.

§ Art. 1º Os créditos concedidos aos assentados da reforma agrária, no período de 10 de outubro de 1985 até a data de publicação desta Medida Provisória, destinados à construção, à ampliação ou à reforma de habitação, efetivados por meio de crédito de instalação de que trata o inciso V do caput do art. 17 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e de assistência financeira de que trata o inciso VI do caput do art. 73 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, poderão ser liquidados nas mesmas condições de pagamento do Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR, instituído pela Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, nos termos do disposto em regulamento.

§ 1º O disposto neste artigo alcança as seguintes modalidades de créditos concedidas pelo INCRA para fins de construção ou reforma de unidade habitacional rural:

I - Crédito de Habitação;

II - Crédito para Aquisição de Material de Construção; e

III - Crédito Recuperação - Material de Construção.

§ 2º Os valores concedidos, descontadas as eventuais amortizações, devem ser atualizados à taxa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao ano desde a data da concessão até a data da formalização.

§ 3º Para efeito de enquadramento dos créditos nas condições de pagamento do PNHR, será considerado exclusivamente o valor contratado, atualizado na forma do § 2º, conforme as faixas estabelecidas em ato do Poder Executivo federal, não sendo aplicáveis os limites e faixas de renda de que trata o § 3º do art. 13 da Lei nº 11.977, de 2009.

§ 4º A adesão ao benefício para liquidação de que trata o caput implica confissão irrevogável e irretratável dos débitos relativos aos valores apurados nos termos deste artigo.

§ 5º A gestão dos créditos de que trata o caput permanecerá sob responsabilidade do INCRA, que poderá contratar instituição financeira federal para a sua operacionalização.

§ 6º As condições de liquidação de que trata este artigo aplicam-se ao herdeiro legítimo, desde que resida no imóvel por ocasião da abertura da sucessão.

§ 7º As condições de pagamento previstas no caput beneficiarão o ocupante atual do lote de reforma agrária, no caso de substituição de beneficiário na forma estabelecida em regulamento, após a devida exclusão do candidato desligado do programa.

§ 8º O regulamento a que se refere o caput estabelecerá termos, condições, prazos, rebates para liquidação.

**b) Sobre os Saldos:**

No exercício de 2014, o saldo da conta [1.2.2.3.1.00.00](#) ó Empréstimos Concedidos fechou com o montante de R\$ [6.455.822.816,91](#), representando uma redução de R\$ [713.776.196,91](#) em relação ao saldo inicial do referido ano (R\$ [7.169.599.013,82](#)). Esta redução líquida se deu em virtude da remissão de dívidas de assentados, em consonância com MP 636/2013 e lei nº.

13.001/2014 e conforme dados do SNCCI, como também pelo ajustes dos valores de créditos não aplicados e recolhidos pela Sede da Autarquia em 2013.

Na UJ 373039 foi efetuado no exercício/2014, na conta 1.2.2.3.1.0000 baixa contábil dos processos abaixo:

1. Baixa por REMISSÃO, conforme Lei 13001/2014 , referente ao processo de Concessão (54350.000.754/2011-80) crédito APOIO MULHER no valor de R\$ 51.000,00 (cinquenta e um mil reais);

2. Baixa por REMISSÃO, conforme Lei 13001/2014, referente ao processo de Concessão (54350.000.594/2011-79) crédito APOIO INICIAL no valor de R\$ 121.600,00 (cento e vinte e um mil e seiscentos reais).

Devido as mudanças trazidas pela nova legislação, entende-se que não cabe mais apontar saldo vencido, já que o normativo dá aos assentados nova condição, sendo fundamental iniciarmos, conforme estamos fazendo, os procedimentos de remissão, para destacarmos a parcela passível de pagamento, mediante procedimentos de liquidação ou renegociação.

**c) Sobre o tratamento da inadimplência:**

Conforme previsão do Art. 5º da MP 636, aplica-se o disposto no art. 2º da lei nº. 10.522, de 19/07/2002, às obrigações não regularizadas decorrentes de créditos de instalação concedidos aos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária, sem prejuízo de outras sanções definidas em regulamento. Desta forma, após os procedimentos de remissão, liquidação e renegociação previsto no marco legal, os beneficiários que não forem remitidos e que não aderirem aos procedimentos necessários terão os encaminhamentos dados conforme disposto acima.

Portanto, não temos por enquanto como falar em quantidade de inscrições e valor total inscrito na Dívida Ativa da Fazenda Nacional, nos termos do § 3º do art. 2º da lei nº. 6.830/1980, bem como em quantidades de inscrições e valor total inscrito no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal, nos termos do art. 1º da Portaria STN nº. 685/2006.

**d) Sobre a evidenciação contábil:**

A partir da edição da MP 636/2013 não é possível até o momento realizar a qualificação do crédito quanto as perspectivas de efetivo recebimento, assim como ações decorrentes desta atividade, pelos motivos já descritos anteriormente.

Por fim, considerando que segundo estimativas preliminares boa parte do saldo da conta de empréstimos concedidos será baixada decorrente da remissão e/ou recolhimento dos saldos e ainda que somente após a edição de norma regulamentadora sobre a renegociação das dívidas e alimentação do SNCCI será possível iniciar o processo de cobrança dos créditos não remíveis, não é possível, ao menos por enquanto, estimar e contabilizar a provisão para devedores duvidosos.

**Créditos a Receber de Parceleiros:**

Com relação a construção do novo Sistema de Titulação de Imóveis da Reforma Agrária-SNT informo que já está em andamento a construção do Sistema, tendo sido realizadas reuniões em que participaram representantes da Diretoria Administrativa-DA, Coordenação-Geral de Regularização Fundiária-DFR, Coordenação-Geral de Territórios Quilombolas-DFQ, Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação-DET e a Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária da Amazônia Legal-SERFAL.

O sistema compreenderá sete módulos: *i.* Regularização Fundiária; *ii.* Ratificação em Faixa de Fronteira; *iii.* Titulação de Projetos de Assentamento; *iv.* Regularização de Territórios Quilombolas; *v.* Regularização Fundiária da Amazônia Legal; *vi.* Cobrança e *vii.* Cadastro Externo.

O SNT terá interface de leitura com outros sistemas do INCRA, a saber: *i.* SIPRA; *ii.* SIGEF; *iii.* SNCCI e *iv.* SISPROT.

Contudo, a proposta de projeto e Ordem de Serviço para o desenvolvimento do SNT dependem da aprovação do decreto regulamentador da lei nº. 13.001, de 2014 que fixa os parâmetros gerais para emissão e cobrança de títulos definitivos relativos a lotes integrantes do Programa Nacional de Reforma Agrária-PNRA.

O INCRA instituiu Grupo de Trabalho com vistas a elaborar proposta de regulamentação

para a lei nº. 13.001, de 2014, já concluída e apresentada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA.

Entretanto, em virtude da alteração do titular da pasta do MDA, o INCRA aguarda posicionamento do Ministério quanto ao andamento da matéria e eventuais alterações na proposta da norma regulamentadora.

---

#### **6.4 Principais atividades de controle instituídas pela área contábil e financeira da SR para assegurar fidedignidade.**

---

As áreas contábil e financeira, atentando-se para a segregação de função, atuam em conjunto nos registros correspondentes a execução e controle no sistema SIAFI por meio de consultas em processos, e, ainda acompanhamento de contas contábeis para assegurar a fidedignidade do registro contábil dos atos e fatos da gestão da Unidade Gestora.

As conformidades contábil e de registro de gestão acompanham o estabelecido nas macrofunções SIAFI Assunto 020315-Conformidade Contábil e SIAFI Assunto 020314-Conformidade de Registro de Gestão, emitidas pela Secretaria do Tesouro Nacional-STN.

---

#### **6.5 Principais Receitas e Despesas**

---

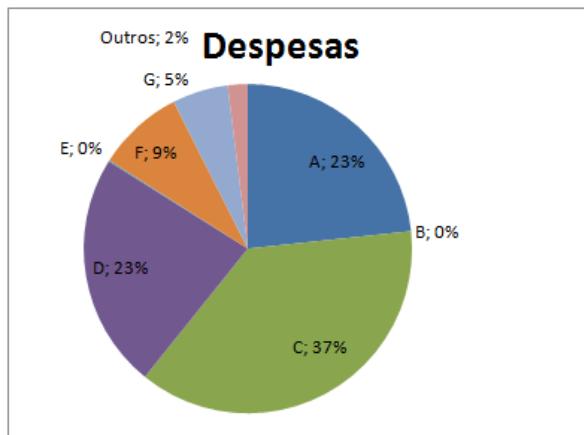
*Conforme disposto na Parte C das Unidades Jurisdicionadas com Relatório de Gestão Customizado da DN TCU 134/2013, algumas Unidades Jurisdicionadas elencadas estão dispensadas de observar o conteúdo das partes A e B do Anexo II da referida DN. Dentre estas instituições está incluso o INCRA.*

No rol dos itens a serem apresentados, conforme preceitua a Parte C do Anexo II, não foi incluída explicitamente a obrigatoriedade desta UJ apresentar informações a cerca das Principais Receitas e Despesas. Esta faculdade provavelmente decorre do fato de que a Superintendência Regional efetua a quitação de suas despesas e investimentos por meio dos recursos descentralizados pela Sede da Autarquia, visto que não possui arrecadação própria. Em face desta particularidade, mesmo não sendo obrigatório, apresentamos a seguir apenas a relação dos principais valores pagos em 2013 e 2014:

**Tabela 23: Principais Receitas**

ITEM	2013	2014
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	480.387,19	599.573,69
AQUISICAO DE IMOVEIS	0,00	0,00
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	960.624,59	964.970,61
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	644.653,95	594.349,75
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	7.063,81	3.170,00
MATERIAL DE CONSUMO	399.805,87	219.163,74
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	213.230,95	141.402,37
OUTROS GASTOS E/OU INVESTIMENTOS	333.922,11	50.640,25
<b>TOTAL</b>	<b>3.039.688,47</b>	<b>2.573.270,41</b>

Fonte: SIAFI Gerencial



### Finanças do INCRA/SR-21 em milhares Principais despesas

Despesas	2013	2014
A	480.387,19	599.573,69
B	0,00	0,00
C	960.624,59	964.970,61
D	644.653,95	594.349,75
E	7.063,81	3.170,00
F	399.805,87	219.163,74
G	213.230,95	141.402,37
Outros	333.922,11	50.640,25
<b>Total</b>	<b>3.039.688,47</b>	<b>2.573.270,41</b>

#### Análise:

Como se observa no gráfico, a maior parte dos gastos, 37%, é resultante da contratação de mão-de-obra, envolvendo a prestação de serviço de vigilância armada, serviço de limpeza e conservação, serviço suporte de TI, dentre outros. Além desses, as despesas efetuadas com o pagamento de Outros serviços de Terceiros-PJ e Diárias-Pessoal Civil representaram 23% e 23% respectivamente. As demais despesas totalizaram apenas 17%.

Pode-se afirmar que os gastos com o pagamento de mão-de-obra são essenciais na atual conjuntura enfrentada pela UJ, na qual os concursos realizados pela Autarquia não suprem as carências existentes, e ainda, o envelhecimento do corpo funcional da unidade. No exercício em comento aconteceu a redução do número de servidores, situação decorrente de aposentadorias, e ainda a cessão de servidores para outras SRs, devido a nomeações para funções comissionadas. Todas essas situações resultam na necessidade de contratação de mão de obra terceirizada.

Pode-se afirmar que os gastos com o pagamento de diárias de servidor são essenciais para o execução dos trabalhos da UJ, uma vez que o público do PNRA se encontra no meio rural, e para efetuar o acompanhamento desse público é necessário o deslocamento até o projetos de assentamento.

Os gastos com pagamentos de serviços de terceiros pessoa jurídica são imprescindíveis para a manutenção administrativa da SR, essas despesas são oriundas do pagamento de energia elétrica, telefonia, manutenção de veículos oficiais, dentre outros.

## 7. CONTROLES INTERNOS

### 7.1 Principais controles instituídos para garantir o cumprimento dos objetivos.

Os principais instrumentos de controle instituídos para garantir o cumprimento dos objetivos definidos são aqueles elaborados, orientados e coordenados pelo Incra-sede, como sistema oficial, o Módulo de Monitoramento e Avaliação-SIR, Plano de metas e créditos orçamentários 2014-2015, como também o acompanhamento e análises ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal-SIAFI, esses de âmbito nacional.

E, elaborado para utilização específica aos controles desta UJ foram instituídos controles por ordens de serviços para fiscalização de contratos e convênios, acompanhamento da aplicação dos créditos aquisição de recuperação de materiais de construção, acompanhamento do cronograma de desembolso, controle de processos de obtenção, controle da concessão de diárias.

---

## **7.2 Principais controles instituídos pela superintendência para assegurar a fidedignidade das informações sobre sua atuação nos registros informatizados do INCRA e sistemas corporativos da administração pública federal.**

---

Ao longo do exercício de 2014 foi instituído controle de manuseio e operacionalização simples visando assegurar a fidedignidade das informações e dos registros informatizados no âmbito da UJ, que ocorreu através de revisões e conferências dos dados inseridos nos sistemas SIR e SIPRA.

---

## **7.3 Principais trabalhos realizados pela auditoria interna da autarquia na superintendência, com a síntese dos resultados, das recomendações e das providências adotadas.**

---

Em 2014 a Auditoria Interna/Icra-sede, não realizou trabalhos na UJ.

---

## **7.4 Avaliação, pelos próprios dirigentes da superintendência, dos controles internos administrativos instituídos da superintendência, de acordo com critérios descritos no Anexo IV.**

---

O controle interno da UJ:

a) **Ambiente de controle:** relativamente bem estruturado, no qual há entendimento geral sobre direitos e obrigações dos servidores no que diz respeito as suas atribuições no órgão e a necessidade de existir um controle efetivo na unidade.

b) **Avaliação de risco:** ainda é incipiente na UJ a prática de avaliação de riscos, porém essa lacuna, não impede que os riscos sejam verificados, conhecidos e avaliados, e que ações sejam adotadas no sentido dos mesmos não impactarem de forma negativa a atuação da UJ.

c) **Atividades de controle:** a UJ possui ferramentas de controle informatizadas que são alimentadas por servidores oficialmente designados através de ordens de serviços.

d) **Informação e comunicação:** o sistema de comunicação na UJ é relativamente bem estruturado. Todos os servidores possuem e-mail pessoal da instituição, acesso a intranet e a internet, as comunicações ocorrem também por via escrita, diretamente para as divisões e servidores, ou para toda a unidade com afixação de documentos no mural. Além de reuniões de trabalho.

e) **Monitoramento:** o sistema de controle SIR-Monitoramento e Avaliação, é acompanhado e avaliado pela sede da autarquia.

**Quadro 15: Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJóSuperintendência Regional.**

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS		VALORES				
		1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>						
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.						X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos					X	

diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X
<b>Avaliação de Risco</b>	1	2	3	4
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	X			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais resarcimentos.				X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X
<b>Procedimentos de Controle</b>	1	2	3	4
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.	X			
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X
<b>Informação e Comunicação</b>	1	2	3	4
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.			X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.			X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			X	
26. A informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X	
<b>Monitoramento</b>	1	2	3	4
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.	X			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.	X			
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X
<b>Análise Crítica:</b>				
<b>Ambiente de Controle:</b> a metodologia utilizada para o preenchimento do presente quadro foi a realização de reunião com os principais representantes de cada Divisão, onde foi possível alcançar consenso ou conhecimento das respostas apresentadas.				
Na referida reunião foram apresentadas algumas considerações sobre os itens, a saber:				
a) As questões do presente quadro se mostraram subjetivas e amplas, resultando em diferentes níveis de compreensão, o que dificultou a resposta uma resposta consensual da equipe;				
b) Para o item Ambiente de Controle as respostas são adequadas no que diz respeito a existência de normas internas devidamente padronizadas e a percepção por parte da alta administração e parte dos servidores que os controles internos são necessários para a consecução dos objetivos da UJ.				

c) O item Informação e Comunicação não foi considerado totalmente válido uma vez que os bancos de dados existentes não são alimentados de forma ideal, assim as informações estão guardadas nos respectivos setores e não repassados de forma detalhada para os sistemas existentes, em especial nos diversos meios de comunicação e divulgação;

d) No item monitoramento, a equipe analisou todos os sistemas de controle utilizados na UJ.

Escala de valores da Avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da UUJ.

(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) Neutra: Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.

(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) Totalmente válido: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.

Fonte: Reunião/GAB/SR-21/AP

## **7.5 Principais controles instituídos pela superintendência para assegurar a boa e regular gestão dos créditos a receber de parceiros e dos empréstimos concedidos, registrados nas contas contábeis 1.2.2.4.9.10.00 e 1.1.2.3.1.00.00, respectivamente.**

Ressalta-se que não houve concessão de créditos aos assentados da reforma agrária no decorrer do exercício de 2014.

Nos anos de 2013 e 2014, a UJ seguiu orientações emanadas da sede com a finalidade de atender as recomendações emanadas pelo Acórdão nº 2.083 de 17/04/2012-Primeira Câmara-TCU.

Os normativos norteadores sobre o assunto são:

a) **Medida Provisória nº. 636 de 26/12/2013**, que dispõe sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária, concede remissão nos casos em que especifica e dá outras providências;

b) **Lei nº. 13.001 de 20/06/2014**, que dispõe sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária; concede remissão nos casos em que especifica; altera as Leis nº 8.629 de 25/02/1993; 11.775 de 17/09/2008; 12.844 de 19/07/2013; 9.782 de 26/01/1999; Lei 12.806 de 07/05/2013; 12.429 de 20/06/2011; 5.858 de 12/12/1972; 8.918 de 14/07/1994; 10.696 de 02/07/2003; e dá outras providências;

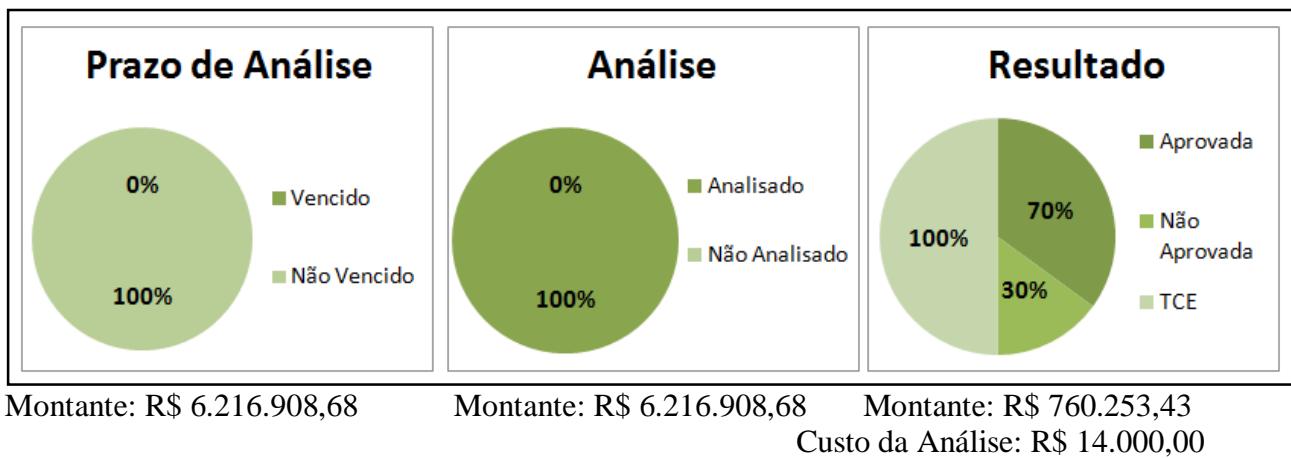
c) **Memorando nº. 237/2014/DD/INCRA/CIRCULAR, de 23/05/2013**, o qual estabelece oficinas de trabalho com o objetivo de desenvolver a sistemática de como proceder aos levantamentos dos créditos concedidos no período de 1985 a 2013, bem como aqueles que não foram contemplados com a remissão total, conforme previsto na MP nº 636/2013 e na Lei nº 13.001 de 20/06/2014, e sim com a concessão dos redutores previstos na citada Lei;

d) **Memorando Circular nº. 354/2014-DD, de 24/07/2014**, no qual informa sobre o adiamento da data de realização das oficinas mencionadas no Memorando nº 237/2014; e

e) **Memorando nº 361/2014-DD, de 25/07/2014**, que encaminha Nota Técnica sobre os procedimentos na aplicação do novo crédito instalação do PNRA, bem como a sistemática para cobrança dos créditos concedidos e que não foram contemplados pela legislação supramencionada.

Reforça-se que a UJ, mesmo com a grave limitação de pessoal em seu quadro de servidores, vem desenvolvendo ações no sentido de concluir os levantamentos de todos os processos de créditos concedidos aos beneficiários da reforma agrária nos assentamentos criados e reconhecidos, e que não foram atingidos pelas legislações mencionadas, para assim proceder as Guias de Recolhimento da União-GRU aos que terão que devolver valores ao erário, nos termos dos incisos e parágrafos inclusos no art. 3º da MP nº 636 de 26/12/2013, bem como aos incisos e parágrafos do art. 3º da Lei nº 13.001 de 20/06/2014.

## 7.6 Consolidação das informações sobre as Tomadas de Contas Especiais (TCE) instauradas pela superintendência.



A seguir serão efetuadas as análises gerenciais relativas ao processos de Tomadas de Contas Especiais ocorridas na UJ.

a) Instituto de Estudos Sócio-Ambientais/IESA, concluído em 27 de junho de 2014.

DADOS DO CONVÊNIO	
PROCESSO ORIGINAL	54350.001463/2004-80
INSTRUMENTO ORIGINAL	CV/INCRA/SR-21/0001/04
REGISTRO SIAFI (OU SICONV)	514134
OBJETO DO CONVÊNIO	Prestação de serviço de Assessoria Técnica, Social e Ambiental ó ATES a famílias assentadas nos Projetos de Assentamentos Piquiazal, e Pancada do Camaipí, localizados no Município de Mazagão/AP.
PROGRAMA DE TRABALHO	20.128.0137.4470.0001, fls 46
VIGÊNCIA DO CONVÊNIO	16/dez/2004 a 31/dez/2007, fls, 47
UG CONCEDENTE	Superintendência Estadual do Amapá INCRA/SR-21
CÓDIGO UG CONCEDENTE/GESTÃO	373039/37201
CONVENENTE/RESPONSÁVEL	Instituto de Estudos Sócio Ambientais - IESA
CNPJ CONVENENTE	01.002.877/0001-84
VALOR A CARGO DO CONCEDENTE	- R\$ 249.466,06 ó Valor inicial da avença - R\$ 322.681,53 ó Valor alterado no 1º Termo.
CONTRAPARTIDA DO CONVENENTE	- R\$ 2.494,66 ó Valor inicial da avença - R\$ 3.194,86 ó Valor alterado no 1º Termo
ORDENS BANCÁRIAS, VALOR E DATA	2004OB901111 - R\$ 39.389,37 - 20.12.04 2005OB900929 - R\$ 105.000,00 - 24.08.05 2006OB900663 - R\$ 35.914,00 - 16.08.06 2006OB900664 - R\$ 16.586,00 - 16.08.06 2006OB901429 - R\$ 23.277,34 - 27.12.06 2006OB901430 - R\$ 21.222,66 - 27.12.06 2007OB901087 - R\$ 8.000,00 - 08.10.07 2007OB901267 - R\$ 26.250,00 - 24.10.07
DADOS DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL	
PROCESSO DE TCE	54350.000940/2008-13
UG RESPONSÁVEL PELA TCE	Superintendência Regional do INCRA/AP
CÓDIGO UG RESPONSÁVEL PELA TCE	373039/37201
RESPONSÁVEL	- Instituto de Est. Sócio Ambientais ó IESA Na Pessoa dos Srs. Resp. Solidário com: - Rogério Lopes Meireles

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <i>Marcelo Fernando Garcia de Garcia</i></li> <li>- <i>Oberdan Mascarenhas de Andrade</i></li> <li>- <i>Carlos Henrique Schmidt</i></li> <li>- <i>Vandil Luiz Lima Nicácio</i></li> </ul>
<b>CPF DO RESPONSÁVEL</b>	CNPJ nº 01.002.877/0001-84 CPF nº 511.166.692-34 CPF nº 323.784.670-87 CPF nº 397.776.182-04 CPF nº 474.462.340-91 CPF nº 645.448.692-34
<b>CARGO À ÉPOCA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- IESA ó Convenente.</li> <li>- Repres. Legais / Gerentes Executivos</li> </ul>
<b>MOTIVO/CONSTATAÇÃO</b>	Não apresentação da prestação de contas final do convênio e não apresentação de justificativas nas prestações de contas parciais.
<b>VALOR ORIGINAL DO DÉBITO</b>	R\$ 82.246,97 (R\$ 85.246,97 ó R\$ 3.000,00)
<b>VALOR ATUALIZADO DO DÉBITO</b>	R\$ 204.983,06
<b>DATA DE REFERÊNCIA</b>	30/09/2013
<b>INICIATIVA DE INSTAURAÇÃO</b>	Área técnica do órgão concedente

Fonte: CTCE N°

Medidas sugeridas pela Comissão de TCE, verbis, conclusão Relatório do Tomador de Contas:

### CONCLUSÃO

Diante do exposto e com base nos documentos anteriormente citados, constantes deste processo, entende esta Comissão de Tomada de Contas Especial, tendo em vista que o repasse foi de R\$-275.639,37 (duzentos e setenta e cinco mil, seiscentos e trinta e nove reais e trinta e sete centavos), onde a convenente efetuou devolução de R\$-3.000,00 (três mil reais), apurou-se que o dano ao erário foi de R\$-82.246,97 (oitenta e dois mil, duzentos e quarenta e seis reais, noventa e sete centavos), cujo valor atualizado até 30/09/2013 é de R\$204.983,06 (duzentos e quatro mil, novecentos e oitenta e três reais, seis centavos), sob a responsabilidade do Instituto de Estudos Sócio Ambientais/IESA - CNPJ nº 01.002.877/0001-84 e Responsáveis Solidários *Rogério Lopes Meireles* - CPF nº 511.166.692-34, *Marcelo Fernando Garcia de Garcia* - CPF nº 323.784.670-87, *Oberdan Mascarenhas de Andrade* - CPF nº 397.776.182-04, *Carlos Henrique Schmidt* - CPF nº 474.462.340-91 e *Vandil Luiz Lima Nicácio* - CPF nº 645.448.692-34. Referido valor foi registrado pela Superintendência Regional do INCRA/AMAPÁ (Setor de Contabilidade) na conta óDiversos Responsáveis Apuradosó, mediante a Nota de Lançamento nº 2014NL000040, 2014NL000041, 2014NL000042, 2014NL000043, 2014NL000044 e 2014NL000045 de 26/06/2014 (fls. 481 a 486).ö

b) **Poli Construções LtdaóEPP**, concluído em 27 de agosto de 2014.

<b>DADOS DO CONTRATO</b>	
<b>PROCESSO ORIGINAL</b>	54350.000646/2011-15
<b>INSTRUMENTO ORIGINAL</b>	CRT/AP 05.000/2011
<b>OBJETO DO CONTRATO</b>	Contratação de serviços especializados para a construção de 27,7 km de estradas vicinais no Projeto de Assentamento Bom Jesus dos Fernandes, Município de Tartarugalzinho/AP.
<b>PROGRAMA DE TRABALHO</b>	PTRES ó 022111      PTRES ó 022111 Fonte ó 176370002      Fonte ó 176370002 ND ó 449051      ND ó 449051 PI ó D0137839619      PI ó C0137839619 2011NE800207      2011NE800206 R\$-246.197,03      R\$-1.543.753,98
<b>VIGÊNCIA DO CONTRATO</b>	09/12/2011 a 03/11/2012 04/11/2012 a 03/03/2013 - 1º Aditivo 04/03/2013 a 01/07/2013 - 2º Aditivo

<b>UG CONCEDENTE</b>	Superintendência Reg. do INCRA do Amapá	
<b>CÓDIGO UG CONCEDENTE/GESTÃO</b>	373039/37201	
<b>CONTRATANTE/RESPONSÁVEL</b>	Poli Construções Ltda - EPP	
<b>CNPJ CONTRATADO</b>	01.289.920/0001-34	
<b>VALOR A CARGO DO CONTRATANTE</b>	R\$ 1.789.951,01	
<b>ORDENS BANCÁRIAS, VALOR, DATA</b>	2011OB800927 - R\$-39.535,41 - 30.12.2011	
	2012OB800144 - R\$-440.267,79 - 30.03.2012	
	2012OB800689 - R\$-320.400,02 - 24.10.2012	
	2012OB801082 - R\$-372.960,54 - 31.12.2012	
<b>DADOS DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL</b>		
<b>PROCESSO DE TCE</b>	54350.000557/2014-11	
<b>UG RESPONSÁVEL PELA TCE</b>	373039 ó Superintendência do INCRA/Ap	
<b>CÓDIGO UG RESPONSÁVEL PELA TCE</b>	373039/37201	
<b>RESPONSÁVEL</b>	Poli Construções Ltda - EPP	
	João Wilton Ribeiro Alvino Júnior	
<b>CNPJ/CPF DO RESPONSÁVEL</b>	CNPJ nº01.289.920/0001-34	
	CPF nº001.718.052-08	
<b>CARGO À ÉPOCA</b>	Representante Legal da Empresa Poli Construções Ltda. - EPP	
<b>MOTIVO/CONSTATAÇÃO</b>	Inexecução parcial do objeto pactuado	
<b>VALOR ORIGINAL DO DÉBITO</b>	R\$-62.648,28 (30/JUL/2013)	
<b>VALOR ATUALIZADO DO DÉBITO</b>	-R\$ 68.700,90	
<b>DATA DE REFERÊNCIA</b>	31/07/2014	
<b>INICIATIVA DE INSTAURAÇÃO</b>	Gabinete do INCRA/AP - SR/21	

Fonte: CTCE Nºº

Medidas sugeridas pela Comissão de TCE, verbis, conclusão Relatório do Tomador de Contas:

### CONCLUSÃO

Nesta esteira, sugerimos ao Gabinete da Superintendencia Regional do Amapá, caso esteja de acordo, e com o devido autorizo, a abertura de processos, sendo necessário para a sua composição, Relatório de Fiscalização óin locoö de um perito da área (Engenheiro Civil), análises da assessoria jurídica da Procuradoria Federal do INCRA/AP, orçamentário e contábil/financeira, para atender:

a ó Processo de Restos a Pagar;

b ó Processo de Reconhecimento de Dívida; e

c ó Processo para apuração de responsabilidade, conforme disposto na legislação pertinente.

Lembramos que tais procedimentos são de competência exclusiva da SR/21-GAB, não cabendo essas ações à Comissão de Tomada de Contas Especial.

Diante do exposto e com base nos documentos anteriormente citados, constantes deste processo, entende esta Comissão de Tomada de Contas Especial, tendo em vista que o valor da multa inicialmente foi de R\$ 62.648,28 (sessenta e dois mil, seiscentos e quarenta e oito reais, vinte e oito centavos), cujo valor atualizado até 30/07/2014 é de R\$-68.700,90 (sessenta e oito mil, setecentos reais, noventa centavos), sob a responsabilidade da: Empresa Poli Construção LtdaóEPP, CNPJ nº01.289.920/0001-34 e do Senhor João Wilton Ribeiro Alvino Júnior, CPF nº001.718.052-08, representante da Empresa. Referido valor foi registrado pela Superintendência Regional do INCRA/AMAPÁ (Setor de Contabilidade) na conta óDiversos Responsáveis Apuradosö, mediante a Nota de Lançamento nº 2014NL000068 e 2014NL000069, de 15/08/2014 (fls. 467/468).

Por este motivo, a punição prevista no Edital e no Contrato CRT INCRA/AP 05.000/2011, demonstrou que a dosimetria da pena administrativa levou em conta a legalidade do bem protegido, e que é licita a aplicação da penalidade de multa para a avença, visto que também não constrangeu o princípio da proporcionalidade, ilustrado da boa governança no agir administrativo.

Conquanto, e considerando o Parágrafo único do Art. 19 da Instrução Normativa ó TCU nº71, de 28 de novembro de 2012, caso seja efetivado o procedimento processual de restos a pagar/reconhecimento de dívida, sugerimos a realização compensatória do referido débito.ö

**Crédito Habitação INCRA/Ap**, em andamento (com procedimento para citação dos responsáveis): o referido processo foi originado a partir do Acórdão 696/2006-TCU.

A justificar a dilatação do prazo no andamento dos trabalhos, e após todas as ações necessárias, a Comissão deverá aguardar o tempo necessário para o qual terá de se pronunciar no seu relatório final, quanto às demais medidas, o qual consiste em pré-requisito essencial conforme legislação dos órgãos de controle.

Desta forma, estão sendo tomadas todas as providências de competência desta Comissão de Tomada de Contas Especial, para conclusão do feito, sendo que ainda falta a notificação de 32 (trinta duas) Pessoas Jurídicas e de seus Responsáveis. Processo nº 54350.000.1696/2013-736 TCU-Acórdão nº 696/2006 Plenário- Em apartado ao processo nº 54350.000.716/2008-21.

---

## 8. CONFORMIDADES E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

---

### 8.1 De acordo com Anexo V, síntese geral das determinações/recomendações do TCU.

---

Em 2014, foram atendidos os seguintes acórdãos:

Acórdão 1178/2013-TCU-Plenário:

*9.5. determinar à Superintendência Regional do Incra no Estado do Amapá (SR(21)) que implemente, no prazo de 120 dias, e informe ao Tribunal, as seguintes medidas:*

*9.5.1. exigência de, no mínimo, três pesquisas de preços de diferentes fornecedores para a aquisição de bens de que tratam os processos de concessão de crédito, fazendo incluir essas pesquisas nos respectivos processos, conforme disposto no art. 22 da Norma de Execução Incra 67/2007;*

*9.5.2. realização de pesquisa paralela de preços dos itens alimentação, equipamentos e materiais de construção, com vistas a aferir se as pesquisas de preços levadas a efeito pelas associações e/ou representantes dos beneficiários estão compatíveis com os preços praticados no mercado, bem assim faça exigir que conste nos documentos fiscais a marca do produto e/ou o tipo de madeira fornecida;*

*9.5.3. elaboração e disponibilização aos beneficiários dos créditos destinados a aquisição de materiais de construção, os projetos das moradias com planta, especificações técnicas e orçamento completo, assinado por técnico habilitado, de forma a garantir o saneamento básico e o conforto térmico dos beneficiários, conforme disposto no art. 16, § 1º, V e VII, da Norma de Execução Incra 67/2007;*

*9.5.4. constituição dos processos de concessão de crédito com toda a documentação prevista nos arts. 18, § 1º e incisos, 32, parágrafo único, e 33, da Norma de Execução Incra 67/2007;*

*9.5.5. avaliação sobre o cumprimento do termo de compromisso formalizado, em 24/11/2010, entre a Superintendência Regional do Incra no Estado do Amapá (SR(21)) e o sr. Ivelton Moraes Nunes para correção dos defeitos constatados na construção de moradias na localidade denominada Breu;*

*9.5.6. observação da legislação referente à utilização do cartão de pagamento do governo federal, evitando falhas na execução de despesas por meio de suprimento de fundos, especialmente quanto aos documentos comprobatórios das despesas;*

*9.5.7. implementação de controles para o acompanhamento de transferências voluntárias, especialmente quanto à concessão, à fiscalização da execução do objeto e à análise das prestações de contas.*

Respondido através do **Ofício nº 856/2014-GAB/SR/21/AP**, o mesmo foi objeto do Acórdão nº. 3255/2014-TCU-Plenário exarado pelo Tribunal de Contas da União-TCU que considerou cumpridas as determinações contidas nos itens 9.5.1, 9.5.2, 9.5.3, 9.5.4 e 9.5.5, quanto aos demais itens foram proferidas as seguintes recomendações:

*9.1.7. recomendações:*

*1.7.1. recomendar a Superintendência Regional do Incra no Estado do Amapá-Incra/AP: que faça constar do Relatório de Gestão, referente ao Exercício de 2014 informações sobre: i) à aplicação da legislação referente à utilização do cartão de pagamento do governo federal, evitando, pois, falhas na execução de despesas por meio de suprimento de fundos, especialmente quanto aos documentos comprobatórios das despesas; ii) à implementação de controles para o acompanhamento de transferências voluntárias, especialmente quanto à concessão, à fiscalização da execução do objeto e à análise das prestações de contas.*

Resposta:

i) A UJ procura observar as normas que regulamentam a utilização do Suprimento de Fundos (cartão de Pagamento), através da legislação pertinente (Portaria/MF/nº. 095/2002, Portaria/MF/nº. 448/2002, Portaria/MP/nº. 41/2005, alterada pela Portaria/nº. 44/2006, IN/STN/nº. 04/2004 e Macrofunção 02.11.21, Manual Siafi, atualizada em 2005, Lei nº. 4.320/64, decreto-lei nº. 200/67, decreto nº. 93.872/86 alterado pelo decreto nº. 5.026/2004, decreto nº. 941/93 alterado pelo decreto nº. 2.397/97 e decreto nº. 5.355/2005.

As ferramentas de controle utilizadas na execução, apesar da especificidade da despesa se dá através do Empenho, Liquidação e Pagamento, sempre observando: trata-se de despesas de pequeno vulto ou despesas eventuais, enquadrando a natureza da despesa e o teto regulatório. Assim como, a tempestividade na prestação de conta, evitando inconsistência e inconformidade nos registros contábeis.

ii) Quanto aos controles para acompanhamento de transferências voluntárias: as transferências voluntárias no âmbito do Incra-Amapá, seguem o estabelecido nas legislações que regem a matéria no âmbito federal, sendo que na UJ, o acompanhamento segue o seguinte rito:

a. A proposta de convênio a ser analisada, é primeiramente encaminhada ao setor técnico competente que cuida da matéria, em conformidade com as competências estabelecidas no Regimento Interno para cada Divisão, este encaminhamento leva em conta o objeto do convênio proposto, tais como: obras de infraestrutura, educação no campo, meio ambiente e outros. Para cada objeto há um setor responsável, correspondente ao Programa Governamental.

b. Na análise técnica acima avalia-se: compatibilidade da proposta com o objetivo do programa do Governo Federal, importância e impacto social aos beneficiários do objeto e capacidade física e técnica da entidade proponente.

c. Existe na estrutura da Divisão de Administração do Incra/Ap o Núcleo de Contratos e Convênios, que cuida do aspecto formal das Transferências Voluntárias, tais como: expedição de documentos, elaboração de minutas de termos e aditivos, verificação de regularidade fiscal da entidade e outros encaminhamentos administrativos que se fizerem necessários.

d. Ocorrendo a celebração efetiva da Transferência Voluntária, a Superintendência designa, imediatamente, os fiscais que acompanharão o instrumento até sua conclusão. E nos termos da Portaria Interministerial/nº. 507/2017, são designados 02 (dois) fiscais para cada instrumento, conforme atribuições abaixo:

- **Fiscal Técnico**, que ficará responsável pelo acompanhamento físico da execução do objeto, verificando a compatibilidade desta com o Plano de Trabalho e o cumprimento de metas definidas. Ao término da vigência este irá emitir Parecer Técnico conclusivo quanto ao atingimento ou não do objeto conveniado.

- **Fiscal Financeiro**, que ficará responsável pelo acompanhamento formal e financeiro do instrumento, verificando a regularidade das informações registradas no Portal SICONV e a regular aplicação dos recursos repassados, conforme o estabelecido inicialmente.

e. A análise da Prestação de Contas das transferências voluntárias é atribuição da Contabilidade, conforme previsto no Regimento Interno do Incra, setor este está na estrutura da Divisão de Administração da UJ.

Igualmente informa-se que ainda que sejam adotados os controles acima, caso seja detectado alguma irregularidade, seja na fase da execução ou na fase de prestação de contas, a UJ sempre buscou atender ao constante na legislação vigente, emitindo notificações à conveniente para adequação/regularização, sob pena de registro na inadimplência e instauração de Tomada de Contas Especial.

Também foram adotadas providências para atender as recomendações contidas no Acórdão nº 5269/2011-TCU-1ª Câmara:

*9.3. Determinar à Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Amapá que:*

*9.3.1. em atendimento aos disposto na Portaria STN nº 564/2004, atualizada pela Portaria STN nº 467/2009 e pela Portaria STN 664/2010, constitua e contabilize a provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação aos*

*valores de créditos recebíveis a título de crédito instalação.*

*9.3.2. conclua o processo administrativo disciplinar instaurado pela Portaria Incra/SR(21) nº 22, de 2/7/2007 para dar cumprimento ao item 9.4.2 do Acórdão TCU nº 1260/2009-Plenário;*

*9.3.3. no tocante aos convênios com registro de ônus adimplênciia efetivaõ, adote as medidas administrativas internas cabíveis, inclusive, se for o caso, a identificação dos responsáveis, quantificação do dano e, se infrutífera a obtenção do ressarcimento, instaure a competente tomada de contas especialõ.*

A resposta à Corte de Contas ocorreu através do Ofício nº 1.149/2014/GAB-Incra, que informou o que segue:

**9.3.1.** Em resposta esta determinação consultamos o Incra-sede sobre as providências que estão sendo adotadas pela Autarquia para atender a determinação contida no Acórdão nº 5269-TCU-1<sup>a</sup> Câmara, e recebemos da Divisão de Análise e Orientação Contábil/DAC-1/DA/Incra-sede, a seguinte informação *ðNo momento, não há como orientar as Superintendências no que tange ao assunto do item 9.3.1. do documento em anexo. Está em fase de conclusão, no âmbito desta Autarquia, o SICCI - Sistema de Cobrança do Crédito, cuja implantação tem como previsão ainda este ano, uma vez que o referido aplicativo encontra-se em fase conclusiva. Peço para aguardar a conclusão do SICCI para que assim possamos orientá-los com o referido questionamento.*

**9.3.2.** Seguem anexas as cópias do relatório final da Comissão encarregada de apurar as possíveis irregularidades constantes dos processos 54350.000839/02-77 (anulado parcialmente) e 54350.000956/2007-45, do parecer jurídico e do Memo/nº. 197/SDH. Informamos ainda que não foi instaurada nova comissão, pois o processo principal se encontra desaparecido.

**9.3.3.** Em resposta seguem anexas as cópias dos seguintes documentos: MEMO/INCRA/SR-21/NCC/nº. 027/2011, que fala sobre o item 9.3.3. do acórdão, a situação permanece inalterada até o momento pois, os processos no TCU, conforme cópias do SISPROT que também seguem anexas.

A UJ ainda não recebeu informações da Corte de Contas, sobre o resultado da análise dos documentos apresentados.

---

## **8.2 De acordo com Anexo VI, síntese geral das recomendações do CGU.**

---

Demonstração do cumprimento das recomendações do órgão de controle interno (CGU) no relatório de auditoria de gestão do exercício anterior.

### **Ofício nº 436/2014/GAB óIncra, Macapá, 16 de abril de 2014-Resposta a SA 003**

Item 1-Informar das providências adotadas em relação às recomendações contidas na Nota Técnica nº 269/2014-CGU-Regional/AP, de 5.2.2014. Nos casos em que as recomendações ainda não foram atendidas, esclarecer os motivos.

Prazo de Atendimento: 15//04/2014.

Resposta.:

*Item 1.1.2.1/022/001-Detalhe da última avaliação: ðDe fato, a Norma de Execução nº 76, publicada em 2008, traz em seu texto a necessidade de verificar a viabilidade técnica e econômica dos projetos a serem financiados no âmbito do Programa. Entretanto, a especificada norma não consignou detalhamento acerca da necessidade de verificação de pré-requisitos de infraestrutura, procedimento que, por óbvio, deve ser realizado em antecedência ao financiamento do projeto.*

*As impropriedades constatadas indicam que a Norma de Execução não foi suficiente para impedir que o projeto fosse aprovado sem que itens essenciais ao funcionamento fossem atendidos. Ademais, no sítio eletrônico do INCRA consta que a mesma foi revogada.*

*Pelo que foi exposto, reitera-se a recomendação, a fim de minimizar riscos de financiamentos de novos projetos de agroindústria, sem que haja certificação do atendimento de itens mínimos de infraestrutura.*

R- Quando da elaboração e execução do termo de referência para contratação da unidade de beneficiamento de açaí do PAE Anauaerapucu ainda vigorava a NE/Nº 76/2008, a qual não especifica detalhadamente os pré-requisitos para implementação dos projetos financiáveis pelo Programa Terra Sol, esta norma foi revogada em 2012 pela NE/Nº 103/2012, que também foi revogada, atualmente está em vigor a NE/Nº 109/2013, publicada no Boletim de Serviço nº 50, de

16/12/2013, esta norma já consigna a necessidade de existência de abastecimento de água, eletrificação rural e estradas vicinais.

No âmbito da SR, a ordem de serviço que designou a equipe do Programa Terra Sol foi tornada sem efeito, e foi emitida nova ordem (OS/INCRA/SR(21)AP/Nº 39/2014) a qual já incluiu a obrigatoriedade de cumprimento dos termos da NE/Nº 109/2013 .

**Item 1.1.2.1/022/002-Detalhe da última avaliação:** *õA SR-21/AP informou que encaminhou expediente à CEA, no fito de reforçar a necessidade de providenciar a instalação de equipamentos necessários ao fornecimento da energia adequada à AFTA. Para fins de baixa da recomendação, a CGU-R/AP aguarda cópia da documentação encaminhada à CEA ou documentação que comprove que a AFTA já se encontra em funcionamento (registros fotográficos da agroindústria em operação, ofícios expedidos pela AFTA, relatórios de acompanhamento produzidos pela SR-21/AP, etc.).*ö.

R- Segue anexo o Ofício nº 06/2014-ATFA, comprovando que a unidade de beneficiamento de açaí do PAE Anauerapucu se encontra em funcionamento.

**Item 1.2.2.2/020/001-Detalhe da última avaliação:** *õA SR-21/AP informou a realização da capacitação dos servidores atuantes nos setores de licitação, contratação e execução de convênios, entretanto não encaminhou documentação comprobatória dos cursos/treinamentos realizados por eles em 2013. A CGU-R/AP aguarda o encaminhamento dessa documentação (certificados, ordens bancárias emitidas para participação em eventos promovidos por entidades privadas, etc), para fins de baixa da recomendação.*ö.

R- Seguem anexos os certificados dos servidores:

Cristiane do Rosário Figueiredo: Módulo Convênios Federais, Contratos de Repasse e Termos de Parceria do Curso de Gestão Pública, e Elaboração de projeto Básico Termo de Referência para Contratações Públicas (segue anexo o processo nº 54350.000059/2013-80);

Elias Pinheiro: Módulo Elaboração de Projeto Básico e Termo de Referência do Curso Processos da Gestão Pública/2011, e Programa de Desenvolvimento de Gestores de Tecnologia da Informação (DGTI);

Fabrício Souza Dias: Treinamento em SICONV;

Gersuliano da Silva Pinto: Curso Completo e Prático sobre Licitações e Contratos;

José Assis Martins: Módulo Convênios Federais, Contratos de Repasse e Termos de Parceria do Curso de Gestão Pública, e Curso Completo, Prático sobre Licitações e Contratos, Curso de Pregão nas Formas Presencial e Eletrônica, com Formação de Pregoeiros;

Joval Farias da Costa: Módulo Elaboração de Editais para Aquisição no Setor Público do Curso Processos da Gestão Pública;

Maria José Souza Leite: Treinamento em SICONV;

Pedro Carlos Rosa da Silva: Treinamento em SICONV;

Raimundo Alan Kardec Borges de Souza: Como Ligar Obras e Serviços de Engenharia com Eficiência na Administração Pública, e Legislação Aplicada à Logística de Suprimentos;

Raimundo Jonatas Rodrigues Santos: Curso de Elaboração de Termo de Referência e Projeto Básico (segue anexo o processo nº 54350.000170/2014-57);

Silvio Costa Silva: Curso de Elaboração de Termo de Referência e Projeto Básico (segue anexo o processo nº 54350.000170/2014-57);

Vilçon Cavalcante Cardoso: Curso de Elaboração, Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos.

Também foram solicitadas capacitações para os Eng. Civis Ozias Lima de Moraes e Silvio Costa Silva, no ôTreinamento sobre Projeto Básico de Obras e Serviços de Engenharia, porém, o pedido foi indeferido pela sede por falta de recurso orçamentário.

**Item 1.2.2.2/020/002-Detalhe da última avaliação:** *õA SR-21/AP não ofereceu informações sobre eventuais ações adotadas para o atendimento da recomendação; motivo pelo qual, é reiterada.*

*Ressalta-se que o objetivo da recomendação não é o estudo dos prazos em si, mas permitir à SR-21/AP um planejamento factível para o cronograma de licitações, de forma a evitar que novas ocorrências da impropriedade constatada venham a acontecer.*ö.

R- Conforme Mem. Nº 044/2014/GAB/Incra, de 24/04/2014, a SR indicou os servidores Harrison Monteiro de Carvalho e Raimundo Jonatas Rodrigues Santos, lotados na Divisão de Administração, para realizarem levantamentos, a partir do histórico da Unidade no andamentos do processo licitatório, bem como, planejar anualmente o planejamento de compras da instituição, a designação

será feita através de ordem de serviço (segue anexa cópia do memorando).

Item 1.2.2.2/020/003-Detalhe da última avaliação: õA CGU-R/AP aguarda manifestação acerca de eventuais providências adotadas pelo gestor.ö.

R- Conforme Mem. Nº044/2014/GAB/Incra, de 24/04/2014, a SR indicou os servidores Harrison Monteiro de Carvalho, Cleiton Coimbra da Costa e Silvio Costa Silva, lotados nas Divisões de Administração e Desenvolvimento, para realizarem o planejamento de compras da instituição, a designação será feita através de ordem de serviço (segue anexa cópia do memorando).

Item 1.2.2.3/029/002-Detalhe da última avaliação: õMuito embora tenha ocorrido capacitação de agentes atuantes nos setores de licitação, contratação e execução de convênios permaneceu pendência relativa à capacitação de servidores atuantes no setor de Engenharia. Diante da pendência de oferecer capacitação sobre tema relevante no contexto da atuação da SR-21/AP, reitera-se a recomendação.ö.

R- Conforme informado anteriormente no Item 1.2.2.2/020/001-Detalhe da última avaliação, a capacitação foi solicitada ao Incra-sede, porém o pedido foi indeferido por falta de recurso orçamentário.

Item 1.2.2.3/029/003-Detalhe da última avaliação: õA SR-21/AP não ofereceu informações sobre eventuais ações adotadas para o atendimento da recomendação; motivo pelo qual, é reiterada. Ressalta-se que a demora na implementação da recomendação pode vir a dificultar ações da SR-21/AP para sanear pagamentos indevidos, caso sejam detectadas impropriedades na planilha de BDI do contratado.ö.

R- Seguem anexos os esclarecimentos do Setor de Infraestrutura.

Item 2.2.1.1/023/001-Detalhe da última avaliação: õA SR-21/AP informou a realização da capacitação do servidor atuante na área de aquisição e fiscalização de serviços TI, proporcionando ao mesmo vários treinamentos relativos às áreas. A CGU-R/AP aguarda o encaminhamento dessa documentação (certificados, ordens bancárias emitidas para participação em eventos promovidos por entidades privadas, etc), para fins de baixa da recomendação.ö.

R- Vide Item 1.2.2.2/020/001-Detalhe da última avaliação retromencionado.

Item 2.2.1.1/023/002-Detalhe da última avaliação: õConforme demonstrado pelo gestor, a SR-21/AP tem adotado ações no sentido de adequar a quantificação e critérios de mensuração dos serviços de TI em consonância com a legislação. Entretanto, em virtude de o lançamento do termo de referência ainda não ter ocorrido, bem como a contratação dele decorrente, a recomendação é reiterada.ö.

R- Encontre-se em tramitação nesta SR o processo nº 54350.000549/2013-86, para contratação dos serviços de suporte de TI, o mesmo está na CPL para os procedimentos de elaboração do edital. Segue anexo por meio digital os arquivos do planejamento da contratação.

Item 2.2.1.1/023/004-Detalhe da última avaliação: õA SR-21/AP apresentou documentação comprobatória da notificação às seções do teor contido na recomendação.ö.

R- Segue anexo o novo informativo.

Item 2.2.1.1/023/005-Detalhe da última avaliação: õO descumprimento da cláusula editalícia foi considerado pela equipe de auditoria tomando por referência a reunião de alinhamento entre os contratados e os técnicos do INCRA-Sede, ocorrida em 27/11/2012, na qual foi estipulado prazo de 60 dias para a implantação. Conforme registrado no relatório 201305841 e autos dos processos relativos às contratações em referência, os primeiros relatórios gerados por sistema de gerenciamento de chamados são datados de 07/03/2013, no tocante ao contrato n.º 01000/2012, e de 01/04/2013, no caso do contrato n.º 02000/2012.

*Por isso, a recomendação é reiterada.ö.*

R- Com relação este item informamos que:

As empresas iniciaram a instalação no dia 02/01/2013 e não a concluíram devido aos problemas apresentados no servidor de rede.

Conforme documento em anexo houve abertura de chamado ao INCRA-SEDE para resolução do problema, mas sem sucesso.

No dia 30/01/2013, vencido o prazo para a instalação do sistema e sem resposta da DET, o gestor de TI da SR-21 enviou e-mail relatando o problema.

No dia 19/02/2013, observando que a DET (responsável pelos servidores de redes), não resolia o problema, foi pedido pelo gestor de TI da regional para encerrar o chamado e instalar o sistema em um microcomputador simples. Por isso, os chamados só começaram a ser registrados após essa data.

Dessa forma, entende-se que os fornecedores não tiveram culpa na conclusão tardia da instalação do sistema e, portanto, não devem ser glosadas. (segue cópia do memorando).

Anexo 1 ó E-mail cobrando solução do problema

**Assunto:** Fwd: Problema na implantação do Ocomon  
**De:** Elias <elias.pinheiro@mpa.incra.gov.br>  
**Data:** 30/01/2013 11:32  
**Para:** Ana Calonego <ana.calonego@incra.gov.br>

Olá Ana,

As empresas instalaram o ocomon, mas ocorreu um problema no acessos das máquinas ao servidor.

Foi aberto chamado para a DET, mas ao final foi informado que a DET não daria suporte.

Leia ai o relatório de atendimento e diga o que você acha.

Se for o caso, o paulo pode rodar o ocomon em um desktop em vez de rodar no servidor.

Anexo 2 ó Histórico do chamado

**OcoMon - Relatório para atendimento.**

<b>Número:</b>	52635	<b>Área de Atendimento:</b>	05 - SUPORTE NÍVEL 3
<b>Incidente:</b>	APLICACAO		
<b>Descrição do Incidente:</b>	Temos um servidor que utilizamos ele como Servidor de Backup. Foi instalado nele o ocomon. Quando eu tento acessar o ocomon através de outro computador através do ip da máquina/ocomon da seguinte mensagem: "Forbidden: You don't have permission to access /ocomon on this server". Preciso de permissão para acessar esse servidor, pois nosso ocomon está instalado nele. O IP da máquina é 10.21.0.3 e o nome é smpa03.		
Assentamento 1 de 28 por francisco.bicudo em 02/01/2013 10:11:52	Ocorrência encaminhada/alterada por francisco.bicudo		
Assentamento 2 de 28 por francisco.bicudo em 03/01/2013 16:05:16	Transferindo o chamado para a aplicação		
Assentamento 3 de 28 por francisco.bicudo em 09/01/2013 10:39:42	Ocorrência encaminhada/alterada por francisco.bicudo		
Assentamento 4 de 28 por judson.filgueira em 09/01/2013 10:39:46	Em atendimento por judson.filgueira		
Assentamento 5 de 28 por judson.filgueira em 09/01/2013 10:41:07	Foi realizada a desinstalação do wamp server 2.1 e instalada a versão 2.2		
Assentamento 6 de 28 por judson.filgueira em 10/01/2013 13:30:43	Ocorrência encaminhada/alterada por judson.filgueira		
Assentamento 7 de 28 por infor.mpa em 23/01/2013 11:41:39	Boa dia. Tem alguma novidade sobre o problema de acesso ao ocomon no servidor daqui de Amapá?		
Assentamento 8 de 28 por judson.filgueira em 29/01/2013 09:33:42	Descrição técnica do problema		
Assentamento 9 de 28 por judson.filgueira em 29/01/2013 09:33:42	Foi verificado que o software foi instalado por terceiros. Não damos suporte.		
Assentamento 10 de 28 por infor.mpa em 05/02/2013 10:01:40	Re-abrimos o chamado a pedido do Sr. Marcelo Sampaio. Lembrando que NÃO queremos suporte no Ocomon, e SIM no servidor descrito acima. Não conseguimos ter acesso a ele por outro computador pela barra de navegação.		
Assentamento 11 de 28 por judson.filgueira em 05/02/2013 16:07:40	Em atendimento por judson.filgueira		
Assentamento 12 de 28 por judson.filgueira em 05/02/2013 16:40:41	Foi realizado contato com o usuário Elias, para colher mais informações das necessidades, porém ele não estava no local. Conversei com o Paulo Filho, que disse que uma empresa particular foi responsável pela instalação do ocomon no servidor de backup do incra-MPA.. Disse ainda que o ocomon estava funcionando apenas no servidor, e que não consegue acessá-lo de uma		

	<p>máquina estação de trabalho, pelo browser. O técnico que instalou o ocomon, disse que o problema poderia ser de permissão para acesso. No dia seguinte à instalação, foi que o chamado foi aberto. Na conversa disse que o ideal seria que o contato tivesse sido feito na hora que o problema ocorreu, pois teríamos condições de dar um suporte mais adequado a solução do problema no momento do problema. Solicitei ao Paulo Filho sobre a possibilidade de conversarmos com o técnico, para podermos verificar como foi feita a instalação, o que foi feito e como o sistema estava funcionando. Antes de tudo precisamos de informações para sabermos como proceder. Pois o problema tanto pode ser de acesso, como de uma instalação insuficiente para rodar o software em ambiente web. aguardando contato do Elias para maiores esclarecimentos.</p>
Assentamento 13 de 28 por judson.filgueira em 06/02/2013 09:57:31	Na tentativa de contato, o usuário não foi localizado. Ainda não chegou.
Assentamento 14 de 28 por infor.mpa em 06/02/2013 16:34:52	A instalação do ocomon no servidor foi feita com o login adm_paulofilho
Assentamento 15 de 28 por judson.filgueira em 07/02/2013 09:22:12	O Paulo informou que o caminho para acesso ao ocomon é 10.21.0.3/ocomon
Assentamento 16 de 28 por judson.filgueira em 07/02/2013 10:09:08	Foi solicitado ao Paulo, que seja feita a instalação da versão anterior do wamp server, para 2.1, para testes juntamente com a equipe de segurança e equipe windows. Como a versão instalada do wamp server 2.2 parou de funcionar o ocomon. aguardando o Paulo proceder a instalação para dar prosseguimento
Assentamento 7 de 28 por infor.mpa em 07/02/2013 11:02:25	Como solicitado por judson.filgueira, foi feita a instalação do wamp server 2.1, mas o problema continua, mesmo tentando acessar pelo próprio servidor. Obs: Quando tento entrar na configuração do wamp server 2.1 ( <a href="http://localhost">http://localhost</a> ) aparece uma tela do IIS 7 ( que não aparecia antes, entrava normal na configuração).
Assentamento 18 de 28 por infor.mpa em 14/02/2013 10:23:59	Foi enviado um e-mail com anexo para <a href="mailto:judson.filgueira.stefanini@incra.gov.br">judson.filgueira.stefanini@incra.gov.br</a> , com o print da tela do localhost (Sem permissão de acesso).
Assentamento 19 de 28 por judson.filgueira em 14/02/2013 15:36:25	o e-mail com a imagem não chegou. Favor reenviar o email <a href="mailto:judson.filgueira.stefanini@incra.gov.br">judson.filgueira.stefanini@incra.gov.br</a> .
Assentamento 20 de 28 por infor.mpa em 14/02/2013 17:15:36	E-mail reenviado para <a href="mailto:judson.filgueira.stefanini@incra.gov.br">judson.filgueira.stefanini@incra.gov.br</a> .
Assentamento 21 de 28 por judson.filgueira em 14/02/2013 17:54:45	Ocorrência encaminhada/alterada por judson.filgueira
Assentamento 22 de 28 por judson.filgueira em 14/02/2013 18:00:27	<a href="http://10.21.0.3/ocomon">http://10.21.0.3/ocomon</a>
Assentamento 23 de 28 por infor.mpa em 14/02/2013 18:24:24	Como combinado com judson.filgueira por telefone, vou remover o wamp server e instalar o Vertrigo, para realizarmos novos teste no ocomon. Troca efetuada por Paulo Filho.
Assentamento 24 de 28 por infor.mpa em 18/02/2013 14:43:26	Foi feita a desinstalação do wamp server e foi instalado o Vertrigo (mesma função do wamp), sendo que não funcionou corretamente. Conversando com o elias (chefe da TI de Amapá), decidimos fazer a instalação do ocomon em um desktop normal (ocomon funciona normalmente), tendo em vista que o prazo para o funcionamento do ocomon esta terminando. Gostaria de agradecer pela atenção prestada pela equipe de TI da SEDE. Estarei entrando em contato com judson.filgueira para efetuar o fechamento do chamado. Paulo INCRA-SR21
Assentamento 25 de 28 por judson.filgueira em 19/02/2013 08:51:34	Muito bom dia Paulo, uma opção interessante, ja que há um prazo para que o ocomon funcione, é a seguinte: instale o ocomon em um desktop para que fique funcional e seja utilizado (em

	produção), enquanto isso, vai trabalhando numa solução definitiva em um servidor. Utilize o desktop apenas como um quebra galho para que possa atender as demandas. Depois que estiver tudo instalado e devidamente testado (como se fosse um ambiente de homologação) no novo servidor, desabilite o desktop e ponha o servidor em produção. É como se vc fosse desligar a chave de um e startar o outro para assumir o serviço. O que acha da opção? aguardo seu contato para que possamos conversar sobre o encerramento do chamado. Judson INCRA/SEDE	Filgueira
Assentamento 26 de 28 por infor.mpa em 19/02/2013 09:09:41	Bom dia No momento seria bom encerrar o chamado, vamos utilizar o ocomon do desktop. Qualquer coisa entro em contato novamente. Desde ja agradeço pela atenção. Paulo Roberto INCRA-SR21	Judson, Filho
Assentamento 27 de 28 por judson.filgueira em 19/02/2013 15:06:50	Descrição técnica do problema	
Assentamento 28 de 28 por judson.filgueira em 19/02/2013 15:06:50	Muito boa tarde Paulo! A pedido do Paulo Filho, estou encerrando o chamado. Paulo, caso queira dar continuidade ao processo de instalação no ocomon em um servidor, como num ambiente de testes, estamos disposição. A equipe do INCRA/SEDE desde ja coloca-se a disposição para quaisquer demandas. att., Judson Filgueira Analista de Produção - Production Analyst T +55 61 3411 7303 www.stefanini.com	INCRA/SEDE Analyst
<b>Unidade:</b>	INCRA-REGIONAIS	<b>Patrimônio do Equipamento:</b> 0
<b>E-mail do usuário solicitante:</b>	infor@mpa.incra.gov.br	<b>Ramal:</b> 96-32517987
<b>Local:</b>	SR-21 / AMAPA	<b>Técnico:</b> judson.filgueira
<b>Data de abertura:</b>	02/01/2013 09:51:03	<b>Data de Fechamento:</b> 19/02/2013 15:06:50
<b>Status:</b>	Encerrada	

**Item 3.1.1.2/036/003-Detalhe da última avaliação:** õA SR-21/AP não ofereceu informações sobre eventuais ações adotadas para o atendimento da recomendação; motivo pelo qual é reiterada.ô.

R- Após a instalação da nova equipe responsável pelo Sistema CGU-PAD, a mesma irá confeccionar planilha eletrônica para auxiliar no controle dos prazos legais dos processos administrativos disciplinares.

**Item 5.1.1.1/019/001-Detalhe da última avaliação:** õAo estabelecer tal recomendação, o fim visado foi proporcionar, aos servidores atuantes na área de confecção de editais de licitações, revisão interna capaz de verificar o alinhamento dos editais à legislação e jurisprudência afetas ao tema.

Tal supervisão permitirá que os textos dos editais sejam publicados com maior segurança, e tende a evitar que falhas sobre as quais reposam jurisprudências sedimentadas pelo TCU - como nos casos verificados na constatação - voltem a ocorrer.

O cumprimento da recomendação em nada prejudica as competências da Procuradoria Federal Especializada PFE/AGU.

Ademais, ressalta-se que o texto da então minuta de recomendação foi debatido e acordado junto à SR-21/AP, em reunião realizada em 05/06/2013.

Pelo ôexposto, a recomendação é reiterada.ô.

R- Conforme Mem. Nº 046/2014/GAB/Incra, de 24/04/2014, a SR indicou os servidores José Pascoal Nascimento Cordeiro e Raimundo Jonatas Rodrigues Santos, para comporem a instância de revisão sobre os editais confeccionados, conforme recomendação. A designação será feita através de ordem de serviço (segue anexa cópia do memorando).

**Item 5.1.1.1/019/002-Detalhe da última avaliação:** õA SR-21/AP informou a realização da capacitação de servidores atuantes na área de licitações. A CGU-R/AP aguarda o encaminhamento dessa documentação (certificados, ordens

bancárias emitidas para participação em eventos promovidos por entidades privadas, etc), para fins de baixa da recomendação.º

R- Vide Item 1.2.2.2/020/001-Detalhe da última avaliação retomencionado.

Item 5.2.1.1/035/001-Detalhe da última avaliação:º Os critérios serão implementados conforme recomendação desse órgão de controle.º

R- Segue anexa a resposta da CTCE.

### **Ofício nº 1.373/2014/GAB -Incra.-Resposta ao Ofício nº 26.690/2014-CGU-Regional/AP**

ºCumprimentando cordialmente Vossa Senhoria, e em resposta ao **Ofício nº 26.690/2014-CGU-Regional/AP**, relativo a recomendação contida no Relatório de Fiscalização, Ordem de Serviço 201407926, informamos que a Superintendência Regional do Incra no estado do Amapá, possui um servidor designado para atuar junto a Eletronorte nos assuntos que dizem respeito a eletrificação rural dos assentamentos sob jurisdição do Incra, esse servidor é o Sr. Américo Távora da Silva, e os pedidos de informação ou solicitação são efetuados formalmente a concessionáriaº.

### **Ofício nº 1424/2014/GAB óIncra - Resposta a SA 001**

**OS: 201305841 ó Nº Constatação: 035**

#### **RECOMENDAÇÃO**

**Nº OS: 201305841 ó Nº Constatação: 035 ó Nº Recomendação: 001**

*Implementar critérios da condução de processo de Tomada de Contas Especial a fim de observar o prazo de no máximo 90 dias para conclusão de TCE.*

**Resposta:** segundo informação da CTCE a demora para conclusão dos trabalhos ocorre devido à falta/insuficiência de recursos para realização das diligências necessárias. Desta feita, em 16/04/2014, encaminhamos a essa CGU-Regional, resposta da Comissão de TCE, a qual informa que o prazo de conclusão dos trabalhos está condicionado à descentralização de recursos para deslocamento da Comissão aos assentamentos onde ocorreram as irregularidades objeto da apuração, essa descentralização é efetuada pelo Incra-sede. Assim sendo, a UJ informa que irá incluir no seu Plano de Ação 2015 o planejamento para apuração de irregularidades por meio de TCE, PAD e sindicâncias.

**OS 201305841 ó Nº Constatação: 009**

#### **RECOMENDAÇÃO**

**Nº OS: 201305841 ó Nº Constatação: 009 ó Recomendação: 001**

*Exarar normativo interno para discriminar os responsáveis e a etapa dos processos relativos às aquisições na qual deverão ser considerados os critérios ou produzindo a justificativa ambiental; procedendo a sua inserção nos documentos convocatórios ou produzindo a justificativa para sua não utilização. O normativo interno deverá, ainda, estabelecer que, no caso de adoção, os critérios de sustentabilidade deverão ser objetivos, de forma a permitir a avaliação do cumprimento, ou não, pelos fornecedores contratados, dos critérios estabelecidos nos instrumentos convocatórios.*

**Resposta:** segue anexa a manifestação da CPL/SR(21)AP.

**OS: 201305841 ó Nº Constatação: 023**

#### **RECOMENDAÇÃO**

**Nº OS: 201305841 ó Nº Constatação: 023 ó Nº Recomendação: 002**

*Considerando os registros de demandas efetuados no âmbito dos contratos n.ºs 0100/2012 e 0200/2012, realizar levantamento sobre a real quantidade de serviços de suporte de TI e administração de rede necessários à SR-21/AP. A partir de então, providenciar a confecção de novo termo de referência, consoante a IN 04/2010, sobretudo no tocante à quantificação e mensuração dos serviços; de forma que ao fim da vigência do período atualmente contratado já estejam definidos os fornecedores selecionados em virtude da nova licitação.*

**Resposta:** o levantamento foi realizado no final do exercício de 2013 e o termo de referência foi elaborado obedecendo às orientações de contidas na IN/Nº 04, porém, a nova contratação ocorreu apenas no mês de outubro de 2014. A seguir copiamos informação prestada a essa CGU-Regional em 08/11/2013:

*ºO levantamento da quantidade de serviço de TI demandado já foi realizado e todos os dados já fazer parte dos Estudos Técnicos Preliminares do Planejamento da Contratação de Nova solução de TI para prestação de serviço de suporte de informática, conforme segue:*

**PERÍODO DE 01/02 a 25/10/2013****CHAMADOS FECHADOS - PROBLEMAS X ÁREAS DE ATENDIMENTO**

QUANTIDADE	SETOR	ÁREA DE ATENDIMENTO
595	COMPUTADOR	SUPORTE TECNICO
470	IMPRESSORA	SUPORTE TECNICO
165	CORREIO ELETRONICO	SUPORTE TECNICO
154	REDE WINDOWS	SUPORTE TECNICO
86	MULTIMIDIA	SUPORTE TECNICO
49	MONITORAMENTO	SUPORTE TECNICO
46	INFRAESTRUTURA	SUPORTE TECNICO
12	SEGURANCA DA INFORMACAO	SUPORTE TECNICO
<b>TOTAL</b>		<b>1577</b>

**PERÍODO DE 01/02 a 25/10/2013****CHAMADOS FECHADOS - FÁBRICA X ÁREAS DE ATENDIMENTO**

QUANTIDADE	FÁBRICA	ÁREA DE ATENDIMENTO
313	Terra Legal	Supor te Técnico
103	SDH - Serviço de Desenvolvimento Humano	Supor te Técnico
93	Obtenção	Supor te Técnico
92	NTI - Núcleo de tecnologia da Informação	Supor te Técnico
85	Delegacia do MDA	Supor te Técnico
77	Contabilidade e Finanças	Supor te Técnico
74	Desenvolvimento - Sala Técnicos	Supor te Técnico
73	Gabinete	Supor te Técnico
61	CPL - Comissão Permanente de Llicitação	Supor te Técnico
55	Brasil Quilombolas	Supor te Técnico
45	Administração	Supor te Técnico
45	Assistência Técnica do PDA	Supor te Técnico
35	Cartografia	Supor te Técnico
33	Credito	Supor te Técnico
32	Patrimônio	Supor te Técnico
31	Transporte	Supor te Técnico
26	PPCAD - Plano de Prevenção, Combate e Alternativas ao Desmatamento	Supor te Técnico
23	Desenvolvimento - Chefia	Supor te Técnico
22	Sala da Cidadania - Atendimento	Supor te Técnico
22	Titulação	Supor te Técnico
21	Cadastro	Supor te Técnico
21	Terra Sol	Supor te Técnico
19	Engenharia	Supor te Técnico
19	Gabinete - Superintendência	Supor te Técnico
19	Planejamento	Supor te Técnico
19	Protocolo	Supor te Técnico
17	Sala de Videoconferência e Treinamento	Supor te Técnico

15	Comissão	Supporte Técnico
15	Fundiário	Supporte Técnico
15	Sala da Cidadania - Ouvidoria	Supporte Técnico
14	Auditório	Supporte Técnico
14	Contratos e convênios	Supporte Técnico
9	Procuradoria	Supporte Técnico
7	Sala de Ativos de Redes	Supporte Técnico
6	Pronera	Supporte Técnico
3	SGI - Sistema de Gestão da Informação	Supporte Técnico
2	Almoxarifado	Supporte Técnico
2	Documentação da Mulher	Supporte Técnico
<b>TOTAL</b>		<b>1577</b>

**Período: 01-02-2012 a 25-10-2013**

**Total de horas válidas no período: 6250**

**Total de chamados fechados no período: 1577.**

<b>Resposta em até 0.5 horas:</b>	1514	9
	chamados =	6.01%
<b>Resposta em até 1 horas:</b>	48	3
	chamados	.04%
<b>Resposta em mais de 1 horas:</b>	15	0
	chamados	.95%
<b>Solução em até 4 horas:</b>	1564	9
	chamados =	9.18%
<b>Solução em até 6 horas:</b>	8	0
	chamados =	.51%
<b>Solução em mais de 6 horas:</b>	5	0
	chamados =	.32%

#### **Tempo de Resposta X SLA definidos**

<b>Resposta dentro do SLA:</b>	1576	9
	chamados	9.94%
<b>Resposta até 20% acima do SLA:</b>	1	0
	chamados	.06%

<b>Resposta acima de 20% do SLA:</b>	0	0
	chamados	%

<b>Tempo de resposta não definido para o setor:</b>	0	0
	chamados	%

#### **Tempo de Solução X SLA definidos**

<b>Solução dentro do SLA:</b>	1563	9
	chamados	9.11%
<b>Solução até 20% acima do SLA:</b>	3	0
	chamados	.19%

<b>Solução acima de 20% do SLA::</b>	11	0
	chamados	.7%

<b>Tempo de solução não definido para o problema:</b>	0	0
	chamados	%

#### **Tempo de Solução a partir da 1.ª resposta**

<b>Solução dentro do SLA:</b>	1567	9
	chamados	9.37%
<b>Solução até 20% acima do SLA:</b>	2	0
	chamados	.13%

<b>Solução acima de 20% do SLA::</b>	8	0
	chamados	.51%

<i>Tempo de solução não definido para o problema:</i>	0 chamados	%	0
<b>Tempo de Solução recalculado</b>			
<i>Solução dentro do SLA:</i>	1563 chamados	9.11%	9
<i>Solução até 20% acima do SLA:</i>	3 chamados	.19%	0
<i>Solução acima de 20% do SLA::</i>	11 chamados	.7%	0
<i>Tempo de solução não definido para o problema:</i>	0 chamados	%	0
<b>Quadro de chamados por tempo em cada status</b>			
STATUS	TEMPO	UAL	PERCENT
<i>Em atendimento</i>	398:07:37		50.6490%
<i>Aguardando atendimento</i>	387:55:25		49.3510%
<b>Quadro chamados por tempo de dependência de atendimento</b>			
DEPENDÊNCIA	TEMPO	UAL	PERCENT
<i>À ÁREA TÉCNICA</i>	786:03:02		100.0000%

### PERÍODO DE 01/02 a 25/10/2013

#### CHAMADOS FECHADOS x CATEGORIAS DE PROBLEMAS

Critério de exibição: Área= SUPORTE TECNICO

Qtde	Área de Atendimento	Tipo de incidente	Tipo de Manutenção	Área Responsável
304	Suporte Técnico	Outros	Corretiva/Preventiva/Adaptativa	Suporte/Adm. Redes
252	Suporte Técnico	Instalação	Urgente	Suporte
211	Suporte Técnico	Instalação de programas	Urgente	Suporte
128	Suporte Técnico	Orientação ao usuário	Corretiva/Preventiva/Adaptativa	Suporte/Adm. Redes
62	Suporte Técnico	Alterar senha de login de usuário	Normal	Adm. Redes
55	Suporte Técnico	Configurar	Adaptativa	Suporte/Adm. Redes
50	Suporte Técnico	Outros	Rotina	Adm. Redes
49	Suporte Técnico	Ligar videoconferência	Urgente	Suporte
44	Suporte Técnico	Contas de e-mail	Corretiva/Preventiva/Adaptativa	Adm. Redes
35	Suporte Técnico	Alterar senha de e-mail	Corretiva	Adm. Redes
34	Suporte Técnico	Formatação	Corretiva	Suporte
31	Suporte Técnico	Acesso a pastas compartilhadas	Normal	Suporte/Adm. Redes
28	Suporte Técnico	Manutenção	Corretiva	Suporte
27	Suporte Técnico	Criar login no Domínio SR21	Urgente	Adm. Redes
25	Suporte Técnico	Troca de equipamento	Corretiva	Suporte
22	Suporte Técnico	Implantação do Ocomon	Rotina	Adm. Redes
22	Suporte Técnico	Troca	Urgente	Suporte
22	Suporte Técnico	Instalação de projetor de vide	Normal	Suporte
17	Suporte Técnico	Outros	Corretiva/Preventiva/Adaptativa	Adm. Redes

17	Suporte Técnico	Internet	Corretiva/Preventiva/Adaptativa	Adm. Redes
17	Suporte Técnico	Compartilhar	Urgente	Suporte/Adm. Redes
15	Suporte Técnico	Autenticação no domino SR21	Urgente	Suporte/Adm. Redes
14	Suporte Técnico	Outros	Urgente	Adm. Redes
14	Suporte Técnico	Criar conta de e-mail	Urgente	Adm. Redes
12	Suporte Técnico	Orientação ao usuário	Corretiva/Preventiva/Adaptativa	Adm. Redes
12	Suporte Técnico	Troca de toner/cartucho	Corretiva	Suporte
10	Suporte Técnico	Envio/Recebimento de e-mail	Corretiva/Preventiva/Adaptativa	Adm. Redes
10	Suporte Técnico	Rede sem fio	Corretiva/Preventiva/Adaptativa	Adm. Redes
9	Suporte Técnico	Verificar sala de ativos de rede	Preventiva	Adm. Redes
7	Suporte Técnico	Limpeza	Preventiva	Suporte
6	Suporte Técnico	Mudança de setor	Adaptativa	Suporte
4	Suporte Técnico	Verificar videoconferência	conf. Rotina	Adm. Redes
3	Suporte Técnico	Revisar e atualizar antivírus	Urgente	Suporte
2	Suporte Técnico	Orientação ao usuário	Normal	Suporte/Adm. Redes
2	Suporte Técnico	Permissão de acesso a sites	Normal	Adm. Redes
2	Suporte Técnico	Entrar em cont. com empr/garan	Urgente	Adm. Redes
2	Suporte Técnico	Entrar em cont. com EMBRATEL	Urgente	Adm. Redes
1	Suporte Técnico	Teste de conexão de rede	Corretiva/Preventiva/Adaptativa	Adm. Redes
1	Suporte Técnico	Entrar em cont. com INCRA-SEDE	Urgente	Adm. Redes
<b>TOTAL</b>		<b>1578</b>		

Em razão de problemas apontados pela Controladoria Geral da União em auditoria (201305841/014, Item 100) foi aberto o processo nº 4350.000549/2013-86 protocolado em 12 de junho de 2013, para seleção de fornecedor de TI para prestação de serviço de suporte de informática conforme a IN 04 de 2010. O planejamento da nova contratação está sendo realizado com base nas INs/SLTI/MP e nas orientações do:

Guia de boas práticas em contratação de soluções de tecnologia da informação - Riscos e controles para o planejamento da contratação - versão 1.0 (2012, p.53) ó TCU

Guia Prático para Contratação de Soluções de Tecnologia da Informação V 1.1 ó SLTI

Livro O NOVO MODELO DE CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÕES DE TI PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - Editora Fórum - Augusto Sherman Cavalcanti

**OS: 201305841 N° Constatação: 036**

**RECOMENDAÇÃO**

**Nº OS: 201305841 ó N° Constatação: 036 ó N° Recomendação: 003**

Providenciar planilha eletrônica, a ser alimentada pelo pessoal designado para operacionalização do CGU-PAD, apta a auxiliar a equipe no controle dos prazos legais relacionados à condução de procedimentos de apuração de responsabilidades.

**Resposta:** a equipe responsável pelo CGU-PAD confeccionou planilha eletrônica para acompanhar e controlar os procedimentos de apuração instaurados, conforme recomendação desse órgão de controle (segue anexa cópia da planilha).

**OS: 201407454**

**RECOMENDAÇÃO:** Proporcionar treinamento aos servidores responsáveis pelos procedimentos de cadastramentos no CGU-PAD.

**Resposta:** até o presente momento a equipe responsável pelo CGU-PAD, não foi treinada, porém, a UJ está providenciado o deslocamento dessa equipe até o Incra-sede para receber o treinamento, estamos aguardando a descentralização dos recursos para o pagamento de diárias e passagens.

**RECOMENDAÇÃO:** Proceder aos cadastramentos no CGU-PAD dos processos relacionados a seguir: a) 54350.000130/2014-13(PAD); b) 54350.000052/2011-04(PAD); c) 54350.001885/2008-59(PAD); d)

54350.000301/2010-72 (PAD); e) 54350.000956/2007-45(PAD); f) 54350000343/2012-75(Sindicância); g) 54350.00411/2013-87 (Sindicância) h) 54350.000157/2011-55 (Sindicância).

**Resposta:** os processos ainda não foram cadastrados, devido à falta de capacitação da equipe, mas, após realização do treinamento dos processos serão devidamente cadastrados no sistema.

**RECOMENDAÇÃO:** *Instar o INCRA/Sede no sentido de desenvolver no âmbito da Ação Desenvolvimento de Assentamento Rurais a metodologia, os instrumentos e os critérios para levantamento das necessidades de infraestrutura nos assentamentos e a forma de provimentos dos recursos humanos e tecnológicos para viabilizar a consecução do diagnóstico do déficit de infraestrutura, especialmente em relação à água potável e energia elétrica.*

**Resposta:** a UJ encaminhará ao Incra-sede pedido no sentido de atender a presente solicitação.

**RECOMENDAÇÃO:** *Realizar ajuste do saldo contábil da conta 14211.22.63 (Imóveis Registrados Cedidos aos Assentados - CCDRU), no valor de R\$2.191.640,96, em observância ao disposto na macrofunção 021107 (Imóveis de Propriedade da União) do manual do SIAFI.*

**Resposta:** a SR aguarda as orientações do Incra-sede para providenciar referidos ajustes.

**RECOMENDAÇÃO:** *Reestruturar seu processo de planejamento de modo a assegurar que a quantificação de cada meta física seja fundamentada em parâmetros adequados e pertinentes a cada ação monitorada.*

**Resposta:** os processos de planejamento executados pela SR obedecem aos critérios estabelecidos pelo Incra-sede para todas as suas unidades. Assim sendo, a UJ dialogará com o órgão central no sentido de que a reestrutura seja efetuada.

**RECOMENDAÇÃO:** *Reavaliar a pertinência da matéria adotada para a aferição da meta física do plano orçamentário ôImplantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamentoô, visto que a quantidade de famílias abrangidas com obras iniciadas não se mostra adequada para aferir a efetividade, uma vez que os assentados somente terão benefícios com obras concluídas e funcionais.*

**Resposta:** o modo de aferição procedido pela SR, obedece a critérios estabelecidos pelo órgão central, utilizados em todas as UJ do Incra. Assim sendo, a UJ dialogará com a sede para que adequações no modo de aferição sejam realizados.

**RECOMENDAÇÃO:** *Efetuar o registro no SIAFI do imóvel referente ao Projeto de Assentamento Agro-Extrativista Maracá (PAE Maracá), em atendimento às determinações contidas no Acórdão nº 557/2004-Plenário/TCU.*

**Resposta:** por enquanto o imóvel PAE Maracá ainda se encontra com pendências judiciais, não sendo possível atender as determinações contidas no acórdão da Corte de Contas.

**RECOMENDAÇÃO:** *Efetuar a regularização de todas as glebas contidas no âmbito da SR-21 por meio de outras formas de obtenção (diferentes de desapropriação), bem como os respectivos registros no SIAFI individualizados por cada imóvel.*

**Resposta:** os procedimentos prévios de regularização dos imóveis obtidos pela UJ estão sendo providenciados conforme calendário estabelecido pelo Incra-sede.

**RECOMENDAÇÃO:** *Determinar ao setor competente que sejam aprimorados os procedimentos de controle de concessão de créditos de instalação quanto aos requisitos exigidos pela Portaria INCRA número 352/2013, especialmente aqueles contidos no Artigo 3º.*

**Resposta:** as exigências contidas na Portaria/INCRA/Nº 352/2013 estão sendo adotadas pela UJ, porém, os trabalhos ainda não foram concluídos pela Comissão de Crédito.

**RECOMENDAÇÃO:** *Determinar ao setor competente a inclusão, em todos os processos de concessão de créditos aos assentados, dos extratos bancários correspondentes.*

**Resposta:** determinação atendida e os processos estão à disposição desse órgão de controle para as verificações necessárias.

## Ofício nº 1449/2014/GAB óIncra-Resposta a SA 001

OS: 201407454

**RECOMENDAÇÃO:** *Proporcionar treinamento aos servidores responsáveis pelos procedimentos de cadastramentos no CGU-PAD.*

**Resposta:** a equipe responsável pelo CGU-PAD foi treinada pela servidora, Sra. Maria Aparecida Campos, da Coordenação de Apoio e Procedimentos Disciplinares/GABT/Incra-sede, nos dias 27-28/11/2014, nesta capita, conforme solicitação desta UJ.

**RECOMENDAÇÃO:** *Efetuar a regularização de todas as glebas contidas no âmbito da SR-21 por meio de outras formas de obtenção (diferentes de desapropriação), bem como os respectivos registros no SIAFI individualizados por cada imóvel.*

**Resposta:** segue anexo o Cronograma de Atividades que será realizado pelo Incra, visando atender os termos do Acórdão nº 557/2004-TCU.

**RECOMENDAÇÃO:** Determinar ao setor competente que sejam aprimorados os procedimentos de controle de concessão de créditos de instalação quanto aos requisitos exigidos pela Portaria INCRA número 352/2013, especialmente aqueles contidos no Artigo 3º.

**Resposta:** as exigências contidas na Portaria/INCRA/Nº 352/2013 estão sendo adotadas pela UJ, conforme, cópia que segue anexa.

## ANEXOS

### Anexo I - Balanço Patrimonial da Autarquia



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS		EXERCÍCIO	MES		
SUBTÍTULO	22201 - INSTIT. NAC. DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA		2014	DEZ(FECHADO)		
ÓRGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO		EMISSÃO	PÁGINA		
			27/02/2015	1		
ATIVO			PASSIVO			
TÍTULOS		2014	2013			
ATIVO FINANCEIRO	2.841.239.753,28	3.768.579.768,35	PASSIVO FINANCEIRO	2.815.850.327,25		
CREDITOS EM CIRCULACAO	2.839.296.236,03	3.766.162.659,61	DEPOSITOS	4.998.293,64		
CREDITOS A RECEBER	36.656.576,27	31.370.644,03	CONSIGNACOES	4.032.961,65		
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	135.055.919,16	105.021.271,21	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	3.792.593,79		
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	2.371.156.174,50	3.316.216.136,05	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	5.624,55		
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	296.416.660,92	313.542.653,14	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	959.707,44		
RECURSOS DA UNIAO	10.105,18	10.105,18	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	2.797.129.900,13		
VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS	800,00	1.850,00	FORNECEDORES - DO EXERCICIO	137.601.713,89		
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	1.943.517,25	2.417.108,74	FORNECEDORES - DE EXERC.ANTERIORES	38.280.168,31		
VALORES DIFERIDOS	1.943.517,25	2.417.108,74	CONVENIOS A PAGAR	18.019.591,87		
ATIVO NAO FINANCEIRO	21.735.769.333,25	18.795.652.987,83	PESSOAL A PAGAR - DO EXERCICIO	5.598.426,56		
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	1.913.892.481,11	-683.093.139,17	PESSOAL A PAGAR - DE EXERC.ANTERIORES	48.024,62		
CREDITOS EM CIRCULACAO	-628.408.892,35	-2.979.016.641,34	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00		
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-2.371.156.174,50	-3.316.216.136,05	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	697.600,38		
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER - RETIFICAD	-296.416.660,92	-641.986.122,05	TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	21.353.229,10		
DIVERSOS RESPONSAVEIS	341.729.838,96	275.973.184,23	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	6.284.852,19		
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	1.697.354.824,02	703.143.308,11	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	47.319.820,86		
RECURSOS VINCULADOS	5,45	5,45	A LIQUIDAR	1.420.086.548,26		
OUTROS CREDITOS EM CIRCULACAO	79.274,64	69.118,97	EM LIQUIDACAO	1.420.067.556,36		
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	2.542.301.373,46	2.295.923.502,17	CREDORES DIVERSOS	18.991,88		
ESTOQUES	4.107.984,08	5.717.030,37	VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	187.000,00		
TITULOS E VALORES	1.087.807.895,19	1.014.564.663,83	RECURSOS ESPECIAIS A LIB.P/TRANSFERENCIA	59.719.250,00		
MATERIAIS EM TRANSITO	1.450.385.494,19	1.275.641.807,97	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	654.236,12		
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	14.844.832.249,55	17.055.706.641,37	PASSIVO NAO FINANCEIRO	514.420,65		
DEPOSITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	181.209,62	181.209,62	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	76.518.702,41		
DEPOSITOS COMPULSORIOS	35.449,09	35.449,09	FORNECEDORES A PAGAR	1.162.081.221,15		
RECURSOS VINCULADOS	145.760,53	145.760,53	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	478,30		
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	14.844.651.039,93	17.055.525.431,75	PESSOAL A PAGAR	478,30		
CREDITOS DA UNIAO, ESTADOS E MUNICIPIOS	431.702.023,42	431.702.023,42	PROVISORES	13.722.133,48		
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	6.542.171.310,92	7.255.947.507,83	RECURSOS A LIBERAR PARA RESTOS A PAGAR	9.976.011,47		
CREDITOS A RECEBER	7.830.331.628,90	9.327.454.633,06	RECURSOS A LIBERAR P/PAGTO DE RP-RETIFIC	13.722.133,48		
DIVIDA ATIVA (LP)	40.446.076,69	40.421.267,44	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	9.976.011,47		
PERMANENTE	4.977.044.602,59	2.423.039.485,63	OBRIGACOES TRIBUTARIAS A PAGAR	-2.037.469.702,43		
INVESTIMENTOS	4.531,70	4.531,70	EXIGIVEL A LONGO PRAZO	-2.549.458.276,81		
PARTICIPACAO SOCIETARIA	3.370,22	3.370,22	OBRIGACOES EXIGIVEIS A LONGO PRAZO	-3.477.329.057,86		
OUTROS INVESTIMENTOS	1.161,48	1.161,48	OPERACOES DE CREDITO - INTERNA	511.988.574,38		
IMOBILIZADO	4.974.194.690,30	2.421.601.564,22	OBRIGACOES A PAGAR	511.988.574,38		
BENS MOVEIS E IMOVEIS	5.011.758.736,18	2.445.054.135,23	PASSIVO REAL	80.286.550,96		
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES	-37.564.045,88	-23.452.571,01		80.286.550,96		
INTANGIVEL	2.845.380,59	1.588.206,28		778.380.624,82		
DIFERIDO	0,00	-154.816,57		772.383.582,46		
ATIVO REAL	24.577.009.086,53	22.564.232.756,18				



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO	2014	MES	DEZ(FECHADO)
SUBTÍTULO	22201 - INSTIT. NAC. DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA	EMISSÃO	27/02/2015	PÁGINA	2
ÓRGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO				

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULOS	2014	2013	TÍTULOS	2014	2013
ATIVO COMPENSADO	7.036.873.082,69	6.175.306.420,83	PATRIMONIO LIQUIDO	23.798.628.461,71	21.791.849.173,72
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	7.036.873.082,69	6.175.306.420,83	PATRIMONIO/CAPITAL	21.791.834.260,97	20.891.618.212,22
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TÍTULOS E BENS	48.926.763,44	44.852.298,13	PATRIMONIO	21.791.834.260,97	20.891.618.212,22
GARANTIAS DE VALORES	55.983.236,04	37.533.655,64	AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.026.233.934,02	2.557.839,48
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	3.106.499.232,58	2.750.439.759,21	RESERVAS	6.394.751,31	14.912,75
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	922.620.611,72	789.531.781,30	AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	0,00	0,00
OUTRAS COMPENSACOES	2.902.843.238,91	2.552.948.926,55	RESULTADO DO PERÍODO	974.165.515,41	897.658.209,27
ATIVO	31.613.882.169,22	28.739.539.177,01	SITUAÇÃO PATRIMONIAL ATIVA	24.577.009.086,53	22.564.232.756,18
			SITUAÇÃO PATRIMONIAL PASSIVA	-23.602.843.571,12	-21.666.574.546,91
			PASSIVO COMPENSADO	7.036.873.082,69	6.175.306.420,83
			COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	7.036.873.082,69	6.175.306.420,83
			VALORES, TÍTULOS E BENS SOB RESPONSABILIDADE	48.926.763,44	44.852.298,13
			VALORES EM GARANTIA	55.983.236,04	37.533.655,64
			DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	3.106.499.232,58	2.750.439.759,21
			DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	922.620.611,72	789.531.781,30
			COMPENSACOES DIVERSAS	2.902.843.238,91	2.552.948.926,55
				31.613.882.169,22	28.739.539.177,01